



SABRINA KLOSE NADALON

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO COREDE
VALE DO JAGUARI: O CASO DOS EGRESSOS DA URI-CAMPUS SANTIAGO
(2010-2017)**

São Borja

2019

SABRINA KLOSE NADALON

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO COREDE
VALE DO JAGUARI: O CASO DOS EGRESSOS DA URI-CAMPUS SANTIAGO
(2010-2017)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu- Mestrado Profissional da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Júnior Damin

São Borja

2019

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

N127p Nadalon, Sabrina Klose

Políticas públicas de acesso à educação superior no Corede Vale do Jaguari: o caso dos egressos da URI-campus Santiago (2010-2017) / Sabrina Klose Nadalon.

132 p.

Dissertação(Mestrado)-- Universidade Federal do Pampa, MESTRADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, 2019.

"Orientação: Cláudio Júnior Damin".

1. Perfil egressos. 2. URI. 3. Políticas públicas. 4. Desenvolvimento local. I. Título.

SABRINA KLOSE NADALON

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO COREDE
VALE DO JAGUARI: O caso dos egressos da URI-Campus de Santiago (2010-
2017)**

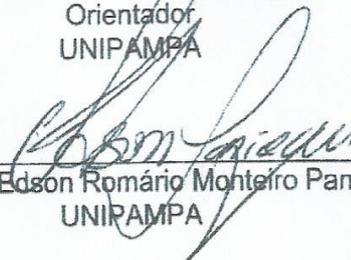
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Políticas Públicas.

Área de concentração: Elaboração, Implementação e avaliação de Políticas Públicas para o Desenvolvimento regional em áreas de fronteira.

Dissertação defendida e aprovada em: 14, de Junho de 2019.
Banca examinadora:



Prof. Doutor Cláudio Júnior Damin
Orientador
UNIPAMPA



Prof. Doutor Edson Romário Monteiro Paniágua
UNIPAMPA



Prof. Doutor Muriel Pinto
UNIPAMPA

AGRADECIMENTO

Não foi uma caminhada fácil, precisou de muito esforço, determinação, paciência, perseverança, ousadia e fé, mas finalmente consegui chegar ao final e, sei que nada disso seria possível sem algumas pessoas muito especiais.

A Deus por ter me dado saúde e força superar as dificuldades, o cansaço, e sempre me guiar nas idas e vindas à São Borja.

Agradeço imensamente a minha família, que sempre me apoiou, incentivou, e auxiliou, não medindo esforços para pudesse chegar até aqui. Sempre estiveram ao meu lado, acreditando, torcendo e me dando o suporte necessário para trilhar meu caminho. Obrigada por tudo, carinho, alegria, atenção, cuidado e amor. Amo todos vocês!

Sou grata a todos os professores e também a Universidade Federal do Pampa e seus colaboradores que contribuíram com a minha trajetória acadêmica, especialmente ao Professor Doutor Cláudio Damin, responsável pela orientação do meu trabalho que com paciência e sabedoria me auxiliou no alcance dos objetivos propostos.

Aos meus colegas do mestrado, obrigada por todos os momentos em que fomos estudiosos, brincalhões, cúmplices e acima de tudo amigos. Não poderia deixar de agradecer também, aos meus colegas de trabalho e aos meus alunos, da Escola Guilhermina Javorski e da URI Campus Santiago, que sempre foram parceiros compreendendo minhas ausências, auxiliando-me no que era possível, e me incentivando sempre na busca de novos conhecimentos, fica o meu Muito Obrigada, esta caminhada não seria a mesma sem vocês.

Enfim, toda ação generosa merece gratidão, por isso agradeço tudo que a vida me oferece!

“[...] sempre há uma outra chance, uma outra amizade, um outro amor, uma nova força. Para todo fim, um recomeço”.

Antoine de Saint-Exupéry

RESUMO

Esta pesquisa avalia o impacto das políticas públicas de acesso à educação superior no Corede Vale do Jaguari, particularmente o caso dos egressos da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) Campus Santiago entre os anos de 2010 a 2017. Busca especificamente investigar as políticas públicas de acesso à educação superior FIES E PROUNI, procurando verificar as contribuições dessas políticas na região do Corede Vale do Jaguari, relacioná-las com o desenvolvimento socioeconômico da região, compreender o papel das universidades comunitárias para a formação de atores focados para o desenvolvimento local, identificar possibilidades de melhoria para o emprego dessas políticas e, elaborar relatório técnico demonstrando o perfil dos egressos. Além da construção de referências teóricas acerca do tema, desenvolveu-se pesquisa quanti e qualitativa através da aplicação de questionário *survey* à uma amostra de 306 egressos e, realização de entrevista com os 3 gestores da URI – Campus Santiago. Para a análise e interpretação dos resultados realizou-se tratamento e testes estatísticos além da descrição das entrevistas, e interpretação à luz do referencial teórico estudado. Como principais resultados da dissertação destaca-se a compreensão de que o impacto das políticas públicas FIES e PROUNI foi positivo no perfil dos egressos da URI-Campus Santiago, pois recebem salários maiores do que a média do Corede, possuem grau educacional mais elevado e conseguem manter-se economicamente ativos o que constrói uma relação positiva com o desenvolvimento socioeconômico da região. Compreendeu-se também que a universidade comunitária é relevante para a melhoria da realidade local preparando os estudantes para o convívio social adequado e o exercício profissional, o que reafirma a importância de se compreender e executar a educação superior como componente essencial, o que ratifica que a ampliação de disponibilidade de políticas públicas de acesso à educação superior, PROUNI e FIES melhoram a realidade local pois permitem práticas pautadas nas interações sociais solidárias que colocam o ser humano como sujeito autônomo e capaz de transformar a realidade criando novas oportunidades de trabalho, renda, educação.

Palavras-Chave: Perfil egressos; URI; Políticas públicas; Desenvolvimento local.

RESUMEN

Esta investigación evalúa el impacto de las políticas públicas de acceso a la educación superior en el Corde Valle del Jaguari, particularmente el caso de los egresados de la Universidad Regional Integrada del Alto Uruguay y de las Misiones (URI) Campus Santiago entre los años 2010 a 2017. Búsqueda específicamente investigar las políticas públicas de acceso a la educación superior FIES E PROUNI, buscando verificar las contribuciones de esas políticas en la región del Corde Vale do Jaguari, relacionarlas con el desarrollo socioeconómico de la región, comprender el papel de las universidades comunitarias para la formación de actores enfocados desarrollo local, identificar posibilidades de mejora para el empleo de esas políticas y, elaborar informe técnico demostrando el perfil de los egresados. Además de la construcción de referencias teóricas sobre el tema, se desarrolló investigación cuantitativa y cualitativa a través de la aplicación de cuestionario survey a una muestra de 306 egresados y, realización de entrevista con los 3 gestores de la URI - Campus Santiago. Para el análisis e interpretación de los resultados se realizó tratamiento y pruebas estadísticas además de la descripción de las entrevistas, e interpretación a la luz del referencial teórico estudiado. Como principales resultados de la disertación se destaca la comprensión de que el impacto de las políticas públicas FIES y PROUNI fue positivo en el perfil de los egresados de la URI-Campus Santiago, pues reciben salarios mayores que la media del Corede, poseen grado educativo más elevado y logran mantenerse económicamente activos lo que construye una relación positiva con el desarrollo socioeconómico de la región. Se comprendió también que la universidad comunitaria es relevante para la mejora de la realidad local preparando a los estudiantes para la convivencia social adecuada y el ejercicio profesional, lo que reafirma la importancia de comprender y ejecutar la educación superior como componente esencial, lo que ratifica que la ampliación de disponibilidad de políticas públicas de acceso a la educación superior, PROUNI y FIES mejoran la realidad local pues permiten prácticas pautadas en las interacciones sociales solidarias que plantean al ser humano como sujeto autónomo y capaz de transformar la realidad creando nuevas oportunidades de trabajo, educación.

Palabras clave: Perfil egresado; URI; Políticas públicas; Desarrollo local.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Mapa Corede Vale do Jaguari.....	42
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Número de matrículas cursos de graduação - 2010 a 2017.....	13
Gráfico 2- Percentual de matrículas na rede privada com algum tipo de financiamento/bolsa 2010-2017.....	14
Gráfico 3- Gênero.....	54
Gráfico 4- Idade.....	55
Gráfico 5- Residência.....	57
Gráfico 6 - Formação.....	58
Gráfico 7- Ano de formação.....	59
Gráfico 8- Políticas públicas.....	60
Gráfico 9- Percepção auxílio.....	61
Gráfico 10- Emprego.....	62
Gráfico 11- Local trabalho.....	63
Gráfico 12- Trabalho área de graduação.....	64
Gráfico 13-Função desempenhada.....	65
Gráfico 14- Renda média.....	66
Gráfico 15- Residência X Local trabalho.....	69
Gráfico 16- Contribuição da formação.....	70
Gráfico 17- Graduação permitiu.....	71
Gráfico 18- Devolução ao Estado.....	72
Gráfico 19- Contribuição para o desenvolvimento.....	73
Gráfico 20- Participação social.....	74

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Cidade de Residência.....	55
Tabela 2 – Histórico de concluintes da Educação Superior no RS.....	59
Tabela 3- Formação X ocupação X área.....	64
Tabela 4- Comparativo Idese.....	69
Tabela 5 – Relação Contribuição, renda, devolução, participação.....	75
Tabela 6 – Percepção Egressos X percepção Gestores.....	83

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF – Constituição Federal

CFTE – Certificado Financeiro do Tesouro

COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

CONAE – Conferência Nacional de Educação

COREDE – Conselho Regional de Desenvolvimento

CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

ENEM – Exame Nacional de Ensino Médio

FAPES- Fundação do Alto Uruguai para a pesquisa e Educação Superior

FESAU – Fundação de Educação Superior do Alto Uruguai

FIES – Fundo de Financiamento Estudantil

FUNDAMES – Fundação Missioneira de Ensino Superior

IBGE – Instituto Brasileiro de Economia e Estatística

ICES – Instituição Comunitária de Educação Superior

IDESE – Índice de Desenvolvimento Socioeconômico

IES – Instituição de Educação Superior

IFFar – Instituto Federal Farroupilha

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IRPJ – Imposto de Renda - Pessoa Jurídica

LBD – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação e Cultura

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONGs – Organizações não Governamentais

PIB – Produto Interno Bruto

PIS – Programa de Integração Social

PNE – Plano Nacional de Educação

PROUNI – Programa Universidade para Todos

RS – Rio Grande do Sul

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SISFIES – Sistema Informatizado do FIES

UAB – Universidade Aberta do Brasil

URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 EDUCAÇÃO SUPERIOR E POLÍTICAS PÚBLICAS: Reflexões teóricas e desenvolvimento local	20
1.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL.....	20
1.1.1. Universidades comunitárias.....	24
1.1.2 Universidade regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões- URI campus Santiago.....	27
1.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	30
1.2.1 Fundo de financiamento ao estudante do ensino superior – FIES.....	32
1.2.2 Programa universidade para todos- PROUNI.....	35
1.3 ACESSO AO ENSINO SUPERIOR E O DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	37
1.3.1 Desenvolvimento local.....	38
1.3.2 A Metade Sul do Rio Grande do Sul e o Corede Vale do Jaguari.....	41
2 PROCEDIMENTOS METODÓLOGICOS DA PESQUISA	46
2.1 FONTE, COLETA E INSTRUMENTO DE DADOS.....	49
2.1.1 Universo e amostra.....	50
2.1.2 Tratamento e análise dos dados.....	51
3 IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO A EDUCAÇÃO SUPERIOR: O caso da URI Campus Santiago	53
3.1 PERFIL DOS EGRESSOS DA URI SANTIAGO ASSISTIDOS PELAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (FIES E PROUNI).....	53
3.2 O FIES E O PROUNI E A PERCEPÇÃO DAS PESSOAS SOBRE SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DA REGIÃO DO COREDE VALE DO JAGUARI.....	69
3.2.1 A Universidade Comunitária e a formação de atores focados para o desenvolvimento local.....	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS	93
APÊNDICES	98

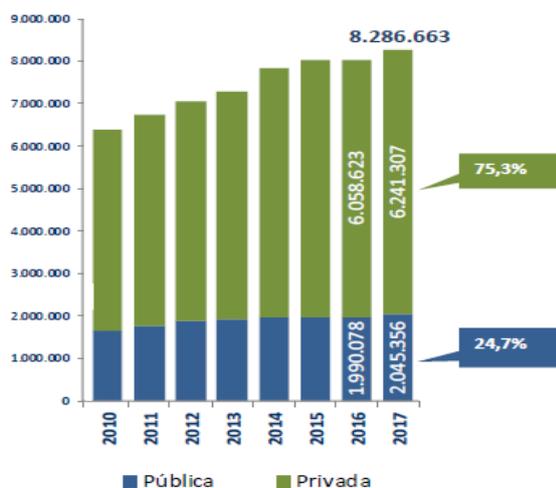
INTRODUÇÃO

O aumento de estudos sobre políticas públicas nas últimas décadas constitui-se tema emergente, complexo e de fundamental importância, sobretudo se levarmos em consideração as políticas públicas de acesso à Educação Superior lançadas nos últimos anos no Brasil.

Ciente dessa necessidade, o governo federal, principalmente, além dos governos estaduais e de alguns governos municipais que oferecem educação superior, passaram a implementar e a ampliar programas de democratização do acesso ao ensino universitário. Assim, ao longo da história da educação no Brasil o estado efetivamente desenvolveu uma série de medidas de incentivo à educação superior brasileira, dentre elas o aumento do número de universidades e os programas de facilitação do acesso e financiamento, onde a educação superior, suas políticas, têm sido bastante debatidas em toda a sociedade visando ampliar seu alcance, acesso, equidade e qualidade.

A educação superior no Brasil, conforme o Instituto Nacional de Pesquisa em Educação (INEP) expostas no último Censo em 2017, foram ofertados 34.366 cursos de graduação num total de 8.286.663 estudantes matriculados, como pode ser observado no gráfico 1.

Gráfico 1- Número de matrículas cursos de graduação - 2010 a 2017



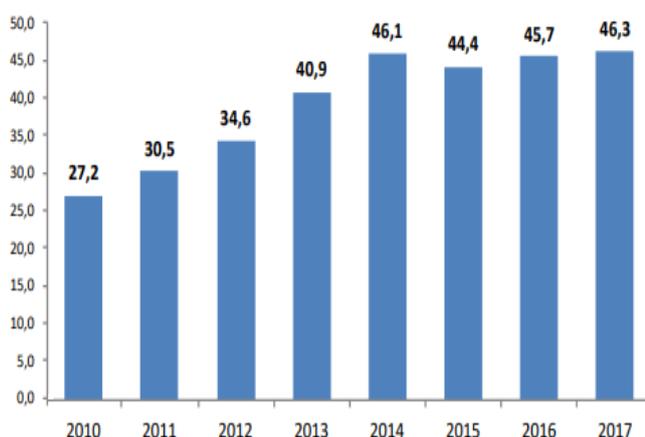
Fonte: Adaptado INEP- Censo, 2017

O número de matrículas em cursos de graduação, educação superior, cresceu ao longo dos anos, tanto em instituições públicas como privadas como exposto no gráfico 1. Nesse contexto ainda, vale ressaltar que a educação superior no Brasil conta com 2448, Instituições de Ensino Superior (IES), entre públicas e privadas. Das 2.448 IES, 296 IES são públicas e 2.152 IES privadas, o que corresponde a um percentual de mais de 88% de instituições privadas o que conseqüentemente amplia o número de matrículas. A rede privada conta com mais de 6,2 milhões de alunos, o que garante uma participação superior a 75% do sistema de educação superior, ou seja, de cada 4 estudantes de graduação, 3 frequentam uma instituição privada (INEP- Censo, 2017).

Cunha (2007) salienta a importância das IES para o país, já que por meio destas, sejam elas públicas ou privadas é que ocorrer o desenvolvimento econômico e social. As instituições privadas são responsáveis pelo acesso da maior quantidade de pessoas ao ensino superior brasileiro.

Contudo, sendo as IES privadas responsáveis pelo acesso da maior quantidade de pessoas no ensino superior, é possível perceber no gráfico 2 que quase metade, mais de 46% dos estudantes matriculados, recebem algum tipo de financiamento ou bolsa para custear seus estudos.

Gráfico 2- Percentual de matrículas na rede privada com algum tipo de financiamento/bolsa 2010-2017.



Fonte: Adaptado INEP-Censo, 2017

Ao observar o gráfico 2, compreende-se que um grande percentual de estudantes matriculados na rede privada de educação superior recebem algum tipo

de auxílio financeiro para poder cursar a graduação. Assim sendo, percebe-se que demandam serem atendidos por políticas públicas para conseguirem acesso à educação superior e sentirem-se incluídos no meio acadêmico.

Todavia, apesar de investimentos na educação superior pública e privada, feitas pelo governo por meio de políticas públicas ainda não se consegue no Brasil cumprir as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação o qual recomenda que a educação superior possa reduzir as desigualdades sociais e regionais (BRASIL, 2001).

Conforme Brasileiro (2017), apesar de o ensino superior ofertar vagas, o que dificulta sua democratização efetiva é a escassez de vagas públicas e gratuitas que acabam por ser insuficientes e inadequadas diante do perfil dos estudantes que concluem o ensino médio. Ainda, não se prevê e não se cumpre, na legislação brasileira o pleno financiamento das IES públicas o que acaba por ampliar a criação de IES privadas que mesmo sendo mantidas pelas mensalidades e taxas cobradas pelos serviços oferecidos, recebe fontes indiretas de recursos públicos como isenções fiscais, previdenciária e de renúncia fiscal, principalmente após a criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI), e diretas, como os empréstimos aos estudantes que se beneficiam do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que tem contribuído significativamente para sua manutenção e expansão.

Logo, torna-se evidente a necessidade de que se realizem debates que integrem análises, avaliações e propostas para a efetividade da implementação dessas políticas públicas gerando propostas que possam garantir ainda maior participação dos diversos atores sociais. Essas políticas propõem aumento de acesso pela inserção de sujeitos na educação superior, porém ainda as estatísticas mostram que esse acesso nem sempre é garantido. Vive-se em uma sociedade que ainda apresenta inúmeras diferenças entre pobres e ricos, regiões com mais acesso ao ensino superior e regiões com menos acesso, excluídos e incluídos, seja do ponto de vista social, econômico, racial, etc.

Dessa forma, a dissertação busca investigar as políticas públicas de acesso à educação superior no Corede Vale do Jaguari, particularmente o caso dos egressos da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) Campus Santiago entre os anos de 2010 a 2017.

Diante da modernização e desenvolvimento da sociedade, do aumento da competitividade e da permanência da desigualdade social, visualiza-se a cada dia novas exigências para a formação acadêmica e profissional e para atender às novas exigências do mercado e o convívio social.

Na concepção de Sguissardi (2000) o Brasil mantém a menor taxa líquida de matrículas dentre os países da América Latina, o que demonstra também a desigualdade social vivenciada por uma população que em geral sobrevive em situação socioeconômica desigual. Assim, a autora coloca que o país mantém ainda políticas educacionais conservadoras adotadas pelas elites dominantes que contribuem para a ampliação de oferta de vagas no setor privado e menor possibilidade de acesso aos menos favorecidos economicamente.

Segundo o INEP (2017), no Brasil, de cada cem pessoas com 18 a 24 anos de idade, apenas 9 estão matriculadas na educação superior. O Rio Grande do Sul possui uma rede de ensino superior bastante interiorizada, com grande número de instituições e crescente número de matrículas, de 353.592 matrículas em 2010 para 510.238 em 2017. Contudo, ainda os jovens gaúchos têm taxa de frequência escolar líquida, percentual da população de 18 a 24 anos que frequenta a Educação Superior de apenas 27,6%, o que não corresponde a meta do Plano Nacional de Educação em vigor que determina que o Brasil eleve a taxa líquida de matrículas para 33% (INEP – Sinopse, 2017).

Reiterando, Dias Sobrinho (2005) afirma que no Brasil ainda é baixa a parcela da população que consegue inserir-se e manter-se na educação superior devido a inúmeros problemas que vão desde o analfabetismo, as carências econômicas e culturais até a falta de expectativas de futuros bons empregos. De acordo com o Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE, 2017) a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios percebe-se um nível de desigualdade grande, enquanto os 25% mais ricos da população de 18 a 24 anos apresentaram taxa bruta de matrícula de 85,2%, os 25% mais pobres apresentaram taxa de apenas 12,3%.

Assim, em um contexto socioeconômico caracterizado por diferenças, por atividades ligadas à agricultura e pecuária em grandes propriedades o que faz a economia mais desigual, o ensino superior no Rio Grande do Sul apesar de demonstrar crescimento no número de matrículas nos últimos anos, ainda segue a

mesma lógica da educação brasileira, marcada por mudanças, existência de instituições públicas e privadas, interesses das elites e incapacidade do Estado em oferecer a educação superior para toda a demanda existente. No Corede Vale do Jaguari, a realidade não é diferente e apesar de existirem instituições de ensino públicas e privadas as condições socioeconômicas da população dificultam o acesso à educação superior o que leva o Estado a investir em políticas de acesso as quais para que cumpram seu objetivo, precisam ser analisadas.

Logo, a análise, avaliação e o debate de políticas públicas de acesso e financiamento da educação superior justifica-se porque é exatamente a avaliação destas que permite uma prestação de contas do governo à população. Pois é papel do Estado garantir o cumprimento do artigo 6º da Constituição Federal(CF) de 1988, que estabelece o direito social à educação.

Conforme Aguiar (2010, p. 709) avaliar uma política educacional significa:

[...] adentrar no debate da política educacional e de seus determinantes, tendo presente o contexto do desenvolvimento do país e sabendo que o alcance dos seus objetivos e metas decorre dos resultados das lutas concretas entre grupos sociais com interesses distintos e diversos que disputam a hegemonia nesse processo.

Admitindo que as políticas públicas de financiamento da educação superior cumpram efetivamente seus objetivos e sirvam também para a melhoria na ordem econômica, social e humana e contribuam para o desenvolvimento, estabelece-se como problema de pesquisa: qual o impacto das políticas públicas de acesso à educação superior Fundo de Financiamento Estudantil - FIES e, Programa Universidade para Todos - PROUNI no perfil dos egressos da URI- Campus Santiago no período de 2010 a 2017?

Com base nesse questionamento e diante das demandas do atual cenário de desenvolvimento socioeconômico, científico e tecnológico, das formas de acesso de alunos a serem formados no ensino superior e da importância desta formação para o desenvolvimento das localidades onde situam-se as IES é importante testar as seguintes hipóteses:

1. Os egressos da URI Santiago assistidos pelo PROUNI e FIES estão em idade economicamente ativa e empregados.
2. O PROUNI e FIES foram determinantes para os entrevistados cursarem/concluírem sua graduação.

3. Os egressos assistidos pelas políticas públicas FIES E PROUNI tendem a permanecer na região do Vale do Jaguari e possuir alto engajamento comunitário.
4. Os gestores da URI Campus Santiago avaliam positivamente as políticas públicas FIES E PROUNI por elas se vincularem a uma percepção de melhoria/desenvolvimento da realidade local.
5. A ampliação de disponibilidade de políticas públicas de acesso à educação superior, PROUNI e FIES melhoram a realidade local.

Posto isto, é importante analisar e avaliar as funções e o papel exercido pela educação superior assim como das políticas públicas que envolvem seu desenvolvimento, sua capacidade de atender demandas de conhecimento para que seja possível monitorá-las e realizar melhorias contínuas para o acesso, equidade e formação o que levou ao estabelecimento do objetivo geral de: avaliar o impacto das políticas públicas de acesso à educação superior, FIES e PROUNI no perfil dos egressos da URI- Campus Santiago no período de 2010 a 2017. Além disso, torna-se importante considerar os seguintes objetivos específicos:

1. Verificar as contribuições dessas políticas na região do Corede Vale do Jaguari no período de 2010 a 2017;
2. Relacionar as políticas públicas da educação superior com o desenvolvimento socioeconômico da região do Corede Vale do Jaguari;
3. Compreender o papel das universidades comunitárias para a formação de atores focados para o desenvolvimento local;
4. Identificar possibilidades de melhoria para o bom emprego das políticas públicas para a educação superior na região do Corede Vale do Jaguari e,
5. Elaborar relatório técnico demonstrando o perfil dos egressos e, particularmente as áreas de formação mais diretamente vinculadas ao mundo do trabalho e ao sistema produtivo local.

Para alcançar tais objetivos e responder a problemática exposta, a dissertação foi estruturada em três capítulos: no primeiro, apresenta-se conceitos gerais e revisão de literatura onde se abordou os conceitos principais de políticas públicas de educação superior, problematizando seus aspectos históricos no Brasil. Nesse contexto, procurou-se conhecer considerações sobre universidades comunitárias, em especial, a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões- URI

campus Santiago para então, problematizar referências sobre as políticas públicas de financiamento da educação superior, no caso, Fundo de financiamento ao estudante do ensino superior – FIES e, o Programa universidade para todos – PROUNI relacionando com reflexões sobre o acesso ao ensino superior e os conceitos de desenvolvimento local juntamente com as particularidades da Metade do Sul do Rio Grande do Sul e o Corede Vale do Jaguari, recorte espacial da pesquisa.

No segundo, ilustra-se a metodologia utilizada na presente pesquisa onde primeiramente caracterizou-se e classificou-se a pesquisa como quanti e qualitativa já que baseou-se em questionário *survey* aplicado à uma amostra de 306 egressos e, realização de entrevista com os 3 gestores da URI Santiago. Demonstra-se as fontes de informações utilizadas, incluindo o universo e o cálculo amostral da população a ser investigada bem como os instrumentos para a coleta destes dados. Finalizando, apresentou-se as ferramentas usadas para tratar e analisar os dados coletados durante a pesquisa.

No terceiro capítulo, retrata-se os resultados da pesquisa e sua análise procurando demonstrar o perfil dos egressos da Uri Santiago assistidos pelas políticas públicas de educação superior (FIES E PROUNI), discutindo o impacto do FIES e do PROUNI no perfil deste egresso, para relacionar com a percepção das pessoas sobre sua contribuição para o desenvolvimento socioeconômico da região do Corede Vale do Jaguari. Discute-se também, as contribuições da Universidade Comunitária para a formação de atores focados para o desenvolvimento local.

A partir dessas análises e discussões, elaborou-se relatório técnico para ser apresentado à Universidade, apresentado nos anexos, onde relatou-se o perfil dos egressos, a visão deste quanto às contribuições da instituição observando o contexto social e educacional da região, para que por meio da argumentação sejam sugeridas ações para que a instituição interessada, URI, possa tomar melhores decisões quanto à disponibilização de políticas públicas de acesso à educação superior.

1 EDUCAÇÃO SUPERIOR E POLÍTICAS PÚBLICAS: Reflexões teóricas e desenvolvimento local

1.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Política pública pode ser caracterizada como ações, programas e atividades desenvolvidas pelo Estado de forma direta e/ou indireta interagindo tanto com entes públicos ou privados, para garantir a ordem social e os direitos dos cidadãos (SOUZA, 2006). Política pública, então, são ações de responsabilidades do Estado relacionadas criação, desenvolvimento e manutenção das necessidades dos cidadãos a partir de um processo de tomada de decisões das quais participam órgãos públicos e diferentes instituições e atores sociais.

Souza (2006, p.26) define política pública como:

[...] o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

Como salienta a autora, uma política pública é o instrumento que o governo utiliza para regular as ações sociais, buscando satisfazer as necessidades coletivas da população. As políticas públicas de educação, portanto, são todas as ações do governo e dos atores sociais em educação.

A educação tem a preocupação de contribuir para a formação do indivíduo no domínio da técnica e da ciência, do trabalho tornando-o capaz de localizar-se histórica, social e politicamente e tornar-se sujeito da própria história onde o Ensino Superior consiga trabalhar a inclusão, o desenvolvimento e a transformação social. Entretanto, vivenciou-se no decorrer da história do Brasil diferentes ações envolvendo as políticas públicas de educação superior, as quais relacionaram-se diretamente com o modelo de nação e com a formação do Estado.

Assim, mesmo antes da independência do Brasil, quando o Brasil ainda era colônia de Portugal, ações foram sendo desenvolvidas para a educação superior.

Ao longo dos anos, conforme Cunha (2007), vivenciou-se no Brasil diversos ensaios para efetiva criação de universidades, as quais deram-se ainda no período

monárquico através da criação de escolas superiores profissionalizantes. Em 1808 foram criados também cursos para a formação de profissionais para o Estado e para a formação de especialistas na produção de alguns bens peculiares. No mesmo ano com a chegada da Família Real no Brasil é criado o Curso Médico de Cirurgia na Bahia e na sequência uma Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica no Hospital Militar do Rio de Janeiro bem como posteriormente a instalação, no Rio de Janeiro e na Bahia, de dois centros médico-cirúrgicos. Já em 1810 é criada a Academia Real Militar e em meados de 1827 criaram-se cursos jurídicos, em São Paulo e em Olinda.

Contudo, nesse período, no Império, a educação superior passou por modificações em razão das mudanças na legislação, mas efetivamente não foram criadas universidades, apenas cursos superiores. Cunha (2007) ainda propõe que a partir da proclamação da República outras tentativas foram realizadas, mas sem efetivo sucesso, até que em meados de 1911 o governo desenvolveu ações buscando fazer com que o ensino não se oficializasse, já que era interesse da elite manter o acesso à universidade apenas para sua classe, o que oportunizou condições para que surgissem universidades. Isso tudo, também contribuiu também para que os movimentos para a criação de universidades se deslocassem para responsabilidade dos governos Estaduais. Nesse contexto surge, em 1909, a Universidade de Manaus, em 1911 a de São Paulo e, em 1912, a do Paraná.

Entretanto, na história da educação superior brasileira, segundo Oliven (2002) a Universidade do Rio de Janeiro em 1920, é a primeira instituição universitária criada legalmente pelo Governo Federal.

A primeira universidade brasileira foi criada em 1920, data próxima das comemorações do Centenário da Independência (1922). Resultado do Decreto nº 14.343, a Universidade do Rio de Janeiro reunia, administrativamente, Faculdades profissionais pré-existent sem, contudo, oferecer uma alternativa diversa do sistema: ela era mais voltada ao ensino do que à pesquisa, elitista, conservando a orientação profissional dos seus cursos e a autonomia das faculdades (OLIVEN, 2002, p. 26).

A influência das ideias portuguesas e do sentido explorador da colonização do Brasil foi um dos fatores que colaboraram, de maneira significativa, para a criação mais tardia de universidades no Brasil. A universidade era considerada nesse sentido pelos líderes políticos da época uma instituição não necessária para o desenvolvimento do país, sendo vista, em função disso, à criação de cursos sem

influência do Estado e, cursos profissionalizantes, como mais importantes para satisfazer as necessidades da elite do período.

Oliven (2002) complementa assegurando que muitos procedimentos desenvolvidos para criação e desenvolvimento de universidades foram iniciados, alguns se mantiveram por interesses dominantes, outros fracassaram, mas somente a partir de 34, numa tentativa de fortalecer a autoridade política foi criada a universidade de São Paulo.

A Universidade de São Paulo, criada em 1934, representou um divisor de águas na história do sistema brasileiro de educação superior. Para concretizar esse plano político, foram reunidas faculdades tradicionais e independentes, dando origem à nova Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que contou com professores pesquisadores estrangeiros, principalmente da Europa. A USP tornou-se o maior centro de pesquisa do Brasil, concretizando o ideal de seus fundadores. Como resultado dele ocorreram o surgimento de universidades, que vincularam administrativamente faculdades preexistentes, e a federalização de grande parte delas (OLIVEN, 2002, p. 26-31).

Como o quadro da educação superior era muito reduzido e muito pobre no Brasil, não contando com as estruturas universitárias que organizassem o conhecimento com amplitude e universalização do saber, a implementação da Universidade de São Paulo deu origem ao surgimento de novas universidades e centros de pesquisa, que poderia tornar-se relevante para o então desenvolvimento científico e humano da sociedade brasileira.

Percebe-se que o interesse na formação superior, criação de universidades brasileiras não se efetivou como aspecto importante da estrutura política vigente, apesar de terem sido criados alguns institutos de ensino superior vinculadas ao poder público houve estagnação na oferta de vagas e mais uma vez priorização das elites, formação para o sistema produtivo e predominância nas cidades destaques do país.

Oliven (2002) explica que em 1961 foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024, que entre outros aspectos fortaleceu a educação superior. Contudo, ainda o sistema universitário enraizado às concepções catedráticas não favoreceu a continuidade de projetos inovadores e ininterruptos para a educação superior, porém baseado em projetos desenvolvimentistas e com transferência da capital nacional para Brasília ainda em 61, foi criada a Universidade de Brasília, primeira universidade brasileira, criada sem aglutinação. Assim, durante muitos anos foi debatido a reforma universitária, mas somente em 1968, que essa

discussão saiu da burocracia estatal e aprovou-se a Lei nº 5540 que criou departamentos, sistemas de crédito, vestibular, bem como a normatização da indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão o que oportunizou condições para o desenvolvimento.

De tal modo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) foi criada para garantir o direito de toda população ter acesso a educação gratuita e de qualidade, apresentando um grande avanço para o ensino nacional. Contudo apesar de ser estabelecida, essa legislação não foi cumprida em sua totalidade visto que na maioria das vezes o sistema universitário ficou em inércia, sob o controle das elites, não favorecendo assim a concretização de experiências de educação nacionais mais formais e permanentes.

Durham (2003) resume as políticas públicas para a educação superior no Brasil em diferentes períodos. No primeiro deles, de 1808 a 1889, foram implantadas pela coroa escolas para formação de profissionais liberais. De 1889 a 1930 a educação superior começa a ser descentralizada e amplia-se o número de universidades públicas. Em 1964 inicia-se um novo período autoritário no país reformando a Universidade e facilitando o desenvolvimento do sistema de ensino superior privado, já que neste momento o país vivenciava um período de estagnação política e econômica o que também influenciou o baixo crescimento de matrículas no Ensino Superior. A partir de 1985, começa um período de redemocratização da educação superior sob influência da Constituição Federal (CF) e, na sequência pela reformulação da LDB o que levou ao estímulo à educação superior avançar no Brasil, expandiu-se a criação de universidades e a preocupação com a educação superior para a formação dos profissionais dos diversos campos e na preparação dos quadros administrativos e das lideranças culturais e sociais do país.

Além disto, esse período foi visto como poderoso mecanismo de ascensão social estabelecendo mecanismos para a organização dos sistemas educacionais devendo ser prioridade e ocupar juntamente com a política econômica, da ciência e da tecnologia importante e articulado espaço na definição de políticas públicas.

Nesse sentido, Oliven (2002) complementa, referindo que a partir da LDB em 1996, regulou-se os processos de avaliação dos cursos de graduação e das universidades estabelecendo normas para credenciamento e funcionamento e obrigatoriedade de as universidades associar ensino, pesquisa e extensão.

Em 2001, o governo brasileiro instituiu o Plano Nacional da Educação (PNE), por meio da Lei nº 10.172, estabelecendo a educação como direito de todos e como instrumento de combate à pobreza e à desigualdade passando a ser considerada fator chave de desenvolvimento socioeconômico o que proporcionou entre outras coisas, o estímulo do crescimento da oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da década o que incluiu o desenvolvimento de ferramentas eficientes de ampliação da educação superior entre elas o PROUNI e o FIES.

No ano de 2010, iniciam-se as discussões na Conferência Nacional de Educação (CONAE) para o PNE 2011-2020, o qual recebeu aprovação somente em 2014 com a Lei nº 13.005/2014 disponibilizando vinte metas e suas respectivas estratégias que comandariam o decênio 2014-2024 sendo que as estratégias traçadas nesse novo PNE para a educação superior envolvem, como o anterior, metas inerentes a expansão e reestruturação político-pedagógica da universidade e dos cursos, a ampliação do FIES, para além da graduação, a qualificação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e ainda a expansão da política de educação a distância por intermédio da Universidade Aberta do Brasil (BRASILEIRO, 2017).

A educação superior, a criação das universidades proporcionou assim, bem como as políticas públicas proporcionaram um maior desenvolvimento de cursos e distintas instituições de ensino superior, instituições públicas, privadas e comunitárias o que ampliou a oferta de possibilidade para a formação dos cidadãos. No Brasil, a educação superior desde seu início foi permeada pela coexistência de instituições públicas e privadas, acompanhando as mudanças políticas e econômicas advindas do desenvolvimento da sociedade, e, como afirma Brasileiro (2017) isso se deu a partir dos interesses elitistas ainda do império e também da incapacidade do Estado em oferecer a educação superior para toda a demanda existente, o que levou a compartilhar os serviços com instituições privadas.

1.1.1 As Universidades Comunitárias

As universidades comunitárias compõem um segmento de instituições de ensino superior voltadas para a educação com funções sociais e comunitárias já que

constituem-se por uma ou mais pessoas jurídicas organizadas para oferecer ensino superior com objetivos não lucrativos, produzindo conhecimentos significativos para os acadêmicos com reflexos positivos e aplicação deste à comunidade onde está inserida.

Para Shmidt (2009) as universidades comunitárias caracterizam-se como associações civis, sem fins lucrativos, ensino, pesquisa, extensão, entre outras, com a finalidade de contribuir para dignificar a vida em sociedade sem buscar lucro.

A universidade comunitária conforme afirmam Frantz e Silva (2002) são organizações que além de serem produtoras de conhecimento por meio do ensino e da pesquisa, promovem a extensão do saber por ela produzido com a função social de intervir junto a setores sociais em sua volta.

Conforme estabelece a CF em seu art. 205, (BRASIL, 1988) a educação é um direito de todos sendo dever do Estado e da Família e, além disso, deixa claro nos artigos 206, 207 e 208, referindo-se a educação superior também, que esta deverá ser ministrada com base no pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, tanto em instituições públicas como privadas de ensino. Salienta também, que as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, devendo obedecer ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, sendo que o dever do Estado será efetivado mediante acesso aos níveis mais elevados de ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.

Nesse contexto, no art, 213 da CF (BRASIL, 1988) fica estabelecido que:

Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que: I - comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação; II - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.

Sendo assim, as universidades comunitárias são instituições sem finalidade lucrativa com objetivo de atendimento do interesse público associando as funções de ensino, pesquisa e extensão por meio de um sistema organizacional diferenciado.

No Brasil, as universidades segundo a LDB (BRASIL, 1996) distinguem-se entre públicas e privadas, as públicas mantidas e conduzidas pelo Poder Público e as privadas sustentadas e gerenciadas por pessoas físicas ou jurídicas de direito

privado. As privadas ainda se enquadram em particulares constituídas e conservadas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado com fins lucrativos e as privadas sem fins lucrativos que enquadram-se em comunitárias. As instituições comunitárias são as mantidas por representantes da comunidade, as organizações confessionais, são àquelas que objetivam atender orientações confessionais e/ou ideológicas e, as filantrópicas são as que prestam serviços à população, em caráter complementar às atividades do Estado.

De acordo com a LEI nº 12.881/2013 (BRASIL, 2013) que dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES), fica estabelecido que as IES Comunitárias são constituídas na forma de associação ou fundação, sem fins lucrativos com patrimônio pertencente a entidades da sociedade civil e/ou poder público. As ICES caracterizam-se por aplicar integralmente no país os seus recursos para a manutenção dos seus objetivos institucionais, ligados à educação.

Na concepção de Vannucchi (2013) a universidade comunitária é uma organização formal que não visa o lucro relacionada a uma comunidade e administrada por representantes desta que gerenciam suas atividades de forma participativa e democrática comprometidos com o desenvolvimento. O autor salienta que a universidade comunitária identifica-se por seu contexto histórico, cultural e econômico, seu ordenamento jurídico, estatuto e regimento geral, com enfoque dado as suas pesquisas, à produção técnico-científica ações extensionistas para a sociedade local e regional com o efetivo compromisso social, tendo como missão produzir conhecimento significativo para a sociedade, colaborando para “[...] a transformação de seus alunos em profissionais de excelência e a intervenção positiva na realidade social” (VANNUCCHI, 2013, p. 41).

Na mesma ideia, Frantz e Silva (2002) pontuam que as universidades comunitárias têm finalidade não lucrativa sendo os resultados econômicos reinvestidos na própria universidade e atividade acadêmica voltada à serviços para a comunidade diante da profunda inserção na comunidade regional, interagindo com os seus diversos segmentos. Baseada em princípios participativos e democráticos sua gestão é constituída por órgãos deliberativos superiores que integram indivíduos representantes de distintos segmentos da comunidade acadêmica e da comunidade regional.

Conforme Shmidt (2009) as universidades comunitárias desempenham importante papel no desenvolvimento das regiões onde estão inseridas, contribuindo em diversos setores, não apenas na difusão de conhecimento, mas também a partir das atividades de extensão, oferecimento de eventos culturais a toda a comunidade, bem como através de ações sociais, sendo que no desenvolvimento de suas atividades atendem a demandas do poder público e da sociedade, servindo, outrossim, como exemplo de democratização e gestão participativa.

Muitas são as concepções sobre as universidades comunitárias, contudo, como salienta Vannucchi (2003), é difícil definir um conceito singular, baseado somente na legislação que a constitui, é indispensável significar sua identidade, sua forma de atuação, seus reais objetivos e seu papel na comunidade. Vannucchi (2013, p. 32) cita:

[...] vale a pena observar que a identidade da universidade comunitária certamente não se concretiza nem se confirma por uma ou várias definições a ela atribuídas. Qualquer que seja a definição escolhida, precisa refletir e acompanhar sempre a consciência identitária da instituição. E essa não se limita a classificações formais e muito menos a clichês. O que conta, realmente, é a impregnação do caráter comunitário no cotidiano institucional, no pensar e no agir dos gestores, na ação educativa dos docentes, no clima organizacional e na sua inserção criadora dentro do contexto regional.

Assim, a universidade é uma instituição que desempenha papel fundamental na construção do saber, proporcionando promoção do desenvolvimento e, as universidades comunitárias por sua definição organizacional, além de impactarem contribuindo para ao desenvolvimento do capital humano e do conhecimento, contribuem para a modificação da realidade das comunidades.

1.1.2 Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões- URI campus Santiago

A Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI – nasceu como resultado da integração de instituições de ensino superior isoladas, entre elas, a Fundação do Alto Uruguai para a Pesquisa e o Ensino Superior-FAPES, a Fundação Missioneira do Ensino Superior- FUNDAMES, a Fundação de Ensino Superior do Alto Uruguai – FESAU, integrantes do Distrito Geo-Educacional 37 e 38 e transformou-se em uma instituição integrada, regional, comunitária e multicampi

reconhecida pela Portaria n° 708, de 19 de maio de 1992 e reconhecida pela Portaria n° 1295, de 23 de outubro de 2012.

A URI é mantida pela Fundação Regional Integrada, entidade de caráter técnico-educativo-cultural sediada na cidade de Erechim, onde localiza-se a Reitoria e realiza suas atividades gozando de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, obedecendo ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (URI-PDI, 2015).

A URI é estruturada por meio de departamentos acadêmicos, departamento de Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias e Ciência da Computação, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e Linguística, Letras e Artes nos Campus de Erechim, Frederico Westphalen, Santo Ângelo, Santiago, São Luiz Gonzaga e Cerro Largo, que integram as funções de ensino pesquisa e extensão (URI, 2018)

De acordo com seu Projeto Pedagógico Institucional (URI, PPI, 2015, p.18), a URI orienta sua gestão baseada na racionalidade da utilização de recursos humanos e materiais, enfatizando a universalidade do conhecimento e o fomento à interdisciplinaridade, comprometida com o desenvolvimento e o futuro das regiões onde atua, reconhecendo a necessidade de preparar pessoas para enfrentar esses desafios na condução de sua missão institucional planejando suas ações de modo a atender às necessidades educacionais por meio de:

- a) Ética;
- b) Corresponsabilidade;
- c) Qualidade Institucional;
- d) Inovação;
- e) Desenvolvimento Regional;
- f) Vida e Ambiente;
- g) Gestão democrática;
- h) Sustentabilidade;
- i) Internacionalização.

A Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões identifica-se por ser comunitária porque se originou do anseio da população que se associa na consecução de objetivos comuns: democrática em sua gestão, associativa, porque as

operações efetuadas em conjunto resultam em melhor qualidade de suas ações, e cooperativa, porque busca o bem comum. O trabalho é voltado para o desenvolvimento regional, para o estudo da ciência e da tecnologia tendo o grande compromisso de educar para a igualdade, para a participação e para a solidariedade. Enquanto Universidade Comunitária é uma instituição sem fins lucrativos, filantrópica e tem como grande compromisso o desenvolvimento regional inserindo-se e desencadeando diferentes atividades comunitárias, enfrentamento/resolução dos dilemas socioambientais vivenciados pela população, entidades e instituições do território em que atua. Assim, tem sediado e presidido quatro Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDE- Médio Alto Uruguai- CODEMAU, COREDE Missões, COREDE do Vale do Jaguari e CREDENOR Conselho Regional de Desenvolvimento do Norte do Estado). (URI-PDI, 2015).

No decorrer de sua trajetória, a busca e a concretização da marca institucional aconteceram no desempenho das funções básicas de ensino, pesquisa e extensão, inerentes à ação da URI. As especificidades no desempenho destas funções definem a missão e o atual perfil da URI como ser uma universidade pluralista, criadora e elaboradora de conhecimento, com qualidade, competência e seriedade, voltada para o desenvolvimento regional. É na identificação dos diferenciais, nas funções, nas atividades, nos propósitos que se define o caráter da URI: uma universidade regional integrada, comunitária, gerida pela comunidade acadêmica procurando de um lado, integrar comunidades de uma mesma região geográfica (Norte e Nordeste do RS) e, de outro manter forte integração com a comunidade regional através do comprometidos com o desenvolvimento da sua região (URI, 2018).

Com este mesmo propósito, a URI- Campus Santiago iniciou suas atividades em 02 de agosto de 1994 mediante a Portaria do Ministério da Educação (MEC) 1161/94 o qual aprovou a inclusão do Campus de Santiago a FURI. O Campus Santiago localiza-se a 4 Km do centro da cidade, e possui cerca de 300 colaboradores entre técnico-administrativos e professores somando a uma estrutura física com quase 80 salas de aula e perto de 50 laboratórios para assim atender mais de 2000 alunos distribuídos nos Cursos de Administração, Agronomia, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Ciência da Computação, Direito, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Letras -Português, Pedagogia e Psicologia. (URISANTIAGO, 2018).

A URI - Campus Santiago está inserida no contexto da Metade Sul, localizada na linha imaginária entre São Borja e Guaíba que divide o Rio Grande do Sul em duas partes sempre procurando articular propostas e programas de ensino, pesquisa e extensão para o desenvolvimento regional da área de abrangência, considerando que a microrregião de Santiago pertence a região central gaúcha.

1.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Historicamente, a educação superior no Brasil vivenciou diferentes momentos, desde políticas públicas ligadas a interesses econômicos até a necessidade de expansão de acesso, qualidade de ensino e, efetivo investimento por meio de ações de governo e políticas públicas de estímulo financeiro para sua expansão e democratização.

Cunha (2004) destaca que o ensino superior no Brasil durante o Império caracterizou-se como estatal e centralmente controlado. Durante o regime republicano, meados de 1889 a 1930, o Estado deixou o ensino superior ao livre mercado, mantendo, entretanto, estatizadas as instituições de ensino superior herdadas do Império. Já na Era Vargas, 1930 a 1945 houve estímulo à expansão do setor privado de educação superior, inclusive com imunidade fiscal para as instituições educacionais, mas manteve-se o aspecto controlador no setor público do ensino superior, onde as instituições públicas receberam recursos, novas universidades federais e estaduais foram criadas, e as antigas expandiram suas atividades. Entretanto, a proporção de estudantes majoritária no setor público, durante esse período, passou a minoritária levando a multiplicação das instituições privadas o que mais uma vez acaba priorizando o ensino superior àqueles que possuem renda para arcar com o pagamento das mensalidades.

Já, durante o processo de transição para a democracia, Cunha (2004) relata que mais uma vez o governo facilitou a expansão da educação superior privada com baixos investimentos na educação superior pública. No período de 1995 a 2002, as IES federais foram submetidas a uma dificuldade ainda maior, foram reduzidos recursos para custeio e investimento, ao contrário das privadas que receberam novas vantagens como isenções e financiamentos públicos. Portanto, essa foi a realidade da educação superior no Brasil.

Durante muitos anos no Brasil, de acordo com Oliven (2002), o ensino superior manteve-se para poucos e seletivos indivíduos, o que se deu entre outros fatores em função da própria formação da sociedade.

Nesse contexto, Cunha (2004) complementa enfatizando que diante da formação de uma sociedade elitista, o Estado precisava manter o poder e o monopólio do desenvolvimento das profissões de interesse dele e da classe dominante, grandes latifundiários e empresários, o que diminuía o interesse pela expansão da formação superior pois o aumento do número de diplomados poderia levar a diminuição do poder e prestígio da elite dominante.

Somente a partir da reestruturação da LDB em 1996 que o país começou a planejar políticas públicas para expansão e acesso a essa modalidade de ensino superior. Entretanto, as políticas de expansão e interiorização do acesso ao ensino superior começaram a ser implementadas efetivamente a partir de 2003, por meio de políticas neodesenvolvimentistas que favorecem que o Estado invista na criação e ampliação de vagas nas instituições de ensino superior.

Como principais políticas de expansão e acesso ao ensino superior após 2003, pode-se citar: O Programa Universidade para Todos (PROUNI) em 2004, a Universidade Aberta do Brasil (UAB) em 2005; o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) em 2007 e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) (OLIVEN, 2002).

As políticas públicas de incentivo à educação superior envolvem o entendimento dos diferentes contextos que abrangem as concepções de Estado e modelos de governo, e também a compreensão das questões sociais, políticas, econômicas e de desenvolvimento.

Para Dias Sobrinho (2005, p. 168):

A exclusão social, em boa proporção, dá-se mediante a negação do direito e das possibilidades de acesso ao conhecimento. Essa negação significa privação das condições básicas de uma existência plena, para não dizer que é um óbice até à mera sobrevivência num mundo que cada vez mais depende dos conhecimentos e dos recursos tecnológicos.

Num mundo cada vez mais concorrencial, as instituições de educação superior sentem-se desprotegidas pelo Estado e obrigadas pelo mercado a adaptar sua prática e seus modos de funcionamento às imposições de programas e tipos de pesquisas definidos nos centros do poder mundial. As dimensões políticas e morais da educação superior tendem a perder valor público ante o interesse privado do capital transfronteiriço.

Logo, as políticas públicas são a totalidade de instrumentos que o Estado utiliza para planejar suas ações com base nas demandas sociais para o atendimento das necessidades dos cidadãos e concretização do papel do Estado como mantenedor dos direitos sociais. Nesse sentido, políticas públicas de financiamento da educação superior poderão garantir a equidade e o acesso mais justo e igualitário ao conhecimento e formação dos cidadãos atendendo assim aos desafios enfrentados na educação superior no Brasil.

1.2.1 Fundo de financiamento ao estudante do ensino superior - FIES

O FIES constitui-se como uma política pública de financiamento estudantil para a educação superior em instituições não gratuitas de ensino e com avaliação positiva nos processos de avaliação conduzidos pelo Ministério da Educação e tem como objetivo conceder financiamento a estudantes regularmente matriculados em instituições privadas de ensino superior que possuam avaliação positiva no Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) e no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). Foi estabelecido pela Medida Provisória nº 1.827, de 27 de maio de 1999, e oficializada em 12 de julho de 2001 pela Lei nº 10.260/2001.

O fundo de financiamento ao estudante do ensino superior, caracteriza-se como recursos destinados a atender especificamente aos objetivos que o instituíram, expandir e democratizar a educação superior e, mantêm-se com receitas de dotações orçamentárias consignadas ao MEC, ressalvado o disposto no art. 16 que deduzem das receitas orçamentárias os recursos necessários ao pagamento dos encargos educacionais contratados no âmbito do Programa de Crédito Educativo de que trata a Lei nº 8.436, de 1992 (BRASIL, 2001).

O FIES, trata-se então, de uma política pública que através dos recursos/receitas do governo financia até 100% os custos da educação superior para estudantes que tenham avaliação positiva nos processos de aferição do Ministério da Educação.

Conforme Brasil (2001) o FIES é estruturado seguindo a Lei n.10.260/2001 a qual estabelece que:

- 1) Os alunos interessados devem estar regularmente matriculados em instituições privadas que obtiveram notas positivas no sistema de avaliação do MEC, bem como possuir renda de até 2,5 salários mínimos e ter realizado o ENEM obtendo o mínimo 450 pontos de média. Cumprindo isso, deverão inscrever-se exclusivamente pelo Sistema Informatizado do FIES (SISFIES) para posteriormente serem avaliados levando em conta renda bruta familiar, tipo de moradia, doença grave ou deficiência, egresso de escola pública, membro do magistério, professor, curso superior completo, raça, coeficiente de desempenho discente, quantidade de componentes de grupo familiar;
- 2) O Fundo financia por meio dos agentes financeiros, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal de 50 a 100% das mensalidades a uma taxa de juros efetiva de 6,5% ao ano.
- 3) Após selecionado, o estudante deverá, e se for o caso, seu(s) fiador(es), comparecer a um agente financeiro do FIES para formalizar a contratação do financiamento. Formalizado, no decorrer do curso, o estudante deverá pagar a cada trimestre 50 reais referentes aos juros incidentes do financiamento e, após a conclusão do mesmo terá 18 meses para recompor sua situação financeira, e neste período continuará a pagar a cada trimestre 50 reais referentes aos juros tendo até para quitar seu saldo até 12 anos.
- 4) As instituições de Ensino superior participantes obtêm como contrapartida à adesão ao FIES, a emissão do Certificado Financeiro do Tesouro - Série E (CFTE), título público que é usado para a quitação de contribuições previdenciárias e demais tributos da receita federal.

Na concepção de Tachibana, Menezes Filho e Komatsu (2015) o FIES trata-se de um financiamento parcial ou total para alunos que cursam o ensino superior em instituições privadas que entrou em vigor em 2001 passando por diversas modificações desde então. O FIES desenvolve-se por meio de 3 fases, a utilização, fase que corresponde ao período de duração do curso, onde o estudante paga trimestralmente os juros incidentes sobre o financiamento, a carência que corresponde ao prazo para que depois do término do curso o estudante deva começar

a pagar e a amortização, fase após a carência quando saldo devedor do financiamento é amortizado.

Desde sua implementação o FIES passou por diversas mudanças, mas a partir da Lei nº 13.530/2017 (BRASIL, 2017) teve significativas alterações, modificando a taxa de juros, o prazo de pagamento da dívida e ampliação da faixa de renda para os interessados em financiar a educação superior, sendo extinto o período de carência devendo a dívida começar a ser paga no mês seguinte ao término da graduação e com possibilidade de desconto do valor das parcelas diretamente do salário. Outra medida importante foi quanto à fonte de recursos, que agora serão providas dos fundos constitucionais dos bancos regionais, que também assumem os riscos de inadimplências bem como a obrigatoriedade das instituições que utilizam o Fies deverão contribuir com o recém-criado Fundo Garantidor do FIES (FG-FIES) que servirá para garantir o crédito para os financiamentos.

Complementando, Tachibana, Menezes Filho e Komatsu (2015) explicam que em 2015 ocorreram alterações no Fies através da portaria nº 8 de 02 de julho de 2015. Nesse novo formato, para concorrer ao financiamento o estudante também terá que ter realizado o ENEM e obtido nota mínima de 450 pontos na média e nota diferente de zero na redação. Ainda, foi priorizada a oferta em cursos superiores com conceitos de qualidade 5 e 4 do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior e a oferta em cursos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, bem como a priorização dos cursos pertencentes às áreas de saúde, de formação de professores e das engenharias. Já para o financiamento o estudante deverá pagar durante a utilização e carência o valor máximo de R\$150,00, referente aos juros, contudo o período de amortização se reduziu, passando a ser equivalente a 3 vezes a duração do curso. Outras mudanças significativas foram a manutenção da taxa de juros de 6,5% aa e a definição do percentual de financiamento e do teto de renda familiar delimitando que o percentual a ser financiado e o valor a ser determinado a cada ano, respeitando a capacidade de pagamento de cada faixa salarial.

Logo, o FIES é um programa de financiamento para a ampliação de acesso ao ensino superior de classes menos beneficiadas, possibilitando uma grande ampliação no número de vagas na educação superior, exigindo que a IES para aderir ao programa precisa ter avaliação positiva do MEC, o que acaba por demandar por parte desta, investimentos para a qualidade do ensino o que pode oportunizar através da

formação superior de qualidade o acesso a níveis salariais e sociais mais elevados à indivíduos de classes sociais menos favorecidas. Destarte, como coloca Brasileiro (2017), o FIES tem registrado crescente interesse e adesão de estudantes e IES, mas necessita continuamente de uma administração eficiente e controle adequado para que possibilite uma taxa de retorno adequada ao Estado, não podendo ser administrado somente como destinação de recursos públicos à IES privadas.

O FIES, então, ao facilitar o ingresso de estudantes em instituições não gratuitas, por meio de financiamento, necessita ser continuamente monitorado adequando-se para oportunizar além do ingresso no ensino superior, também a permanência dos estudantes e o oferecimento de uma educação de qualidade.

1.2.2 Programa universidade para todos - PROUNI

O PROUNI trata-se de uma política pública para a educação superior que busca garantir aos indivíduos o acesso a um de seus direitos fundamentais, a educação, bem como objetiva desenvolver políticas educacionais que democratizem o ingresso ao ensino superior e também garantam aos cidadãos o direito à educação.

A partir da medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004, ficou constituído o Programa Universidade para Todos – PROUNI o qual foi estabelecido pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, pelo Governo Federal (BRASIL, 2017).

Conforme Brasil (2017), o PROUNI é um programa do Ministério da Educação, instituído pelo Governo Federal com o objetivo de conceder bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de ensino superior privadas, a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior. As instituições de ensino que aderem ao PROUNI em contrapartida terão isenção de tributos e incentivos fiscais.

O PROUNI trata-se de um programa aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais ou parciais, as bolsas integrais são oferecidas para estudantes que possuam renda familiar, por pessoa, de até um salário mínimo e meio, e a parcial que é de 50% para estudantes que possuam renda familiar, por pessoa, de até três salários mínimos. Para participar do programa utiliza-se um princípio de seleção informatizado e anônimo buscando manter a transparência e segurança do processo. Os candidatos são selecionados

pelas notas obtidas no ENEM conjugando-se, desse modo, inclusão à qualidade e mérito dos estudantes com melhores desempenhos acadêmicos. Ainda, os alunos que possuem bolsa de 50% poderão financiar o restante através do FIES, isso reflete uma medida do Governo de unificação do PROUNI e do Fundo de Financiamento Estudantil- FIES com o intuito de possibilitar um maior acesso dos estudantes ao ensino superior (BRASIL, 2017).

Segundo Tachibana, Menezes Filho e Komatsu (2015), o PROUNI foi criado em 2004 para oportunizar o acesso à educação superior para indivíduos de baixa renda, através da disponibilização de bolsas de estudo integrais e parciais em instituições privadas. Para concorrer à bolsa o aluno deve ter cursado o ensino médio em escola pública; ou ser portador de deficiência; autodeclarar-se indígena, pardo ou negro, ou ainda, ser professor da rede pública de educação básica, em efetivo exercício devendo ter realizado o ENEM e obter nota mínima de 450 pontos e não zerado a redação. Após, para manter a bolsa precisa apresentar aproveitamento acadêmico de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) nas disciplinas cursadas em cada período letivo. Os autores salientam que segundo as determinações do programa, as IES privadas podem aderir ao programa mediante assinatura de termo de adesão, concedendo, no mínimo, uma bolsa integral para o equivalente a 10,7 estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados ao final do correspondente período letivo anterior e terão como contrapartida isenção tributária do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e do Programa de Integração Social (PIS).

O PROUNI, deste modo, trata-se de uma política pública de evidente importância no contexto universitário, indicando novas oportunidades de estudo e ampliando oportunidades de acesso à população mais pobre em instituições de ensino superior pagas visando assim, à inclusão socioeducativa. Essa política efetiva-se por meio da não cobrança das instituições privadas de parte dos tributos federais devidos ao governo, que em contrapartida concedem bolsas. Logo, trata-se de uma política pública que busca ampliar o acesso de indivíduos de baixa renda no ensino superior, bem como incentivar à sua permanência e inclusão.

O PROUNI, não se trata de um financiamento para a educação superior mas de um programa de concessão de bolsas de estudo, de renúncia fiscal, por parte da

instituição privada de ensino, e, baseia-se em critérios socioeconômicos articulados as notas do ENEM.

Nesse sentido, é importante pontuar que conceder bolsas não garante a efetiva expansão e democratização do ensino superior nem garante o cumprimento das obrigações do estado em relação ao direito à educação. Entretanto, o programa demonstra percentuais de crescimento de matrículas no ensino superior e adequa-se às exigências atuais de um cenário econômico e social cheio de adversidades.

Nesse contexto, como declara Brasileiro (2017), o programa precisa ser continuamente, analisado, discutido e avaliado através de mecanismos de controle democráticos para que se mantenha sustentável e não torne-se somente uma ação extra orçamentária de renúncia fiscal, tornando-se uma transferência de recursos públicos ao setor privado o que vem de encontro com a preocupação de conhecer o perfil dos assistidos pelo PROUNI e relacionar esse benefício com o desenvolvimento socioeconômico.

1.3 ACESSO AO ENSINO SUPERIOR E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Os últimos anos estão sendo marcados pelas transformações sociais, econômicas e culturais que podem provocar crises no mercado e nas relações de trabalho, enfim, no crescimento e desenvolvimento da sociedade o que acaba demandando que governo e sociedade planejem e/ou implementem ações que oportunizem alternativas para manter e contribuir para o desenvolvimento e manutenção do bem estar da população, o que acaba exigindo políticas públicas para o desenvolvimento local.

Ao tratar sobre políticas públicas, pensa-se em ações governamentais, projetos, atividades que contribuam para a manutenção dos direitos dos cidadãos o que vem de encontro com a concepção de Hochman; Arretche e Marques (2007), que esclarecem que políticas públicas é o campo da ciência que procura colocar o governo em ação, analisando e discutindo para propor mudanças dessas ações, ou seja, é o estudo e discussão das demandas da sociedade para as atuações do Estado diretamente ou indiretamente procurando garantir direitos dos cidadãos.

Assim, políticas públicas e desenvolvimento local são conceitos que estão interligados, já que, conforme Barquero (2002), desenvolvimento local envolve as

esferas econômicas e sociais, sustentáveis e político-institucionais organizando-se para um processo de crescimento e mudança estrutural que ocorre a partir da transferência de recursos das atividades tradicionais para as modernas. Bem como pelo aproveitamento das economias externas e pela introdução de inovações e conhecimentos, gerando o bem-estar dos cidadãos de uma cidade ou região. Logo, desenvolver ações e programas, para reduzir desigualdades sociais e melhorar as condições de vida dos cidadãos, principalmente dos estratos economicamente mais vulneráveis por meio do desenvolvimento, abre novos campos de ação dentro do campo governamental por meio do planejamento e desenvolvimento de políticas públicas que contribuam para esse desenvolvimento e o bem estar da população.

Na concepção de Góes e Machado (2010), o desenvolvimento local vai além dos aspectos econômicos e sociais, provoca mudança de foco, por estar centrado nas pessoas e no seu ambiente e a educação pela construção do conhecimento, pode contribuir efetivamente para este. Dessa forma investir em políticas públicas para a educação superior poderá formar cidadãos capacitados para, por meio de redes de colaboração que envolvem além do Estado, instituições de ensino superior, agentes da sociedade, empresários, organizações civis, articular ações direcionadas para a percepção das capacidades, potencialidades e fraquezas locais poderão promover o desenvolvimento local.

1.3.1 Desenvolvimento local

Quando busca-se o conceito de desenvolvimento local, vários significados são apresentados envolvendo situação econômica, social e ambiental, mas de acordo com Barquero (2002), desenvolvimento local é o processo de mudança na estrutura econômica e social por meio da reorganização da capacidade produtiva local e dos valores socioculturais bem como do desenvolvimento das ações político administrativas, criando através do aproveitamento das oportunidades e da proteção das interferências externas prejudiciais, condições favoráveis para a melhoria do nível de vida da população local sendo que esse processo tem como ponto de partida para a integração e boa relação entre os recursos econômicos, humanos, institucionais e culturais.

Dallabrida (2010) comenta que estudiosos de várias áreas do conhecimento, economistas, geógrafos, sociólogos, cientistas políticos apresentam diferentes concepção sobre o desenvolvimento. Algumas ideias baseadas somente na questão do crescimento econômico, outras salientando que o crescimento econômico está intrinsicamente ligado com o desenvolvimento, mas não só isso, outros ainda afirmam que o desenvolvimento relaciona-se à utilização integral dos fatores de produção, outros, como como mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas e das instituições, o que demonstra que não há uma concordância de abordagem sobre a concepção do desenvolvimento, mas afirma que o desenvolvimento envolve todas essas concepções quando afirma que o desenvolvimento é “um processo de mudança estrutural, situado histórica e territorialmente, caracterizado pela dinamização socioeconômica e a melhoria da qualidade de vida de sua população”(DALLABRIDA, 2010, p.17).

Para Furtado (2000) o desenvolvimento envolve mudanças na economia e na cultura por meio de um processo local através de inovações e mudanças de fluxos advindos da necessidade e vontade local, onde os indivíduos são os responsáveis pelas transformações, por melhorar os processos produtivos, aproveitar as oportunidades e os meios existentes, criar novos produtos, utilizar diferentes tecnologias e alcançam uma qualidade de vida e bem estar para a população local.

Buarque (2004, p. 25) conceitua desenvolvimento como: “Um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos”. O autor explica ainda que esse processo envolve o aproveitar as oportunidades econômicas e potencialidades da região conservando os recursos naturais locais para assim manter e elevar a qualidade de vida da população consistindo assim como uma mudança social que abrange construção da qualidade de vida e equidade social, crescimento econômico, preservação do meio ambiente e autonomia das finanças públicas já que as questões políticas e institucionais são responsável pela integração das outras dimensões.

Dessa forma, Barquero (2002) comenta que para ocorrer o desenvolvimento a população local potencializa os recursos existentes e atrai recursos externos para maximizar o processo produtivo local bem como cria e difunde inovações flexibilizando a produção e a participação solidária das instituições públicas e privadas de forma

organizada e alavancada por políticas públicas gerando então o crescimento endógeno e a melhoria da qualidade de vida da população e como consequência o desenvolvimento local. O desenvolvimento local, portanto, pode ocorrer mediante uma governança articulada entre diversos atores civis e institucionais de determinado território que formam parcerias locais para articular o desenvolvimento.

Nesse ponto de vista, entende-se o desenvolvimento local como uma mudança positiva no sistema econômico, social e ambiental de uma localidade, onde, por necessidade dos indivíduos da própria localidade emprega-se novos conhecimentos, parcerias, inovações para melhorar o processo produtivo, econômico e social. Essas melhorias internas no local, acabam por influenciar o regional posteriormente o global, já que, segundo Dallabrida, (2010) o desenvolvimento regional caracteriza-se pelo empenho das sociedades locais na formulação de políticas territoriais com o intuito de discutir as questões centrais da complexidade contemporânea capazes de tornar a região o sujeito de seu próprio processo de desenvolvimento.

Dallabrida (2010) complementa esclarecendo que o desenvolvimento regional constitui-se como a participação direta dos atores sociais e da sociedade organizada para realizar o diagnóstico da realidade, definir prioridades, planejar ações e decidir como os recursos financeiros, materiais e humanos devem ser utilizados para potencializar a estrutura local e superar os desafios buscando a competitividade em um contexto solidário e de profundas transformações num âmbito territorial chamado região, que se associa a um constante atividade de desenvolvimento da própria região, da comunidade ou sociedade local e da população que lá reside.

Nesse contexto, Furtado (2000) expressa que o desenvolvimento traz à tona uma transformação envolvendo o conjunto de uma sociedade aumentando de um lado a eficiência produtiva e o indivíduo como agente de mudança e, de outro a melhoria econômica alicerçadas crescimento e desenvolvimento econômico, humano, social e ambiental, local e/ou regional.

Por conseguinte, o processo de desenvolvimento, local ou regional envolve o crescente empenho das sociedades locais na formulação de políticas territoriais, locais e regionais, com o intuito de discutir as questões centrais de cada localidade e da região onde está inserida e que tornam a região o sujeito de seu próprio processo de crescimento sustentado estimulando as relações intra e interlocais para conquistar o desenvolvimento como um todo, ou seja, ampliação de empregos e da renda,

fortalecimento da cidadania, benefícios econômicos, sociais e de qualidade para empresários, trabalhadores, municípios e a população de forma geral.

1.3.2 A Metade do Sul do Rio Grande do Sul e o Corede Vale do Jaguari

O Estado do Rio Grande do Sul ocupa uma área de 281.737,888km², limitando-se ao norte com o Estado de Santa Catarina, a leste com o oceano Atlântico, ao sul com o Uruguai e a oeste com a Argentina, o que o torna um território extenso com espaços caracterizados por aspectos geográficos diferenciados que implica muitas vezes na elaboração de divisões, ora apoiadas por conceito de região natural, ora para fins administrativos e desenvolvimento de políticas públicas representando delimitações territoriais por meio de Mesorregiões, regiões e Microrregiões. (COREDE, VALE DO JAGUARI, 2015).

As Mesorregiões, representam além de uma delimitação territorial de espaço, regiões que apresentam características comuns entre si e desenvolvem atividades econômicas interdependentes que apresentam forma de organização do espaço geográfico definidos por dimensões sociais, naturais e de comunicação própria, que constituem as marcas da sua identidade, resultantes da forma como a sociedade se relacionou com aquele meio ambiente, ao longo do tempo inserida na região fronteira entre o Brasil, o Uruguai e a Argentina (CARGNIN, 2014).

A metade do sul do Rio Grande do Sul, se particulariza pelo agrupamento de atividades ligadas à pecuária, a orizicultura, a fruticultura e a silvicultura na maioria em médias e grandes propriedades rurais. Em relação a malha urbana da metade Sul esta possui núcleos esparsos o que divide a população. Ainda essa mesorregião se distingue das demais dado à extensa faixa fronteira com o Uruguai e a Argentina.

Com tantas características distintas a mesorregião Metade do Sul do Rio Grande do Sul implica para seu desenvolvimento realizar ações econômico e sociais integradas que estimulem a maximização de sua produção, a melhoria econômica e social e sua competitividade. Para a integração dos territórios pertencentes a esta Mesorregião foi criado no Rio Grande do Sul, os Conselhos Regiões de Desenvolvimento.

No Rio Grande do Sul, os Coredes foram criados pela Lei n 10.283/94 de 17 de outubro de 1994, onde o Estado dividiu-se em 28 Coredes com o objetivo de a

promover o desenvolvimento regional, harmônico e sustentável, a partir da integração dos recursos e das ações de governo na região para melhorar a qualidade de vida da população, diminuir as desigualdades na distribuição da riqueza bem como estimular as populações à ficarem em suas região e a preservar e recuperar o meio ambiente mediante ao planejamento de estratégias de desenvolvimento regional.

Etges (2005), complementa citando que os Coredes são organizações jurídicas de direito privado sem fins lucrativos formado por representantes da comunidade regional criados para finalidade assessorar o Governo Estadual na definição e planejamento de diretrizes gerais para o desenvolvimento regional e estadual.

De acordo com (COREDES, 2010) esses conselhos representam suas regiões e o Estado para a articulação de políticas públicas e construção de parcerias sociais e econômicas, em nível regional sempre levando em consideração os interesses locais e setoriais em torno de estratégias próprias e específicas de desenvolvimento para as regiões.

Assim, o Corede Vale do Jaguari pertencente a Mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul, originou-se Corede Central no ano de 2008 e, é composto por nove municípios: Cacequi, Capão do Cipó, Jaguari, Mata, Nova Esperança do Sul, Santiago, São Francisco de Assis, São Vicente do Sul e Unistalda. A região abrangida pelo Corede Vale do Jaguari faz fronteira ao norte com o Corede das Missões, ao sul e ao oeste com o da Fronteira Oeste e ao leste com o Corede Central como pode-se observar na figura 1:

Figura 1- Mapa Corede Vale do Jaguari



Fonte: Corede Vale do Jaguari (2015)

Ocupa uma área territorial de 11.254,08 e em 2014, a população total da região era de 117.473 habitantes, representando 1,05% da população do Estado. A densidade demográfica era de 10,4 hab/km², considerada extremamente baixa se comparada a média do Estado que era de 39,9 hab/km. Em relação aos aspectos sociais o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) Total da região apresentou variação de 0,656 em 2008 para 0,729 em 2013, desempenho este inferior à média do Estado (0,747) e, quanto à dimensão econômica apresenta um Produto Interno Bruto (PIB) de, aproximadamente, R\$ 2,2 bilhões em 2013, representando 0,76% do total do Estado. O PIB per capita do Corede era de R\$ 19.274,84, constituindo o quinto menor dentre os Coredes. (COREDE, VALE DO JAGUARI, 2015).

Sendo assim o Corede Vale do Jaguari pertencente a Mesorregião Metade Sul apresentam dificuldades socioeconômicas já que sua economia é baseada na produção agropecuária onde a maior parte dos empreendimentos de menor envergadura na região têm poucas perspectivas de reprodução socioeconômica, e contam com poucos incentivos tanto na capacitação gerencial, como em recursos financeiros, o que acaba por gerar baixo dinamismo competitivo dos produtos da região, especialmente aqueles oriundos de atividades empresariais e artesanais de pequeno e médio porte (ETGES, 2005).

Diante deste baixo dinamismo competitivo da região, pressupõem-se que é importante verificar o papel das instituições de ensino superior, as quais geram conhecimentos, técnicas e tecnologias, qualificando a mão-de-obra de obra local. No Rio Grande do Sul, há uma rede de ensino superior bastante interiorizada nas diferentes Mesorregiões e Coredes, O Estado possui um total de 134 IES com educação superior presencial, entre públicas e privadas, das quais muitas localizam-se na Mesorregião Metade Sul, e, 3 delas estão instaladas em municípios pertencentes ao Corede Vale do Jaguari (INEP -Sinopse, 2017).

O Rio Grande do Sul, segundo o INEP- Sinopse (2017) fica em terceiro lugar em número de alunos matriculados na educação superior no país, com 390 mil matrículas. Essas matrículas apresentam maior percentual em instituições de ensino superior privadas, seguidas pelas matrículas nas instituições públicas e nas instituições de ensino à distância.

Os municípios de São Vicente do Sul, Jaguari e Santiago, pertencentes ao Corede Vale do Jaguari, possuem instituições de ensino superior instaladas, cita-se, o Instituto Federal Farroupilha- Campus São Vicente do Sul, o Instituto Federal Farroupilha- Campus Jaguari, instituições públicas e, a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões- URI- Campus Santiago, Universidade Privada Comunitária, sem fins lucrativos conduzida por representantes da comunidade que a coordenam com a responsabilidade de contribuir para o desenvolvimento (COREDE, VALE DO JAGUARI, 2015).

Nessa lógica, um conjunto de 9 municípios pequenos, do interior do Rio Grande do Sul, pertencentes ao Corede Vale do Jaguari, possuir três IES pode ser um dado relevante para o desenvolvimento local, já que a educação superior é capaz de contribuir para a formação de atores sociais aptos a participar ativamente do desenvolvimento da sociedade onde vive.

No ano de 2017 as IES que fazem parte do Corede Vale do Jaguari, tiveram um total de 2.872 matrículas na educação superior presencial, sendo, 1.926 matrículas na URI- Campus Santiago, Universidade Privada sem Fins Lucrativos, 781 matrículas no Instituto Federal Farroupilha - Campus São Vicente do Sul (IFFar) e, 165 no IFFar Campus Jaguari, instituições públicas que ofertam educação superior. Essas mesmas instituições respectivamente, no ano de 2017 formaram 523 estudantes, onde 388 foram egressos da URI, 86 do IFFar São Vicente do Sul e, 49 no IFFar Jaguari (INEP- Microdados, 2017).

Percebe-se então, que o maior quantitativo tanto de matrículas como de egressos na educação superior, realizaram-se em uma instituição privada de ensino o que em muitos casos pode demandar políticas públicas de incentivo e/ou financiamento.

Assim, é importante compreender o perfil dos egressos dessas instituições, além de entender se as políticas de acesso à educação superior disponibilizadas nesse território, estão contribuindo para seu desenvolvimento, pois, o Corede Vale do Jaguari, conforme seu plano estratégico de desenvolvimento tem como potencialidades econômicas atividades de agregação de valor da produção primária, à inserção da produção nos mercados, a exploração logística de interligação dos modais rodoferroviários bem como a existência e a diversidade de entidades públicas e privadas, locais, regionais e setoriais, que podem ser melhor utilizadas em prol do

desenvolvimento considerando o aumento da perspectiva da participação social. (COREDE, VALE DO JAGUARI, 2015).

Dessa forma, percebe-se que no Corede Vale do Jaguari, metade do Sul do Rio Grande do Sul, apesar de índices baixos, como o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) apresentar índice de 0,729, desempenho este que é inferior à média do Estado (0,747) e à média da maioria dos Coredes, possui potencial de desenvolvimento local. Esse desenvolvimento, poderá se dar através do incentivo à participação dos sujeitos sociais, estreitamento das relações socioinstitucionais entre Estado e sociedade, elevação dos níveis educacionais, disseminação do conhecimento, inovações entre outras estratégias para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e o desenvolvimento local e regional.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Como indicado na introdução desta dissertação, seu objetivo principal foi investigar as políticas públicas de acesso à educação superior no Corede Vale do Jaguari, particularmente o caso dos egressos da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) Campus Santiago entre os anos de 2010 a 2017, avaliando o impacto dessas políticas no perfil dos egressos e suas contribuições para o desenvolvimento socioeconômico da região o que tornou necessário a determinação de procedimentos e ações para o alcance dos resultados finais, ou seja, a apresentação da metodologia utilizada.

Assim, o primeiro procedimento foi a apresentação da delimitação do método a ser utilizado e caracterização da pesquisa quanto a sua natureza e objetivos. Após, deixa-se claro as fontes de dados utilizadas, as formas e instrumentos de coleta, para na sequência expor o universo a ser pesquisado bem como o cálculo amostral e o total da amostra constituída.

Finalizando, apresenta-se como foi realizado o tratamento e a análise dos dados coletados pelo pesquisador para testar as hipóteses e finalizar a pesquisa.

Pode-se caracterizar uma pesquisa como um procedimento racional e organizado que possui como propósito apresentar respostas aos problemas que são apontados. Gil (2008) complementa que a pesquisa é estruturada por várias etapas, desde a formulação do problema até seus resultados finais.

Baquero (2009) explica que a metodologia demonstra a inter-relação entre os objetivos do que o pesquisador quer descobrir, a visão do pesquisador em como construir os conhecimentos e o estabelecimento das ações de como coletar as informações para chegar aos seus objetivos.

Essas atividades estruturadas conforme Lakatos e Marconi (2017) constituem-se o método de pesquisa o qual traça caminhos para o alcance do objetivo. No caso de avaliar o impacto das políticas públicas de acesso à educação superior, FIES e PROUNI no perfil dos egressos da URI- Campus Santiago no período de 2010 a 2017, o método de pesquisa caracterizou-se como dedutivo, pois como colocam Lakatos e Marconi (2017) o método dedutivo parte do geral e, a seguir, desce ao particular. A partir de princípios, leis ou teorias consideradas verdadeiras e indiscutíveis, prediz a ocorrência de casos particulares com base na lógica, ou seja, analisou-se o perfil dos

egressos que tiveram PROUNI ou FIES para analisar as políticas públicas de acesso a educação superior.

Assim, a pesquisa foi caracterizada como pesquisa aplicada, já que buscou a resolução de um problema concreto, ou seja, avaliar o impacto das políticas públicas de acesso à educação superior, FIES e PROUNI no perfil dos egressos da URI-Campus Santiago no período de 2010 a 2017. Conforme Vergara (2016) uma pesquisa aplicada surge da necessidade de resolver problemas concretos, de origem prática.

Já quanto aos objetivos a pesquisa em questão foi classificada em exploratória e descritiva. Exploratória, pois buscou atender aos três primeiros objetivos da pesquisa, o de verificar a percepção das pessoas sobre as contribuições dessas políticas na região do Corede Vale do Jaguari no período de 2010 a 2017, relacionar as políticas públicas da educação superior com o desenvolvimento socioeconômico da região do Corede Vale do Jaguari e, compreender o papel das universidades comunitárias para a formação de atores focados para o desenvolvimento local.

Gil (2008) relata que uma pesquisa exploratória é bastante específica, e objetiva deixar explícito o problema para que possa ser resolvido desenvolvendo, esclarecendo e modificando conceitos e ideias.

A pesquisa também pode ser classificada como descritiva já que atendeu o quarto objetivo da dissertação de identificar possibilidades de melhoria para o emprego das políticas públicas para a educação superior na região do Corede Vale do Jaguari.

Para Michel (2015) a pesquisa descritiva está baseada no princípio de que os problemas podem ser entendidos e resolvidos, ela examina, descreve e explica problemas, fatos ou fenômenos, com clareza, observando e considerando a influência que o ambiente exerce sobre eles.

A presente pesquisa teve característica quantitativa, pois serão coletados dados numéricos, como gênero, idade, município onde reside, curso que se graduou, se está empregado e renda, bem como foi realizada a interpretação dos dados coletados visando o esclarecimento das informações.

Na concepção de Baquero (2009) a pesquisa quantitativa nas ciências sociais contribui preenchendo lacunas bibliográficas, testando hipóteses, teorias e novos conceitos, bem como estabelecendo relações entre variáveis. Logo, através de

pesquisa quantitativa pode-se produzir conhecimentos novos, a partir de dados precisos e exatos coletados através de números que buscaram esclarecer o impacto das políticas públicas de acesso à educação superior, FIES e PROUNI no perfil dos egressos da URI- Campus Santiago no período de 2010 a 2017 verificando a percepção das pessoas sobre as contribuições dessas políticas para o desenvolvimento da região do Corede Vale do Jaguari.

Complementando a ideia de Baquero (2009), Ramos (2015) explica que justifica-se o uso de pesquisa quantitativa em ciências sociais, visto que por meio de dados poderão descrever e/ou comparar características de grupos sociais, realidades, contextos ou instituições, estabelecendo relações causais verificando os efeitos de variáveis em outras, suas magnitudes particulares e entendendo resultados para uma população a partir de resultados obtidos em uma amostra. Assim, ao verificar o impacto das políticas públicas de acesso à educação superior, FIES e PROUNI no perfil dos egressos da URI- Campus Santiago no período de 2010 a 2017 (variável um) tornou-se possível entender se essas políticas contribuíram para o desenvolvimento local (variável 2).

Outrossim, a pesquisa teve característica qualitativa, já que para verificar a percepção das pessoas sobre as contribuições das políticas públicas de acesso à educação superior para o desenvolvimento da região do Corede Vale do Jaguari os dados numéricos foram relacionados e discutidos com base na revisão de literatura.

Com natureza qualitativa, a pesquisa também foi realizada por meio de entrevista aos gestores da universidade buscando compreender o papel das universidades comunitárias para a formação de atores focados para o desenvolvimento local que foi relacionada e discutida com as questões feitas aos egressos. Baquero (2009) declara que a coleta de dados por meio da entrevista ocorre pela aceitação da descrição verbal dos participantes acerca do fenômeno em estudo o que possibilita informações mais detalhadas.

Gil (2008) elucida que a pesquisa qualitativa caracteriza-se por seu foco buscar compreender de maneira mais aprofundada fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, trabalhando com o universo de crenças, valores, significados e outros que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A pesquisa pode, além disso, caracterizar-se como pesquisa bibliográfica e *survey*. A pesquisa foi bibliográfica porque foi realizada a busca em referenciais

teóricos a respeito do tema. Nesse sentido, Vergara (2016) explica que a pesquisa bibliográfica se dá através do estudo estruturado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, ou seja, material com acessibilidade ao público em geral.

O *survey* foi realizado através de questionário estruturado com perguntas fechadas com os egressos no período de 2010 a 2017, da URI Santiago que foram beneficiados com FIES ou PROUNI.

Baquero (2009) explica que a pesquisa *survey* caracteriza-se como uma investigação para saber como as pessoas pensam sobre determinados assuntos mediante perguntas cuidadosamente planejadas sobre o tema específico que se deseja informações. Contudo, Baquero (2009) salienta que para que a confiabilidade da pesquisa *survey* seja eficaz, é indispensável rigor científico na coleta e interpretação dos dados para que efetivamente seja possível interpretar a dinâmica destas, o porquê da opinião dos entrevistados e não somente como os entrevistados pensam.

2.1 FONTE, COLETA E INSTRUMENTO DE DADOS

Conforme Santos (2000) a coleta de dados auxilia na análise dos casos que estão acontecendo em uma organização, sendo o ponto inicial para a elaboração e execução de uma tarefa, podendo ser caracterizada como o ato de pesquisar documentos, obter informações sobre um determinado assunto ou conjunto de temas que estabelecem relações e junta-los para possibilitar uma análise futura.

Sendo assim, o presente trabalho coletou dados primários e secundários, ou seja, buscou-se primeiramente materiais já publicados sobre o tema, referenciais teóricos sobre as políticas públicas de acesso à educação superior, Universidades comunitárias e desenvolvimento regional, em seguida buscou-se por meio de questionário coletar dados primários sobre o perfil dos egressos (Apêndice A) bem como por meio de entrevista semi- estruturada a visão dos gestores sobre o papel da universidade na formação desses egressos (Apêndice B).

Mattar (2005) informa que os dados primários são considerados como aqueles que ainda não foram coletados anteriormente à pesquisa, ou melhor, eles são pesquisados para atender os objetivos da pesquisa em andamento, enquanto que os

dados secundários são os que já foram coletados em outro momento, esses dados já se encontram dentro da organização, no entanto, muitas vezes não são utilizados.

2.1.1 Universo e amostra

Buscando atender aos objetivos da pesquisa torna-se necessário delimitar o público alvo do estudo, ou seja, a população que se irá pesquisar.

Conforme Gil (2008) a população de uma pesquisa constitui-se a totalidade de objetos que possuem as mesmas características definidas, formando a totalidade de elementos distintos, mas que possuem certa paridade nas suas características.

Nesse sentido, a pesquisa foi realizada na Metade Sul do Rio Grande do Sul, onde foi trabalhado com dados de indivíduos que residiam durante o ensino superior nos municípios do Corede Vale do Jaguari e que são egressos da URI campus Santiago.

Como população da presente pesquisa delimitou-se os egressos da URI Santiago no período de 2010 a 2017, que foram incentivados por políticas públicas de acesso à educação superior, FIES e PROUNI em uma Universidade Comunitária, o que totaliza 1.480 alunos. Também foi realizada entrevista com 3 gestores da Universidade.

Entretanto, por a população ser a totalidade de elementos e para que se torne viável a realização da pesquisa, será constituída uma amostra desta população. Amostra é um subconjunto da população, a parte selecionada da população que se deseja pesquisar (LAKATOS E MARCONI, 2017).

Portanto a amostra foi constituída por meio de amostragem probabilística simples. “Quando se utiliza amostragem probabilística, cada unidade da população tem uma probabilidade igual de ser incluída na amostra” (BAQUERO, 2009, p.84). Baquero (2009) ainda comenta que diante da amostragem probabilística é possível generalizar para a população os resultados obtidos na pesquisa já que pode-se derivar as propriedades das estimativas da amostra.

Para calcular a amostragem probabilística simples, Gil (2008) relata que sendo a população menos de 100.000 elementos a fórmula a ser usada para calcular a amostragem é:

$$n = \frac{a^2 p \cdot q \cdot N}{E^2 (N - 1) + a^2 p \cdot q}$$

Conforme o autor citado acima calculou-se a amostragem que ficou da seguinte forma:

n = tamanho da amostra

a^2 = nível de confiança escolhido, expresso em um número de desvio padrão

p = porcentagem de verificação 50%

q = porcentagem complementar 50%

N = número de participantes 1480

E^2 = erro máximo permitido 5%

Nível de confiança 95%

Assim, diante de uma população de 1480 alunos assistidos por políticas públicas a amostra foi constituída de 306, baseado num nível de confiança de 95% e com margem de erro de 5%.

Sendo assim, os egressos foram questionados através de ligações telefônicas onde foi realizado sorteio aleatório com auxílio de programas computacionais e estabeleceu-se 3 ligações, caso o egresso não tenha atendido, realizou-se novamente o sorteio e buscou-se questionar outro egresso evitando diminuição da amostra.

Quanto aos gestores, realizou-se entrevista com 3 indivíduos, o Diretor Geral, o Diretor Acadêmico e o Diretor Administrativo, da URI- Campus Santiago visto que os mesmos são os representantes legais da instituição e acompanham as ações acadêmicas e administrativas constantemente.

Mattar (2005, p. 132) explica que a “amostragem probabilística simples” é aquela em que a seleção dos elementos da população para compor a amostra tem a mesma probabilidade de serem selecionados.

2.1.2 Tratamento e análise dos dados

O tratamento e análise de dados consistem na tentativa de evidenciar as relações entre os fatos pesquisados e outros fatores, vinculando-os a outros conhecimentos, representam a aplicação lógica conclusiva e indutiva do método de investigação, pois a relevância dos dados está não em si mesmos, mas em possibilitarem respostas às investigações (LAKATOS E MARCONI, 2017).

Após a coleta de dados, em referenciais teóricos e a sistematização dos dados coletados através dos questionários, utilizou-se o programa *Microsoft Office Excel*¹ para tratamento estatístico, cruzamentos, correlações e outros testes estatísticos, onde serão realizadas correlações entre questões.

Posteriormente, realizou-se a descrição das entrevistas, dados qualitativos, e foi feita sua interpretação à luz do referencial teórico estudado, discutindo e relacionando essas descrições com os resultados dos questionários, dados quantitativos.

À vista disso, Baquero (2008) sustenta que pesquisar sobre opinião e percepção dos sujeitos utilizando questionários e ou entrevistas, oportuniza que o pesquisador possa demonstrar a existência ou não de associação entre os conceitos, não postulando somente relações de causa e efeito.

¹Editor de planilhas para elaborar, tabelas, gráficos, cálculos, correlações de dados entre outras funcionalidades.

3 IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO A EDUCAÇÃO SUPERIOR: O caso da URI Santiago.

O objetivo deste capítulo é avaliar o impacto das políticas públicas de acesso à educação superior FIES e PROUNI no perfil dos egressos da URI- Campus Santiago. A partir do processo de construção do perfil do egresso procura-se verificar as contribuições dessas políticas na região do Corede Vale do Jaguari no período de 2010 a 2017 compreendendo o papel das universidades comunitárias para a formação de atores focados para o desenvolvimento local bem como utilizar esses dados para identificar possibilidades de melhoria para o emprego das políticas públicas para a educação superior na região do Corede Vale do Jaguari.

Para tanto, este capítulo organiza-se em três partes: Perfil dos Egressos da URI- Santiago assistidos pelo FIES e PROUNI; a percepção das pessoas sobre a contribuição do FIES e do PROUNI para o desenvolvimento socioeconômico da região do Corede Vale do Jaguari; Papel da Universidade Comunitária e a formação de atores focados para o desenvolvimento local.

3.1 PERFIL DOS EGRESSOS DA URI SANTIAGO ASSISTIDOS PELAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (FIES E PROUNI)

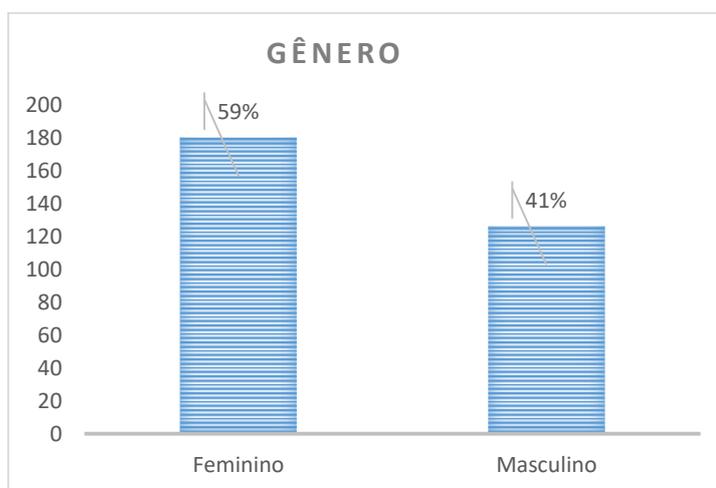
Com a modernização da sociedade brasileira e implementação políticas públicas para a educação superior, como o FIES e o PROUNI, a partir dos anos 2001 e 2005 respectivamente, observou-se a expansão, democratização e interiorização do Ensino Superior no Brasil. Percebe-se que essas mudanças modificam também o perfil dos alunos o que torna relevante conhecer o perfil dos egressos da URI Santiago assistidos pelas políticas públicas de educação superior e o impacto destas políticas públicas, já que estas políticas constituem-se como mecanismos de ação do Estado, para atender as demandas da sociedade por mais acesso à educação superior.

O levantamento foi realizado no período de 02 de agosto a 1º de outubro de 2018 com 306 egressos descrevendo as suas principais características (social e econômica). Durante a pesquisa realizou-se 64 sorteios já que na terceira ligação não atendida propôs-se a realização de novos sorteios.

Para conhecer o perfil dos egressos buscou-se por meio um conjunto de questões identificar características como gênero, idade, local de residência, formação superior, ano de formação, políticas públicas que teve acesso, papel desta políticas para a formação, nível de empregabilidade, local de trabalho, área de atuação, função que desempenha e renda dos egressos a URI- Campus Santiago.

O gráfico 3, apresenta o gênero dos participantes da pesquisa.

Gráfico 3 – Gênero



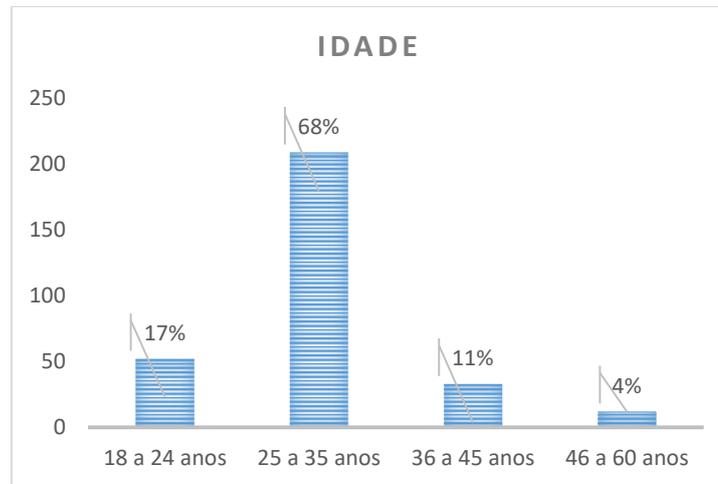
Fonte: Elaboração própria. N=306

Os dados expressos no gráfico 3, permitem constatar que a maioria dos egressos participantes da pesquisa são do sexo feminino, 59 %. Esse perfil vem de encontro com o perfil demográfico dos habitantes do Corede Vale do Jaguari onde 50,89% são mulheres e 49,11% homens (COREDE, VALE DO JAGUARI, 2015).

Pode-se ainda relacionar o gênero dos egressos da URI com o Censo da educação superior (INEP- Censo, 2017) o qual expressa que 61,1% dos concluintes do ensino superior são mulheres e apenas 38,9% homens. Nesse sentido, a característica gênero dos egressos da URI- Campus Santiago está de acordo com as características da população brasileira.

Em relação a faixa etária dos egressos da URI Campus Santiago, participantes da pesquisa, o gráfico 4, retrata.

Gráfico 4- Faixa etária



Fonte: Elaboração própria. N=306

Percebe-se no gráfico 4 que há uma concentração de egressos na faixa etária dos 25 e 35 anos. Contudo, de acordo com a Sinopse Estatística da Educação Superior, INEP (2017) a média de idade dos concluintes do Ensino Superior fica por volta dos 23 anos. Ingressam nas Instituições de Ensino Superior em média aos 19 anos, e concluem o curso com 23 anos.

Percebe-se que no Corede Vale do Jaguari a faixa etária de idade é maior que no restante do país, entretanto, pode ser justificado pela faixa etária maior do Corede Vale do Jaguari (2017) que relata que a faixa etária entre 20 e 59 anos representa mais de 55,5% da população. Ainda, de acordo com Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (PORTAL ODS, 2018), nesta região os alunos do ensino médio possuem uma defasagem de idade série significativa, onde mais de 24,7% possuem no ensino médio idade superior à recomendada, 14 a 18 anos, o que nos leva a concluir que estes ingressam um pouco mais tarde no ensino superior.

Os resultados sobre a cidade de residência dos egressos é apresentada na tabela 1.

Tabela 1- Cidade de Residência

Cidade	Residentes/egressos	%	Recorte
Santiago	124	40,52	Vale do Jaguari
Santa Maria	28	9,15	RS
Jaguari	21	6,86	Vale do Jaguari
São Francisco de Assis	20	6,54	Vale do Jaguari

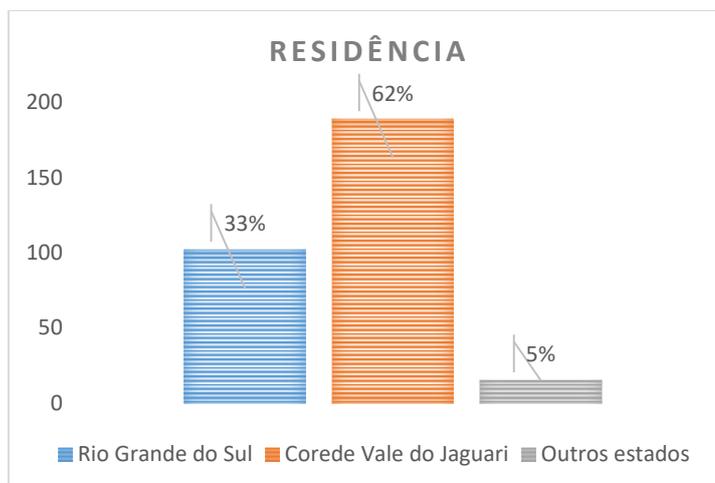
São Borja	13	4,25	RS
Nova Esperança do Sul	9	2,94	Vale do Jaguari
São Vicente do Sul	9	2,94	Vale do Jaguari
Porto Alegre	7	2,29	RS
Bossoroca	6	1,96	RS
Alegrete	5	1,63	RS
Itacurubi	5	1,63	RS
Cacequi	4	1,31	Vale do Jaguari
Manoel Viana	4	1,31	RS
Uruguaiana	4	1,31	RS
São Luiz Gonzaga	3	0,98	RS
Capão do Cipó	2	0,65	Vale do Jaguari
Capão do Cipó	2	0,65	RS
Caxias do Sul	2	0,65	RS
Lajeado	2	0,65	RS
São Gabriel	2	0,65	RS
São Miguel das Missões	2	0,65	RS
Bagé	1	0,33	RS
Bento Gonçalves	1	0,33	RS
Caçapava do Sul	1	0,33	RS
Erechim	1	0,33	RS
Frederico Westphalen	1	0,33	RS
Osorio	1	0,33	RS
Palmeira das Missões	1	0,33	RS
Passo Fundo	1	0,33	RS
Pinhal Grande	1	0,33	RS
Rio Grande	1	0,33	RS
Rondinha	1	0,33	RS
Santa Rosa	1	0,33	RS
Santana do Livramento	1	0,33	RS
Santo Ângelo	1	0,33	RS
São Leopoldo	1	0,33	RS
São Sepé	1	0,33	RS
Venâncio Aires	1	0,33	RS
13 municípios de outras Ufs	15	4,90	Outra UF
TOTAL	306	100,00	

Fonte: Elaboração própria

Percebe-se que há uma preponderância egresso residentes em Santiago e em município do Vale do Jaguari ou limítrofes a ele o que é coerente com os objetivos e a própria existência da URI Campus Santiago.

Nesse sentido, através do gráfico 5 pode-se perceber de maneira simplificada o local de residência dos egressos da URI- Campus Santiago 2010-2017.

Gráfico 5- Residência



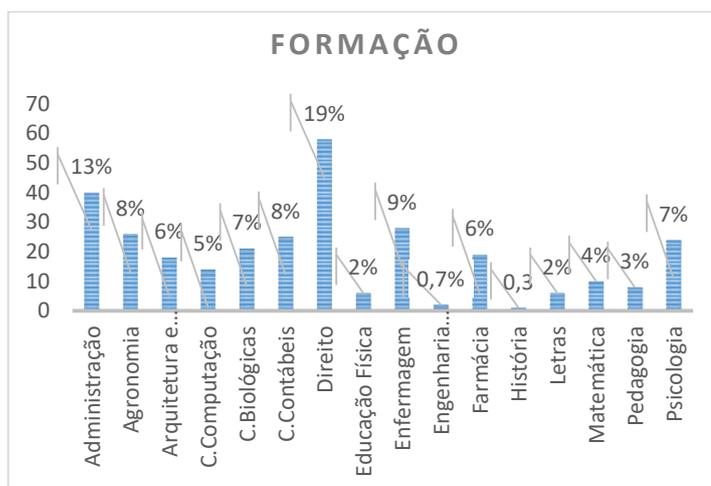
Fonte: Elaboração própria. N=306

Observa-se que a maioria dos pesquisados residem atualmente no Rio Grande do Sul e grande parte deles residem na região do Corede Vale do Jaguari. Percebe-se que o quantitativo maior de residentes é no município de Santiago (RS), visto ser o município mais populoso deste Corede, bem como o município do Corede que possui Instituição de Educação Superior. Em seguida, percebe-se ainda os municípios de Jaguari e São Francisco de Assis, respectivamente com o maior número de egressos residentes.

Esses dados reiteram o perfil populacional e socioeconômico do Corede, já que conforme Corede Vale do Jaguari (2015), Santiago possui uma população de 50.443, Jaguari 11.144 habitantes e São Francisco de Assis um quantitativo de 18.838 habitantes, ou seja, esses três municípios estão entre os 4 municípios integrantes do Corede com maior população, bem como população urbana. Santiago, por exemplo, possui 91,2% de população residente na área urbana, Jaguari, 56,9% e São Francisco de Assis, 70,1%. A distribuição populacional por tipo de domicílio em 2010 no Corede Vale do Jaguari apresentava 77% de concentração da população na área urbana e somente 23% na área rural.

Sobre a formação superior concluída na URI- Campus Santiago o gráfico 6 e apresenta.

Gráfico 6- Formação



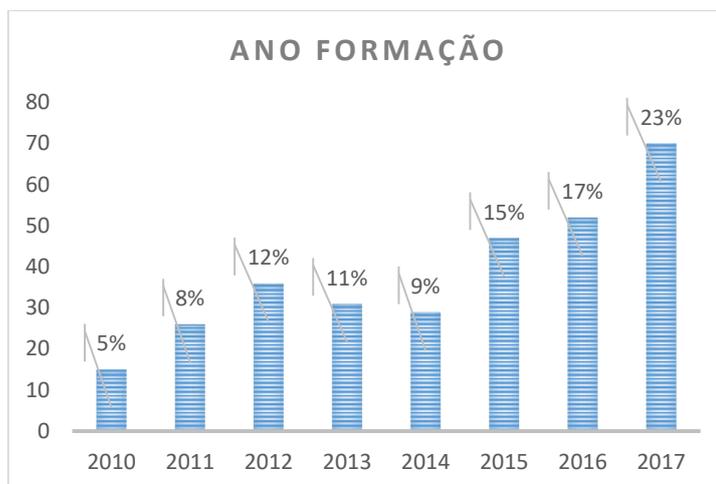
Fonte: Elaboração própria. N=306

Ressalta-se no gráfico 6 que a formação concluída na URI- Campus Santiago envolve em sua maioria a formação de bacharéis com maior número de concluintes em direito (19%), administração (13%) e enfermagem (9%). Ao comparar com os dados dos concluintes do Brasil (INEP- Sinopse, 2017) em instituições privadas, pode-se perceber, que no Brasil, os cursos que mais formam profissionais são os bacharelados, 69%, seguido pelas licenciaturas, 19%.

Ainda, segundo os dados do Censo da educação superior (INEP- Censo, 2017) a área de Ciências Sociais, Negócios e Direito é a área que possuiu o maior percentual de concluintes em 2017, 23%, seguido de 12,3% a área de educação e 8,5% saúde e bem estar social para cada 10.000 habitantes no Brasil. Por conseguinte, o número de egressos dos cursos da URI, Campus Santiago, relacionam-se com as áreas que mais formam também no restante do país, Ciências Sociais, Administração, Direito e Saúde, enfermagem.

Quanto ao ano de conclusão da formação superior, o gráfico 7, expõe:

Gráfico 7- Ano de formação



Fonte: Elaboração própria N=306

De acordo com o gráfico 7, percebe-se que a tendência de número de concluintes, aumenta na maioria dos períodos na URI- Campus Santiago, acompanhando a tendência apresentada no histórico de concluintes da Educação Superior em instituições privadas no Rio Grande do Sul, onde também o número eleva-se na maioria dos anos, somente entre 2013 e 2014 o número de concluintes diminui tanto na URI, como no Rio Grande do Sul, conforme pode-se observar na tabela 2.

Tabela 2 – Histórico de concluintes da Educação Superior no RS

CONCLUINTES EM INSTITUIÇÕES PRIVADAS	TOTAL
2010	36.351
2011	798.348
2012	812.867
2013	761.732
2014	785.327
2015	910.171
2016	922.574
2017	947.976

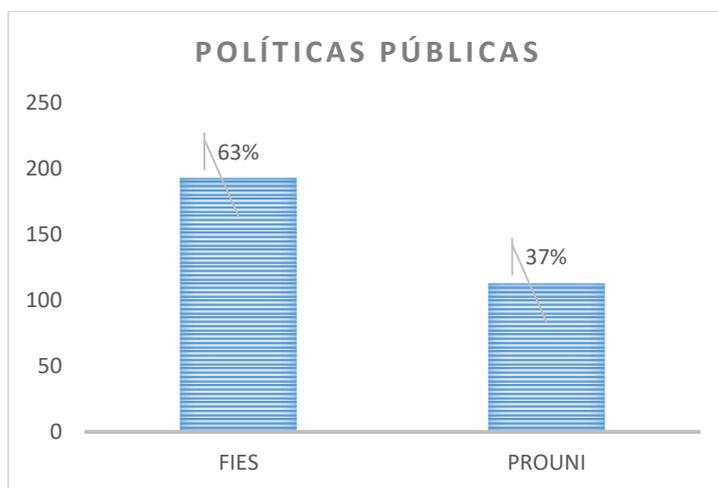
Fonte: Adaptado INEP (2017)

No ano de 2015, conforme o gráfico 7 e a tabela 2, o número de concluintes da educação superior em Instituições privadas, volta a subir o que leva a intuir que o FIES e PROUNI ampliaram o acesso ao número de concluintes, o que vem de encontro

com o que está estabelecido em Brasil- Prouni, (2017), que divulga que em 2015 mais 40% dos estudantes da educação superior na modalidade presencial, possuíam o FIES, acompanhando o ano de 2014, quando foram concedidas 732 mil financiamentos. Isso, deixando claro que o incentivo das políticas públicas de acesso a educação superior contribuem de maneira significativa para que os estudantes possam cursar/concluir o ensino superior.

Ao buscar identificar qual das políticas públicas o egresso da URI- Campus Santiago teve acesso, o gráfico 8 evidencia.

Gráfico 8- Políticas públicas



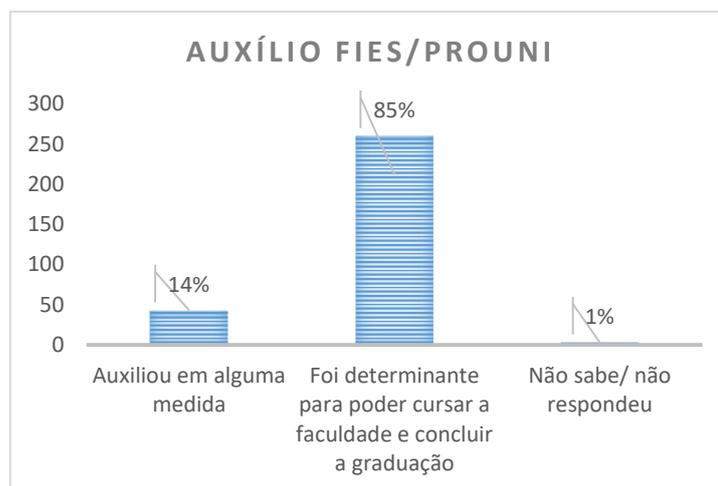
Fonte: Elaboração própria. N=306

Nota-se, no gráfico 8, que a grande maioria dos egressos da URI, mais da metade, 63%, tiveram acesso ao FIES, e os demais, 37%, ao PROUNI. Logo, compreende-se que por tratar-se de uma instituição não gratuita de ensino, os egressos da URI, para concluírem o ensino superior demandam de políticas públicas de facilitação de acesso e/ou financiamento.

Corroborando Tachibana, Menezes Filho e Komatsu (2015) salientam que a partir de 2011 houve amplo crescimento do Fies, culminando em uma participação combinada de 30,9% (sendo 20,8% do Fies e 10,1% do Prouni). Na concepção de Sguissardi (2000), nos últimos anos ocorreram mudanças no perfil socioeconômico dos estudantes de graduação, acirradas pelo novo perfil da população brasileira de baixa renda as quais começaram a receber incentivos, efetivo aumento real do salário mínimo, e por programas como o PROUNI e, especialmente, o FIES.

Complementando o gráfico 8, no gráfico 9 apresenta-se a percepção dos egressos sobre o auxílio prestado pelas políticas públicas de acesso à educação superior.

Gráfico 9- Percepção auxílio



Fonte: Elaboração própria. N=306

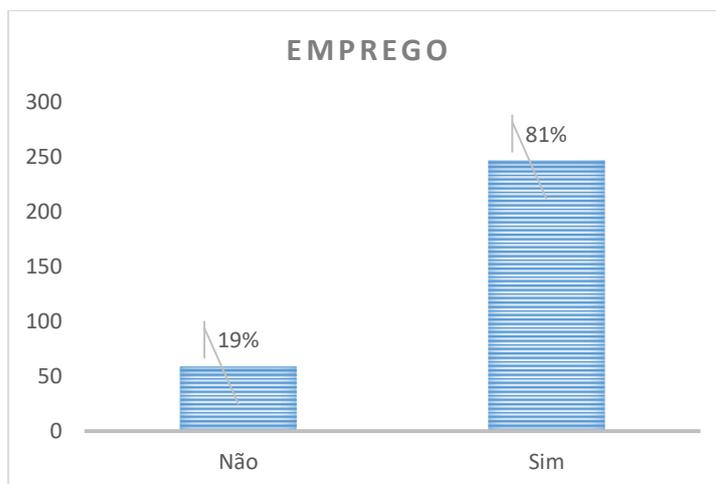
Observa-se que quase a totalidade dos participantes da pesquisa, 85% conforme o gráfico 9, percebeu as políticas públicas de acesso à educação superior como determinante para poder cursar e concluir a graduação.

Apreende-se nesse sentido que o FIES e o PROUNI como políticas públicas de incentivo à educação superior e a democratização desta modalidade, mesmo com falhas, proporcionam condições para o acesso de estudantes carentes ao ensino superior privado, por meio da oferta de financiamento e bolsas de estudo (DIAS SOBRINHO, 2005).

Pode-se, portanto, afirmar que o FIES e o PROUNI têm contribuído para significativamente para estudantes poderem concluir a graduação em instituições privadas de ensino, pois como mostra o Censo da educação superior, INEP- Censo (2017) mais de 75% das matrículas nos cursos de graduação são em IES privadas, e nestas mais de 45% dos estudantes recebem algum tipo de auxílio financeiro, FIES ou PROUNI.

Em relação à ocupação dos participantes da pesquisa, o gráfico 10, apresenta afirmações destes, se estão empregados ou não.

Gráfico 10- Emprego



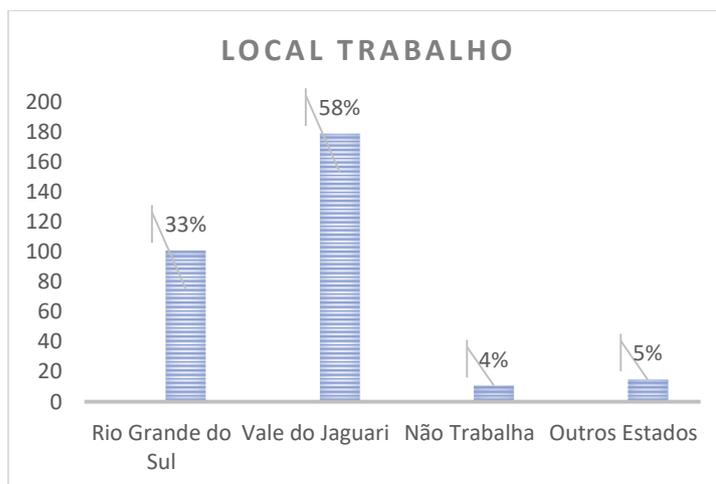
Fonte: Elaboração própria. N=306

Do total de egressos da URI- campus Santiago, mais de 80% afirmam estar empregados, o que supera os números da população ocupada no Rio Grande do Sul em 2017, que possui um total de 5.605.475 indivíduos ocupados conforme Atlas Socioeconômico, o que representa pouco mais de 50% da população. (RIO GRANDE DO SUL, 2016)

Já, quanto ao Corede Vale do Jaguari, no que se refere a empregos, em 2015 a região possuía 13.918 vínculos empregatícios formais ativos, dos quais 52,6% estavam registrados em Santiago e 11,6% em Nova Esperança do Sul. Nos últimos anos a região também sofreu com a desaceleração econômica, reduzindo o saldo entre admissões e demissões (COREDE VALE DO JAGUARI, 2015).

O gráfico 11 exhibe o local de trabalho dos egressos da URI- campus Santiago.

Gráfico 11- Local trabalho



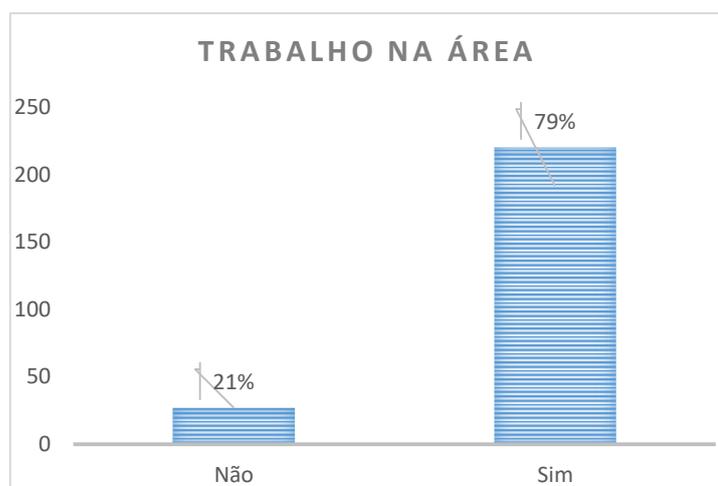
Fonte: Elaboração própria. N=306

O gráfico 11 ressalta que os egressos, em sua maioria, trabalham nas cidades pertencentes ao Corede Vale do Jaguari, sendo importante salientar que dos 179 egressos que trabalham nos municípios do Vale do Jaguari, os maiores números de empregos segundo a pesquisa realizada estão nas cidades de Santiago (61% de egressos que trabalham), Jaguari (12%) e São Francisco de Assis (11%), respectivamente.

Esses percentuais vem de encontro com os dados sobre emprego na região. De acordo com Corede Vale do Jaguari (2015) a região possuía neste período 13.918 vínculos empregatícios formais ativos, dos quais 52,6% estavam registrados em Santiago.

No gráfico 12 são apresentadas as respostas dos egressos pesquisados sobre trabalhar na área que se graduou ou não.

Gráfico 12- Trabalho área de graduação



Fonte: Elaboração própria. N=247

O gráfico 12 indica que do total de 247 egressos que estão trabalhando, a maioria deles, 79% trabalham na área que se graduaram, o que relacionado aos resultados do gráfico 6, fazem parte das áreas de direito, administração e enfermagem respectivamente como pode-se observar na tabela 3.

Tabela 3- Formação X ocupação X área

Curso	Total formandos	Trabalham	Trabalham área formação
Direito	58	78%	48%
Administração	40	87%	62%
Enfermagem	28	89%	61%

Fonte: Elaboração própria

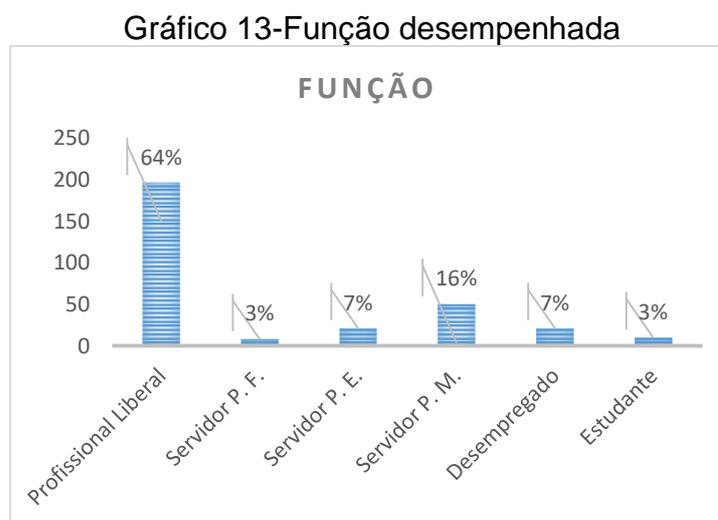
Conforme Corede Vale do Jaguari (2015), verifica-se que há uma concentração de serviços públicos nas áreas de defesa, segurança e justiça que atuam na maioria dos municípios da região, o que pode justificar o grande número de egressos na área do Direito. Nesse sentido, justificando também o número elevado de egressos do curso de administração, a região possui mais de 7.502 empreendimentos instalados.

Sob o ponto de vista da saúde, infraestrutura de saúde no Vale do Jaguari é composta por 14 postos de saúde, 7 hospitais gerais com um total de 403 leitos e 182 estabelecimentos que atuam na área da saúde, tais como farmácias, drogarias, clínicas médicas, odontológicas, nutricionistas, fisioterapeutas, laboratórios, entre outros o que também justifica o número de egressos da área de saúde.

Portanto, percebe-se que os cursos que mais foram ofertados e/ou tiveram egressos suprem a demanda local e podem contribuir para o desenvolvimento, pois conforme explicitado há vagas na área de segurança, defesa, justiça, negócios e saúde o que vem ao encontro das vocações atuais do Corede Vale do Jaguari que de acordo com o seu Plano Estratégico de Desenvolvimento envolve a agropecuária, agricultura familiar, comércio e serviços, turismo cultural, histórico e de balneários, serviços de saúde, indústria do couro bem como educação e formação educacional (COREDE VALE DO JAGUARI, 2015).

Nesse sentido, Buarque (2004) corrobora explicando que para que o desenvolvimento local ocorra de forma consistente e sustentável, deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local.

O gráfico 13, demonstra as principais funções desempenhadas pelos egressos da URI- Campus Santiago.



Fonte: Elaboração própria. N=306

Percebe-se que mais de 64% dos egressos da URI- campus Santiago trabalham como profissionais liberais e mais de 26% exercem função pública, o que vem de encontro com as potencialidades da região do Corede Vale do Jaguari. Há, assim, uma predominância do setor privado em relação ao setor público. As potencialidades econômicas da região vinculam-se à agregação de valor da produção primária, à inserção da produção nos mercados institucionais, a exploração logística de interligação dos modais rodoferroviários o que justifica o número de profissionais

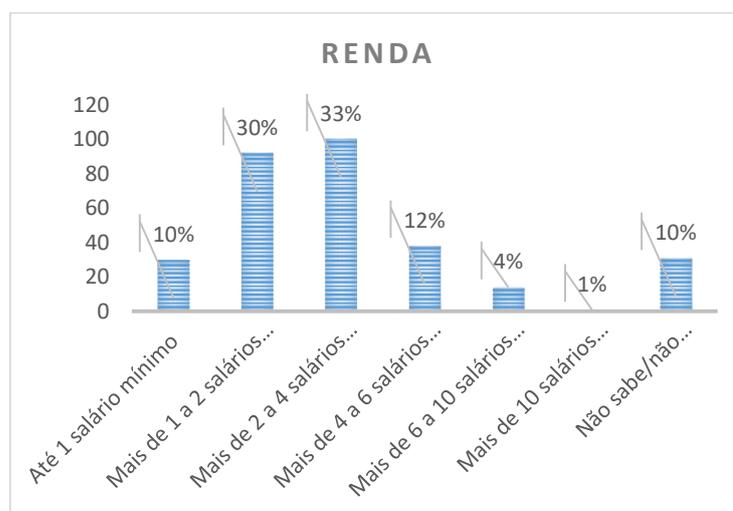
liberais e servidores municipais já que existe tradição produtiva alicerçada nos serviços, agropecuária e um número significativo de organizações institucionais e sociais.

Além disso, observa-se como oportunidades da região a exploração da matriz agropecuária e turística, a política nacional de incentivo ao modal ferroviário, parcerias público privadas para as demandas estruturais, políticas municipais e regional de diretrizes urbanísticas e ambientais, compras governamentais e os mercados institucionais bem como o crescimento da população brasileira (COREDE VALE DO JAGUARI, 2015).

Fica claro, portanto, a importância de continuamente identificar problemas potencialidade e oportunidades para que torne-se viável o estabelecimento e implementação de diretrizes estratégicas para projetos regionais que contribuam para o desenvolvimento local e regional. Dallabrida (2010) explica que o desenvolvimento local e regional depende da interação público-privada e articulação dos diferentes atores de forma democrática e participativa, diagnosticando a realidade, definindo prioridades, planejando a implementação das ações para então, dinamizar as potencialidades e superar os desafios, visando o desenvolvimento territorial.

No Gráfico 14, demonstra-se a renda média dos egressos da URI- Campus Santiago.

Gráfico 14- Renda média



Fonte: Elaboração própria. N=306

Percebe-se que a renda média dos egressos da URI- Campus Santiago, em sua maioria, fica entre 1 e 4 salários mínimos, 30% de 1 a 2 e, 33 % mais de 2 a 4 salários mínimos. Relacionando o rendimento médio real dos moradores do Rio Grande do Sul, com os egressos pesquisados é possível considerar que está de acordo. Conforme o IBGE (2017), o rendimento médio real habitual do trabalho principal das pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana é de R\$: 2.524,00, o que representa pouco mais de 2 salários mínimos. Já, no Corede Vale do Jaguari, a renda fica entre 1 a 1,5 salários, sendo esta uma característica de mão de obra voltada ao comércio e serviços de baixa especialidade. Ao mesmo tempo, há um grupo de trabalhadores com faixa salarial de 3 a 7 salários, considerada uma renda média alta. Este grupo representa 11% do total de trabalhadores da região, sendo que a maior concentração está na faixa inicial de 3 a 4 salários.

Nesse contexto, mais uma vez verifica-se a importância das políticas públicas de incentivo ao acesso na educação superior já que um indivíduo que tem renda média em torno de 2 salários mínimos necessita de auxílio para custear a graduação, pois estudar em universidade privada de ensino presencial, requer recursos financeiros em torno de 1 salário mínimo para a manutenção das mensalidades.

Conforme o Mapa do Ensino Superior (BRASIL, MAPA, 2017) no Rio Grande do Sul, o custo médio de uma mensalidade em uma instituição privada fica em torno de R\$ 898,00, o que corresponde a 94% do salário mínimo demandando então recursos para custear a graduação.

Então, ao reconhecer o perfil dos egressos do período de 2010 a 2017 da URI- Campus Santiago apreende-se que os egressos da URI Santiago assistidos pelo PROUNI e FIES estão em idade economicamente ativa e empregados, conforme apresentados nos gráficos 9 e 13, onde fica expresso que mais de 80% dos indivíduos estão empregados e ganham entre 1 e 4 salários mínimos.

Compreende-se também que o PROUNI e FIES foram determinantes para os entrevistados cursarem/concluírem sua graduação, já que além da pesquisa realizada onde 85% dos pesquisados responderam que o auxílio prestado pelas políticas públicas de acesso à educação superior foram determinantes para cursarem/concluírem sua graduação, observou-se que renda média dos indivíduos do Corede Vale do Jaguari, fica entre 1 a 1,5 salários, o que efetivamente constata a

necessidade de auxílio financeiro para cursar e/ou concluir uma graduação em universidade privada.

As políticas públicas de acesso à educação superior no Corede Vale do Jaguari, tiveram impacto positivo no perfil dos egressos da URI-Campus Santiago, pois recebem salários maiores do que a média do Corede, possuem grau educacional mais elevado e conseguem manter-se economicamente ativas.

Vale ressaltar ainda que ao comparar os dados do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico- Idese² do Corede Vale do Jaguari, entre 2008 e 2013 percebe-se que diante das políticas públicas de acesso à educação superior FIES e PROUNI disponibilizadas no geral o impacto foi positivo, houve crescimento, como pode ser observado na tabela 4.

Tabela 4- Comparativo Idese

Idese	2008	2013
Educação	0,618	0,702
Renda	0,631	0,646
Total	0,656	0,729

Fonte: Adaptado de Corede Vale do Jaguari (2015)

Ao observar a tabela percebe-se que houve crescimento, tanto na educação, como na renda, como no Idese total do Corede Vale do Jaguari, explicitando o médio desenvolvimento da região em relação ao indicador. Legitimando Brasileiro (2017) evidencia que o FIES e o PROUNI possibilitam a ampliação das oportunidades de acesso à educação superior além de fortalecer os valores que se relacionam com a formação do indivíduo enquanto cidadão garantindo-lhes o direito de cidadania. Por conseguinte, Goés e Machado (2013) complementam enfatizando que as políticas públicas educacionais vêm se responsabilizando pelo fortalecimento de ações e programas que integram as esferas políticas, econômicas, educacionais e sociais para possibilitar avanços nas condições de vida das populações, democracia social e estímulo ao desenvolvimento local.

² Índice usado para classificar os Coredes do Rio Grande do Sul pelo seu grau de desenvolvimento Socioeconômico onde o baixo desenvolvimento classifica com (índices até 0,499), médio desenvolvimento (entre 0,500 e 0,799) e alto desenvolvimento (maiores ou iguais que 0,800).

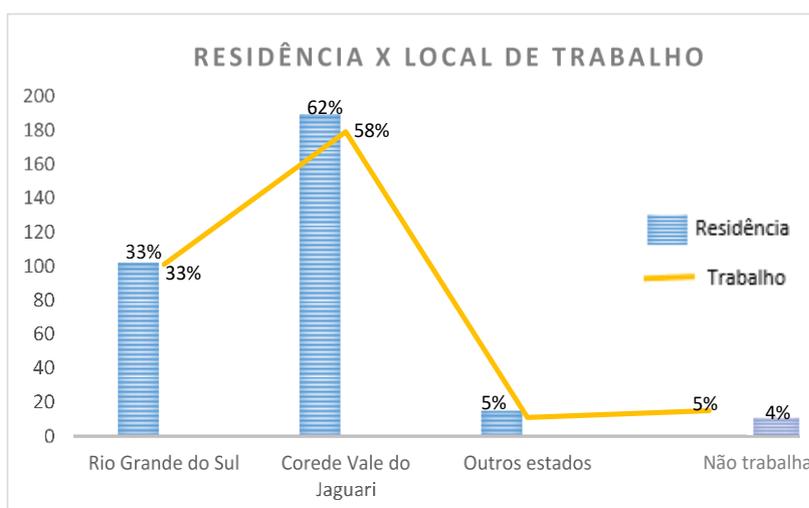
3.2 O FIES E O PROUNI E A PERCEPÇÃO DAS PESSOAS SOBRE SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DA REGIÃO DO COREDE VALE DO JAGUARI

Sabe-se que o ensino superior oferece contribuições para o desenvolvimento das regiões onde se insere, por meio de conhecimentos, pesquisas, ações extensionistas e formação de profissionais capacitados para atuar em diferentes áreas o que pode contribuir para inovações e para o incremento de políticas que incentivem a cultura produtiva local e regional cooperando para o desenvolvimento socioeconômico e cultural.

Ao buscar relacionar as políticas públicas da educação superior com o desenvolvimento socioeconômico da região do Corede Vale do Jaguari explorou-se questões relacionadas ao local de trabalho, percepção sobre devolver ao Estado os benefícios que recebeu durante sua formação e se formação na URI contribui para sua atividade profissional, variáveis sobre o que acredita que a graduação permitiu para si e para o desenvolvimento da região e o quantitativo de participação dos egressos em Associações, Sindicatos, ONGS, Conselhos ou Partidos políticos.

Sobre o município de residência em relação aos municípios onde trabalham, o gráfico 15, evidencia.

Gráfico 15- Residência X Local trabalho



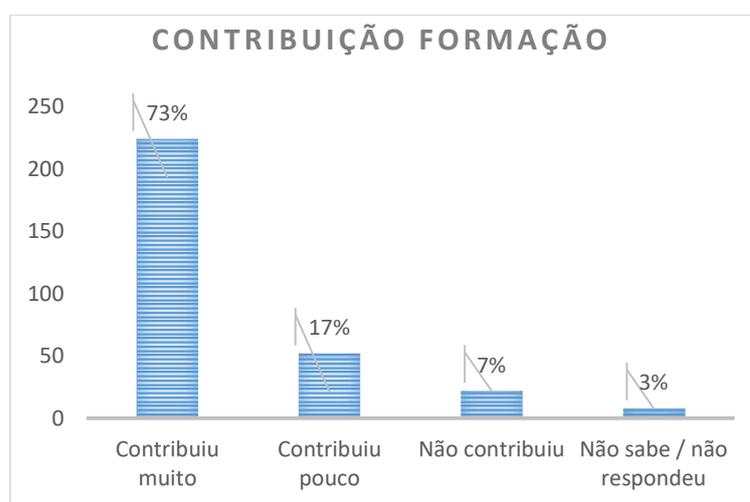
Fonte: Elaboração própria. N=306

Verifica-se que a maioria dos egressos, 58%, permanecem trabalhando na região do Corede Vale do Jaguari e apenas 4% residem no Corede mas não trabalham nas cidades pertencentes a ele e, 5%, residem e trabalham em outros Estados.

Os egressos trabalham nas cidades pertencentes ao Corede Vale do Jaguari o que demonstra que permanecem no local onde se graduaram, admitindo que o incentivo de políticas públicas para a educação superior não é desperdiçado, ao permanecerem na região onde receberam incentivo para construir e ampliar conhecimentos, contribui para o desenvolvimento desta. Barquero (2002) assegura que as relações sociais e funcionais de um território, se transformam em um agente de mudança social que desencadeia o desenvolvimento a partir da capacidade dos atores e da sociedade local de se estruturarem e se mobilizarem, com base nos seus conhecimentos, nas suas potencialidades e na sua cultura para definir e explorar as oportunidades transformando a realidade local e regional tornando-a mais competitiva e sustentável.

Sobre, se a formação recebida na graduação na URI contribui de alguma forma, em sua atividade profissional atual, obteve-se como resultado os dados apresentados no gráfico 16.

Gráfico 16- Contribuição da formação



Fonte: Elaboração própria. N=306

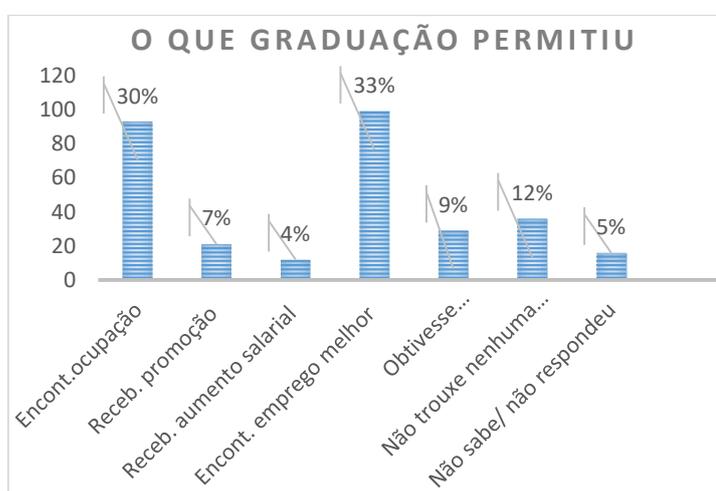
De acordo com a percepção dos egressos, a grande maioria, 73% do total, a graduação na URI contribui muito em sua atividade profissional. Compreende-se, então, que a formação ofertada pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI- Campus Santiago contribui de forma significativa para que os

egressos pudessem atuar profissionalmente o que vem ao encontro de sua missão que é, formar pessoal ético e competente inserido na comunidade regional (URI 2018).

Também as afirmações ratificam o objetivo da educação superior, segundo a LDB (BRASIL, 1996) que menciona que no art. 43, inciso II, que um dos objetivos dessa modalidade de ensino consistem em “formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira [...]”.

No mesmo sentido, ao buscar saber a opinião dos egressos sobre o que a graduação na URI permitiu o gráfico 17 mostra.

Gráfico 17- Graduação permitiu



Fonte: Elaboração própria. N=306

Verifica-se que mais da metade dos egressos pesquisados, 63% afirmam que a graduação permitiu que estes, somando, ingressassem no mercado de trabalho, ou seja, encontrassem um emprego melhor ou uma ocupação respectivamente.

Por conseguinte, como apontam Frantz e Silva (2002), a graduação ofertada pela URI Campus Santiago de alguma forma contribui para o desenvolvimento socioeconômico da região do Corede Vale do Jaguari, apresentando-se como uma opção de educação empenhada e responsável com interesses voltados para o desenvolvimento local e regional comprometida com seu espaço, tempo e grupos sociais que compartilham cultura e interesses comuns possibilitando a realização de ações com a comunidade local seja através de um trabalho que o torne economicamente ativo, seja através da conquista de um emprego melhor.

Sobre a percepção dos egressos em acreditar estarem devolvendo ao Estado os benefícios que receberam durante sua formação superior, o gráfico 18 demonstra.

Gráfico 18- Devolução ao Estado

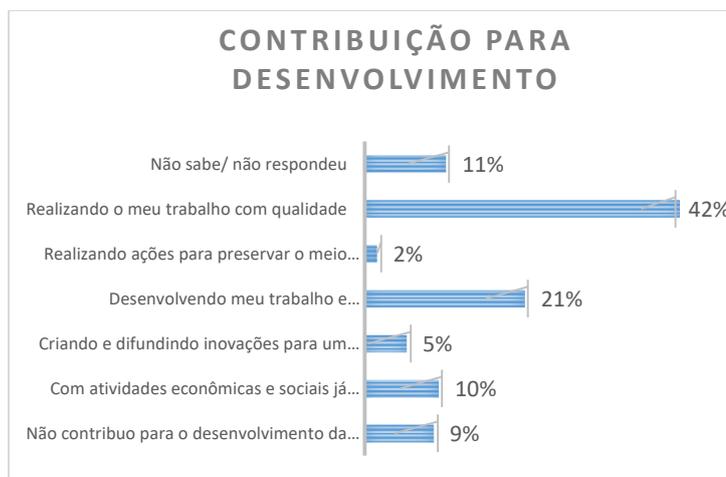


Fonte: Elaboração própria. N=306

De acordo com a amostra de egressos pesquisados, 80% afirmam acreditar estar devolvendo ao Estado os benefícios que receberam durante sua formação superior. Isso pode vir ao encontro da percepção de Goés e Machado (2013) que colocam que a estimulação da conversão dos conhecimentos em processos e produtos que representem inovações são capazes de estimular os esforços de desenvolvimento local que contribuirão para o desenvolvimento do Estado como um todo.

Ao considerar a percepção sobre qual das alternativas os participantes da pesquisa acreditam ser a mais adequada quanto à sua contribuição como indivíduo com curso superior, para desenvolvimento da região do Vale do Jaguari, o gráfico 19 exhibe.

Gráfico 19- Contribuição para o desenvolvimento



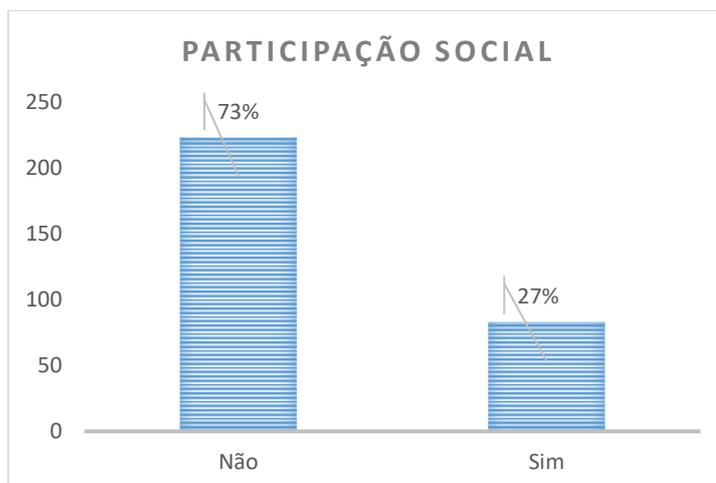
Fonte: Elaboração própria. N=306

No gráfico 19 a maioria dos pesquisados, 42%, afirma que contribui com o Estado realizando seu trabalho com qualidade, 21%, percebem que contribuem ao desenvolver seu trabalho e participar de atividades como cidadão em prol da sua região, 10%, acreditam que contribuem com as atividades econômicas e sociais já que consomem na região do Vale do Jaguari e pagam impostos, 11% afirmaram não saber e /ou não quiseram responder. Ainda, 9%, acreditam não estar contribuindo para o desenvolvimento da região, 5% asseguram contribuir criando e difundindo inovações para um maior e melhor sistema produtivo local e, 2% afirmam realizar ações para preservar o meio ambiente.

Compreende-se à vista disso que contribuir para o desenvolvimento da região do Vale do Jaguari envolve trabalhar com qualidade e participar de atividades como cidadão, porém está além disso, como garante Barquero (2002) quando ensina que contribuir para o desenvolvimento local envolve mudança e crescimento pela participação ativa da comunidade na busca pelo bem-estar econômico, social e cultural. O autor reitera explicando que desenvolvimento local integra à busca de aumento da produtividade e da competitividade com atividades para melhoria da distribuição de renda e conservação dos recursos naturais e de aspectos históricos e culturais.

Em relação ao engajamento dos egressos, o gráfico 20 expressa as respostas da pergunta quanto à participação em associações, sindicatos, ONGS, conselhos ou partidos políticos no seu município.

Gráfico 20- Participação social



Fonte: Elaboração própria. N=306

Os egressos da URI, apesar de afirmarem que devolvem ao Estado os benefícios das políticas públicas implementadas e contribuírem para o desenvolvimento local, expostos nos gráficos 18 e 19, percebe-se que não possuem muito engajamento comunitário, mais de 72% afirmam não participar de em Associações, Sindicatos, ONGS, Conselhos ou Partidos políticos no seu município conforme gráfico 20.

A não participação social, como salienta Dias Sobrinho (2005), somente estreita vínculos do conhecimento com a economia o que cria uma carregada intenção de competição ampliando diferenças entre pobres e ricos, aumentando também a complexidade nas relações humanas e na vida em geral o que acaba por dificultar as transformações da sociedade e a melhoria da qualidade de vida da população.

Confere-se que os egressos assistidos pelas políticas públicas FIES E PROUNI tendem a permanecer na região do Vale do Jaguari, entretanto não possuem alto engajamento comunitário já que não participam de entidades sociais e afirmam contribuir com o desenvolvimento da região do Corede Vale do Jaguari em sua maioria realizando o seu trabalho com qualidade.

Isso posto, confirma-se que a ampliação de disponibilidade de políticas públicas de acesso à educação superior, PROUNI e FIES melhoram a realidade local somente em parte, como pode-se observar na tabela 5.

Tabela 5 – Relação Contribuição, renda, devolução, participação

<i>DEVOLUÇÃO AO ESTADO</i>		<i>CONTRIBUIÇÃO</i>		<i>RENDA</i>	
Sim	80%	Realizando o meu trabalho com qualidade	42%	Mais de 2 a 4 salários mínimos	32,7%
<i>DEVOLUÇÃO AO ESTADO</i>		<i>PARTICIPAÇÃO SOCIAL</i>		<i>FUNÇÃO</i>	
Sim	80%	Sim	27%	Profissionais Liberais	64%

Fonte: Elaboração própria

Pode-se julgar que a percepção de devolução ao Estado dos benefícios obtidos durante a graduação, 80% das pessoas afirmam contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da região do Corede Vale do Jaguari, o que contudo, envolve na maior parte realizar seu trabalho com qualidade, 42%, o que conseqüentemente contribui para o crescimento econômico, a competitividade do sistema produtivo local por meio do trabalho, e da ampliação do poder de consumo pela renda média entre 2 e 4 salário mínimos, 32,7% das pessoas, mas, percebe-se falhas na real mudança em busca do crescimento e da melhoria da qualidade de vida da população havendo pouca participação social, apenas 27%.

Esses dados demonstram que os egressos ainda não possuem uma visão ampliada sobre desenvolvimento local nem sobre participação social, pois de maneira geral acreditam devolver ao Estado contribuições somente por realizar seu trabalho, atividade profissional com qualidade, 64% deles trabalhando na iniciativa privada e 29% como servidores públicos, deixando em segundo plano a importância de participar ativamente da resolução de conflitos e busca cooperativa pelo desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Para Dallabrida (2010) desenvolvimento econômico envolve a transformação e aumento quantitativo nas atividades produtivas, enquanto o desenvolvimento envolve mudanças positivas na melhoria da qualidade de vida das pessoas, na ampliação e melhoria das estruturas produtivas e na melhoria da competitividade das instituições locais e regionais.

Contrapondo o conceito de desenvolvimento local e regional, amplia a visão de desenvolvimento pautado na melhoria econômica, para ocorrer a partir do desenvolvimento que envolve crescimento e melhorias não só dos aspectos econômicos, mas dos sociais, culturais, institucionais e ambientais.

Assim sendo, a educação superior além de contribuir com a técnica, o trabalho e a economia de uma região, deve orientar-se na busca pelo aumento e ampliação dos conhecimentos da sociedade como um todo. Reafirmando isso, Dias Sobrinho

(2005) coloca que a educação superior precisa pautar-se na construção de conhecimento e formação que influenciem positivamente as configurações humanas, sociais e éticas modificando e potencializando as estruturas de informação, comunicação, infraestrutura, participação cidadã, democracia e sustentabilidade, sendo então, relevante para o contexto regional e nacional quando torna-se direito de todos e, contribui para a humanização, melhoria da qualidade de vida da população e competitividade da região onde é desenvolvida.

Contribuindo, Barquero (2001) menciona que o desenvolvimento acontece pela atuação conjunta de inovações e conhecimento, melhoria do sistema produtivo, melhoria urbana, ambiental, social e cultural de forma cooperativa, participativa e solidária obtendo o bem-estar da sociedade para determinar assim, ganhos em termos da posição ocupada pelo sistema produtivo local, bem-estar econômico, social e cultural da comunidade local em seu conjunto.

3.2.1 A Universidade Comunitária e a formação de atores focados para o desenvolvimento local

As IES Comunitárias desempenham importante atividade para o desenvolvimento das comunidades regionais, interagindo como agentes de formação não apenas na ampliação da ciência, mas na formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento local e regional e, a melhoria da qualidade de vida. A educação superior das universidades comunitárias, além disso, busca inserir na comunidade local atores aptos e qualificados tanto para o exercício profissional como para tornar-se um cidadão engajado e consciente de seus direitos e deveres em prol do desenvolvimento.

À vista disso, fica evidente a importância de compreender o papel das IES comunitárias para a formação de atores focados para o desenvolvimento local. Buscando cumprir esse objetivo, realizou-se entrevistas com os gestores dirigentes da IES Comunitária do Corede Vale do Jaguari, URI- Campus Santiago.

As entrevistas, roteiro com 8 questões, foram realizadas no final do mês de novembro de 2018, individualmente com os 3 gestores da URI- Campus Santiago, Diretor Geral; Diretor Administrativo e Diretor Acadêmico, os quais não serão identificados e serão nomeados aleatoriamente nas descrições como G1, G2 e G3.

Nas duas primeiras questões que tratavam sobre a formação acadêmica, tempo de experiência na URI Campus Santiago e em quais cursos trabalharam diretamente, constatou-se que os gestores possuem formação na área de Ciências Sociais Aplicadas, Direito, Ciências Contábeis e um deles possui formação na área de Educação, Letras. Saliente-se que os mesmos além de graduação, possuem pós graduação *Lato e Stricto Sensu*, o que possibilitou conforme relatos trabalhar em diferentes cursos nas áreas de sua formação inicial, durante a média de tempo de experiência, 17 anos, como docentes na URI.

Ao perguntar a percepção dos gestores sobre a preocupação do ensino superior formar pessoas capazes de contribuir para o desenvolvimento econômico, social e humano das sociedades instigando a percepção sobre os cursos de graduação da URI campus Santiago na região do Vale do Jaguari, descreve-se:

A URI está integrada com a comunidade, realiza com afinco os três caminhos básicos que caracterizam uma universidade: o ensino, a pesquisa e a extensão. E com relação a isso, todos os cursos de graduação da instituição, possuem uma relação intrínseca com desenvolvimento econômico, social e humano com a Região de abrangência da Universidade, convergindo na formação técnica e científica constante, de profissionais éticos, líderes, pró-ativos (G1).

Minha percepção dos cursos de graduação da URI Santiago é a de que estão em consonância com a missão da URI de formar pessoal ético e competente comprometidos com o desenvolvimento regional, seja ele econômico, social e/ou humano (G2).

Acredito que os cursos da URI Santiago são adequados às necessidades da região e são pautados pela qualidade do ensino, ética e sempre pensado a partir do que podem contribuir para a região seja para realização de trabalhos em empresas privadas e públicas seja pelo empreendedorismo e permanência no agronegócio (G3).

Reconhece-se a visão dos gestores adequada a missão institucional da Universidade, pois como expresso nos documentos da URI (URI, 2018), possui como objetivos preparar pessoas qualificadas com técnica, ética e humanamente para contribuir com sua região.

Contribuindo, Goés e Machado (2013) esclarecem que a formação e a interação determinadas por meio da vivência educacional que envolve conhecimentos, técnicas, humanização, ética, podem ter papel de fundamental importância para transformações sociais significativas para o desenvolvimento local.

Sobre as Políticas Públicas de acesso à educação Superior, FIES E PRONI para a URI, a percepção dos gestores consiste.

As políticas públicas constituem um conjunto de programas, atividades e ações concebidas pelo Estado, com a participação de entidades privadas ou públicas tendo o intuito de garantir determinado direito de cidadania para algum seguimento social, étnico ou econômico. A URI participa de todos os programas federais, o PROUNI faz parte da contrapartida como obrigatoriedade em relação à filantropia da instituição, o programa prioriza a diversidade cultural e social que há no país e busca oferecer mais oportunidades às pessoas de baixa renda. Por meio desse programa, os estudantes que não possuem condições financeiras para arcar com os custos das mensalidades do curso escolhido, podem concorrer as bolsas integrais ou parciais, dependendo da nota alcançada pelo mesmo no exame nacional do ensino médio (ENEM). Outra política pública de acesso ao ensino superior em IES privadas é o financiamento estudantil (FIES), que consiste num apoio financeiro que subsidia a graduação de estudantes matriculados em IES privadas com conceitos positivos no Exame Nacional de Cursos (ENC), também conhecido como Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES). Com esse programa, o estudante pode financiar seu curso por meio de menores parcelas e tempo maior para pagar as mensalidades junto a IES, por si só, ambos contribuem de forma decisiva na realização de sonhos, em termos de formação, de nossos acadêmicos (G1).

Minha percepção relacionada sobre as Políticas Públicas de acesso à Educação Superior, FIES e PROUNI para a URI é a de que são essenciais, vez que representam mais da metade da matriz econômica da IES, além de ser a forma, para muitos inclusive única, de garantir o ensino superior para famílias menos empoderadas (G2).

O FIES e PROUNI para a URI são de extrema importância para a URI porque contribuem com recursos financeiros, mas são mais importantes ainda para os estudantes que não tem poder aquisitivo para estudar fora e nem para custear o pagamento das mensalidades. Acho também, que esses programas também acabam estimulando os alunos formados a ficarem na região, começam a estudar e trabalhar e ficam nas nossas cidades (G3).

Neste sentido, compreende-se nas descrições dos gestores que as políticas públicas de acesso à educação superior são importantes tanto para a instituição como para os acadêmicos, vindo ao encontro da afirmação de Tachibana, Menezes Filho e Komatsu (2015) que colocam que ainda no Brasil geralmente os jovens de baixa renda encontram-se em condições desfavoráveis para competirem pelas escassas vagas nas IES públicas e resta a opção do setor privado, cujos custos podem ser elevados o que demanda de políticas públicas de acesso como o FIES E o PROUNI para poderem ingressar e concluir o ensino superior. Os autores também afirmam que essas políticas são muito importantes também para a manutenção das IES privadas,

pois ao aderirem a estas as instituições recebem incentivos governamentais como isenção de impostos e outros benefícios o que as ajuda a manter suas atividades.

Complementando, Brasileiro (2017) expõe que as IES privadas têm sua parte significativa de sua receita oriunda de recursos indiretos do poder público, como isenções fiscais, previdenciária e de renúncia fiscal além de dos empréstimos aos estudantes através do FIES e do PROUNI o que tem contribuído significativamente para sua manutenção e expansão. O autor coloca também que o Estado através dessas políticas vem intervindo na crise do setor privado o que conseqüentemente acaba por o consolidar este segmento agente principal de expansão do ensino superior.

Quanto à percepção do FIES e PROUNI como um facilitador para que indivíduos possam cursar a graduação, os gestores afirmam.

Com certeza, considerando o seguimento social, étnico ou econômico da nossa região, muitos de nossos jovens, não tem condição privilegiada, em termos financeiros e recorrem a estes programas, como uma única oportunidade de formação com vista a se inserir no mundo do trabalho, tendo a perspectiva de crescimento pessoal e profissional (G1).

Sim, conforme resposta anterior, menciona estas duas possibilidades como facilitadoras para que muitos jovens possam obter um título superior (G2).

Tem família que por falta de recursos financeiros não poderia ter nenhum membro com nível superior, mas que a partir da facilitação ao acesso de bolsas ou financiamentos como o Prouni e o Fies conseguem formar mais de um membro, em muitos casos, todos, pais e filhos (G3).

Na percepção dos gestores, o FIES E o PROUNI constituem-se como ferramenta indispensável para que indivíduos possam cursar a graduação. Isso relaciona-se aos objetivos dos programas, que buscam promover o acesso às universidades particulares brasileiras para estudantes de baixa renda ou conceder financiamento a estudantes em cursos superiores não gratuitos (BRASIL-Prouni, 2017; BRASIL- Fies, 2018).

Segundo Brasil – Prouni/Fies (2017/2018), desde a implementação das políticas públicas FIES e PROUNI ampliou-se significativamente o número de ofertas de educação superior, o que possibilita a compreensão de que essas políticas tem se mostrado instrumento de democratização do ensino, pois, possibilitou as pessoas de

baixa renda, que até então não tinham qualquer tipo de perspectiva de acesso ao ensino superior, frequentar as instituições particulares.

Contudo, como alerta Sguissardi (2000), apesar das políticas públicas FIES e PROUNI facilitarem o acesso à educação superior, caracterizam-se como políticas focais de curto alcance o que pode não garantir a efetiva igualdade de condições de acesso, nem a igualdade de condições de permanência e sucesso no mercado de trabalho.

Nesse ponto de vista, mais uma vez torna-se importante avaliar continuamente o impacto das políticas públicas de acesso à educação superior, no perfil dos egressos assistidos por elas verificando as contribuições dessas políticas no desenvolvimento socioeconômico das regiões.

Quanto aos Egressos da URI que receberam FIES e PROUNI, tem informações? Estes estão trabalhando na área que se graduaram? Continuam residindo nos municípios do Vale do Jaguari?

Não tenho informações fidedignas, ótimo tema como objeto de pesquisa, mas com certeza, considerando minha percepção e observações aleatórias, indicam que nem todos estão trabalhando na área de formação, uma vez que o mercado de trabalho na área de formação não comporta o número de formandos, por outro lado, se percebe que a maioria continua residindo nos municípios do Vale do Jaguari (G1).

Apesar de termos números referentes à quantificação de egressos que tinham durante a graduação FIES e/ou PROUNI, não temos dados após a colocação no mundo do trabalho. Apenas, superficialmente, temos conhecimento que muitos estão trabalhando na área de formação, concentrados no Vale do Jaguari (G2).

Formalmente não tenho comprovação, mas por residir e participar bastante das ações na região, tenho bastante contato com os ex alunos da URI e uma grande parte deles, além de morar na região estão trabalhando, tem muitos funcionários públicos, gerentes de bancos, professores, advogados, e empreendedores (G3).

Apesar de não demonstrarem ter informações comprovadas, os gestores da URI afirmam que os egressos permanecem na região exercendo em sua maioria funções profissionais nas suas área de formação como citado anteriormente no gráfico 11. Grande parte dos egressos trabalham nas áreas de direito, negócios, agronegócio, e saúde, vindo ao encontro dos cursos que mais formaram profissionais expostos no gráfico 5. Essas afirmações relacionam-se com a estrutura produtiva do Corede Vale do Jaguari relacionadas aos setores de comércio e serviços e agronegócio. Conforme

Corede Vale do Jaguari, (2015) a estrutura produtiva regional apresenta concentração Valor Adicionado Bruto (VAB) de 47% em serviços, 26% na agropecuária, 16% em serviços públicos, 7% na indústria e 4% em impostos.

Em relação a percepção dos gestores quanto às contribuições dos egressos assistidos pelas políticas públicas FIES e PROUNI para o desenvolvimento local, obteve-se:

Sim, muitos dos acadêmicos formados pela instituição, foram assistidos pelas Políticas Públicas de Financiamento da Educação Superior, FIES e PROUNI, No que concerne ao desenvolvimento da região, a URI é marcada por duas características básicas: o compromisso com a formação de um profissional que esteja apto para contribuir com o crescimento da região e o compromisso com a formação de um profissional voltado para o futuro e para o trabalho com competência e seriedade. Inserido num espaço geográfico marcado por um amplo desenvolvimento agroindustrial e do setor de serviços, os acadêmicos formados na instituição, apresentam-se para as regiões, como um dos elementos necessários à continuidade desse crescimento, a URI garante não apenas um profissional mais qualificado ao mercado, mas propicia a constante construção/reconstrução do conhecimento, visando sua aplicação na melhoria progressiva das condições de vida do coletivo e do desenvolvimento local e regional (G1).

Não temos condições de responder, precisamente, que os egressos da URI, assistidos pelas políticas de públicas de financiamento da Educação Superior contribuam para o desenvolvimento da região do Corede Vale do Jaguari, mas percebemos que poderiam contribuir pelas suas formações (G2).

Penso que sim, os nossos ex alunos fazem parte das atividades de trabalho da região, como disse, estão bem economicamente e creio que dessa forma, trabalhando e ficando na nossa região contribuem muito, só com seu conhecimento oriundos da graduação e seus trabalhos já contribuem para o desenvolvimento da região. Além disso, os cursos ofertados na URI sempre se baseiam nas necessidades locais (G3).

Segundo os gestores, os egressos contribuem para o desenvolvimento local, seja por meio da sua atividade laboral, seja através dos conhecimentos recebidos na graduação, ou por permanecerem na região. Fica claro ainda que na percepção dos gestores os cursos de graduação ofertados pela instituição estão adequados as necessidades da região.

Isso sugere, mais uma vez, que a educação, articulada às políticas públicas que valorizam o conhecimento local e se preocupam com as demandas e necessidades sociais da população, possuem potencial importante, que precisa ser utilizado com responsabilidade, de formar profissionais capazes de entender e interferir efetiva e positivamente no local onde vivem (GOÉS e MACHADO, 2013).

E quanto à percepção sobre o papel da URI enquanto Universidade Comunitária na região do Vale do Jaguari para o desenvolvimento local, os gestores relataram.

A IES tem o compromisso com a formação de um profissional voltado para o futuro e para o trabalho com competência e seriedade, a URI garante não apenas um profissional mais qualificado ao mercado, mas propicia a constante construção/reconstrução do conhecimento, visando sua aplicação na melhoria progressiva das condições de vida do coletivo e do desenvolvimento local e regional (G1).

Como gestores de Universidade Comunitária percebemos essencial e vital esta modalidade de ensino superior para o desenvolvimento local, vez que procura-se em todos os nossos níveis de ensino, mas essencialmente, via cursos de graduação ter um ensino, uma pesquisa e uma extensão voltados ao desenvolvimento regional, primeiro escutando a comunidade, depois articulando e executando os anseios de locais e/ou regionais (G2)

A Universidade Comunitária tem um papel extremamente relevante na região, primeiramente por não ter fins lucrativos reinveste seus recursos na região como também consegue buscar formas de facilitar o ingresso e permanência do aluno na educação superior. Ainda com o auxílio da universidade e dos alunos que cursam e os próprios egressos é que se realizam as ações na região sejam elas de fins econômicos, culturais, sociais, ambientais e humanos o que é de extrema importância para o desenvolvimento local, por meio de mudanças, inovações, melhorias, crescimento econômico, exploração das potencialidades da região e preservação do ambiente é que acontece o verdadeiro desenvolvimento. Atualmente a Universidade tem papel importante na região e precisa continuar, pois é baseado no conhecimento, na ética, no trabalho em conjunto entre o público e privado que conseguiremos continuar nos desenvolvendo (G3).

Para os gestores o papel da URI como universidade comunitária é muito importante para região, pois além de formar profissionais qualificados e capacitados para interagir e atuar na sociedade proporcionam um relacionamento cooperativo com os órgãos representativos e entidades de classe dos municípios e da região fomentando ações para o desenvolvimento.

Validando a exposição dos gestores, Vannucchi (2013) evidencia que as IES comunitárias têm como missão principal produzir conhecimento significativo para a sociedade, formando profissionais de excelência para intervenção positiva na realidade social para que possam pensar, fazer e atuar estimulados e desafiados pela realidade do meio em que vivem na busca da solução dos problemas coletivos e construção de uma sociedade melhor.

Frantz e Silva (2002) explicam que as IES comunitárias apresentam-se como uma alternativa para a ampliação dos espaços da esfera pública, nos quais os deveres

e os direitos da educação devem ser discutidos e construídos desenvolvendo uma educação comprometida e responsável, com interesses voltados para o desenvolvimento local e regional.

Contudo, ao apreciar os relatos dos gestores da URI Campus Santiago, mais uma vez torna-se relevante relacionar suas percepções, com as percepções dos egressos, o que pode ser observado na tabela 6.

Tabela 6 – Percepção Egressos X percepção Gestores

Questões Egressos	Resumo Respostas Egressos	Questões Gestores	Resumo Respostas Gestores	Análise
<p>Q6. Políticas públicas que teve acesso na URI-Campus Santiago?</p> <p>Q8. Acredita estar está devolvendo ao Estado os benefícios que recebeu durante sua formação superior?</p>	<p>A maioria dos egressos, 63%, obteve Fies, 37% Prouni e, maioria destes 80%, afirma estar devolvendo ao estado o benefício recebido.</p>	<p>3 Percepção sobre os cursos de graduação da URI campus Santiago na região do Vale do Jaguarí?</p> <p>4 Percepção sobre as Políticas Públicas de acesso à Educação Superior, FIES E PRONI para a URI?</p>	<p>Os cursos da URI estão adequados às necessidades/oportunidades da região. As políticas públicas de acesso à educação superior, Fies e Prouni são indispensáveis para que a universidade se mantenha e possibilite alunos de baixa renda a estudar.</p>	<p>As questões estão em concordância já que os dois grupos pesquisados colocam que o Fies e o Prouni ofertados pela URI possibilitaram a formação superior e a consequente realização da atividade profissional com qualidade. Apura-se outrossim que as percepções se relacionam quando os dois grupos deixam claro que os egressos permanecem na região do Vale do Jaguarí e trabalham nas suas áreas de formação seguindo os princípios trabalhados na Universidade enquanto comunitária de formar profissionais competentes, éticos e comprometidos com sua região. Todavia é possível detectar que tanto os egressos como os gestores possuem uma visão simplificada sobre o desenvolvimento local.</p>
<p>Q9. Está empregado</p> <p>Q14. Contribuição formação URI para atividade profissional</p>	<p>Mais de 80% dos egressos estão empregados atualmente e expõem em sua maioria 80%, também que a formação da URI foi relevante para sua profissão.</p>	<p>5 Percebe o FIES E o PROUNI como um facilitador para que indivíduos possam cursar a graduação?</p> <p>6 Informações sobre os egressos. trabalho/residência</p>	<p>O Fies e o Prouni possibilita que alunos com menos condições financeiras possam estudar e ao concluir, permanecem na região trabalhando.</p>	
<p>Q16. Contribuição como indivíduo com curso superior, para desenvolvimento da região do Vale do Jaguarí.</p>	<p>Os egressos demonstram perceber, mais de 52% que contribuem para o desenvolvimento local trabalhando com qualidade.</p>	<p>7 Percepção sobre a contribuição egresso para desenvolvimento da região do Corede Vale do Jaguarí.</p> <p>8 Percepção papel da URI enquanto Universidade Comunitária na região</p>	<p>Os egressos contribuem com a região trabalhando em suas áreas de formação que são ofertadas pela instituição com base nas necessidades da região por meio da interação constante com a comunidade.</p>	

Fonte: Elaboração própria

Ao ponderar sobre a tabela 6, percebe-se convergência de ideias, compreende-se que a percepção dos egressos se alinha à percepção dos gestores já que ambos afirmam que as políticas públicas de acesso à educação superior são importantes para que indivíduos de famílias de baixa renda possam ter acesso ao ensino superior deixando explícito que a educação superior ofertada pela URI Santiago é significativa para a formação de profissionais aptos a atuarem de forma competente na região o que também reitera a importância da Universidade Comunitária como propulsora para o desenvolvimento local. Apesar das percepções estarem em concordância, tanto os egressos, quanto os gestores acabam por resumir o conceito de desenvolvimento local, caracterizando-o como crescimento econômico o que pode otimizar esforços somente para a provisão de condições econômicas e financeiras, em detrimento de condições de bem-estar social e melhoria da qualidade de vida da população.

Observa-se que os gestores da URI Campus Santiago avaliam positivamente as políticas públicas FIES E PROUNI por elas se vincularem a uma percepção de melhoria/desenvolvimento da realidade local vinculada ao crescimento econômico da região, todavia é preciso pensar em desenvolvimento de forma ampla, que englobe a melhoria econômica, mas que contribua para igualdade, sustentabilidade e qualidade de vida da população. Lembrando, Furtado (2000) afirma que o desenvolvimento envolve a mudança de perspectiva, com reformas estruturais e atuação conjunta do Estado na busca por melhorias no padrão de distribuição de renda, redução de disparidades regionais, preservação ambiental e garantia de bem estar coletivo realizado através da condução de ações econômicas para as condições sociais.

É imperativo que a educação superior em todos seus segmentos perceba sua função para além da concepção econômica e da formação técnica para a qualificação profissional concretizando o real objetivo da formação superior que inclui o preparo de diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira estimulando o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade (BRASIL, 1996).

Reiterando, Dias Sobrinho (2005) revela que as IES precisam manter sua vocação de construção do conhecimento e da formação como bens públicos, adotando sempre a sociedade, como referência central evitando satisfazer somente

demandas imediatistas, pragmáticas e individualistas centradas na função econômica e nas capacidades laborais.

Para tanto, concorda-se com Goés e Machado (2013) que acreditam que o desenvolvimento ocorre pela democratização e participação social o que requer, que a sociedade participe do processo de formulação, gestão, execução, fiscalização e avaliação das políticas públicas. Afirmam que a integração de estratégias educacionais desenvolvidas pelas instituições e pelos programas governamentais sejam capaz de estimular a conversão dos conhecimentos produzidos pelas comunidades em processos e produtos que representem inovações e impulsionem as dinâmicas de desenvolvimento local.

Sendo assim, ao buscar identificar possibilidades de melhoria para o bom emprego das políticas públicas para a educação superior na região do Corede Vale do Jaguari além da participação da sociedade e das instituições na formulação, gestão e avaliação das políticas pública é imperativo que:

a) A educação superior seja compreendida e executada como componente essencial das estratégias de desenvolvimento;

b) A educação superior invista continuamente na busca por novos conhecimentos e inovações, estimulando a capacidade de processar e selecionar informações, contribuindo para formação de competências cognitivas e sociais da população;

c) A educação superior torne-se tema central nas pautas governamentais e na agenda dos debates que buscam caminhos para o desenvolvimento local;

d) A educação superior aprimore seus sistemas de avaliação de resultados para subsidiar a atuação nacional e regional do poder público como indutor de políticas e compensador de desigualdades;

e) A educação superior fomente a participação cidadã através da criação de metas para os estudantes participarem ativamente de atividades públicas para eleger objetivos e prioridades tanto na criação de cursos como no perfil de profissionais adequados as oportunidades/potencialidades regionais;

f) A educação superior continue se qualificando efetivamente bem como interagindo com os atores locais para a resolução pacífica e coletiva dos problemas e o estabelecimento de metas e prioridades para o efetivo desenvolvimento local e a democratização da educação superior.

Em concordância, Brasileiro (2017) orienta que para que a educação superior seja democratizada e colabore adequadamente para o desenvolvimento local, além da ampliação do número de vagas e políticas públicas como o FIES e o PROUNI para facilitar o acesso, deve-se primar por ações que assegurem sua qualidade e preocupem-se com o desenvolvimento integral do educando visando sua permanência no ensino superior e sua inserção no mercado de trabalho após sua diplomação, através do fortalecimento de parcerias público-privadas onde cada parte colabore e, realize as mudanças sociais, culturais, políticas e econômicas impostas pela sociedade globalizada.

Posto isso, é possível afirmar que apreende-se que a educação superior além de demandar ampliação de oferta e instrumentos de democratização como as políticas públicas FIES e PROUNI, estenda seu foco trabalhando além da formação de profissionais capacitados técnica, cognitiva e eticamente a formação de cidadãos capazes de preocupar-se, responsabilizar-se e participar ativamente da sociedade onde vive para além do desenvolvimento de suas atividades profissionais, mas como cidadão engajado e capaz de auxiliar na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas e institucionais que preocupem-se com o crescimento econômico, a melhoria educacional, cultural, ambiental, social da comunidade onde está inserido.

Assim, a *posteriori*, justifica-se a importância de construção e análise de relatório técnico que demonstre o perfil dos egressos e, particularmente as áreas de formação mais diretamente vinculadas ao mundo do trabalho e ao sistema produtivo local para que as instituições de ensino comunitárias possam trazer ao conhecimento dos seus acadêmicos os problemas da sociedade em geral e de forma particular da sua região. Assim poder-se-á criar soluções viáveis, inovações e a responsabilidade com a sociedade de forma geral criando e/ou fortalecendo uma rede de serviços local capazes de integrar ações públicas e privadas para que de maneira conjunta, IES e Comunidade regional, identifiquem percepções, demandas e recursos latentes, para intervir junto das questões sociais contribuindo para mudanças locais, disseminação de inovações e tecnologias, preocupação com a sustentabilidade, ações para efetivação de direitos humanos, melhoria nas áreas de educação, saúde, segurança, medidas de preservação e valorização da cultura, criação de novas oportunidades, entre outros aspectos de desenvolvimento local e regional. Sendo assim, será

possível também contribuir para mudanças globais para a melhoria da vida da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos anos vivenciou-se a evolução do sistema de educação no país, e juntamente com essa evolução a educação superior passou por diferentes momentos, desde as poucas instituições de ensino superior e a dificuldade de acesso, até as políticas de expansão desta modalidade de ensino as quais passaram por distintos períodos que acompanharam as características sociais, políticas e culturais destes momentos, gerando assim, em algumas fases expansão, em outras, estagnação da educação superior no país tanto em instituições públicas como em instituições privadas.

Nesse sentido, há muita coisa a se compreender na realidade do ensino superior brasileiro, no sentido de se conhecer as diferentes fases e história, para que seja possível analisar e avaliar as diversificadas políticas públicas implementadas. As políticas públicas podem ser caracterizadas como as consequências de um processo político que busca ordenar as demandas dos agentes com os interesses das organizações e instituições da sociedade. Logo, envolvem uma complexidade de interações de atores sociais para sua formulação, implementação, gestão e avaliação.

A presente pesquisa abordou as políticas públicas de acesso a educação superior no Corede Vale do Jaguari. Dentre as políticas, o estudo contempla especialmente àquelas direcionadas à garantia de acesso, como é o caso do Programa Universidade para Todos- PROUNI e o Fundo de Financiamento Estudantil- FIES. Essas políticas facilitam o ingresso em instituições de ensino superior privadas e/ou comunitárias, como é o caso em estudo da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) Campus Santiago, no período de 2010 a 2017.

Essas políticas públicas envolvem uma complexidade de processos que não se limitam apenas à sua formulação, nem tampouco a sua implementação, mas a complexidade de relações e interações que estas podem causar no perfil dos egressos que tiveram acesso à essas políticas e também no desenvolvimento das regiões onde estes mantem-se inseridos. Logo, torna-se evidente a necessidade de avaliar o impacto dessas políticas e é nessa perspectiva que esta pesquisa se insere, tendo como propósito considerar o impacto das políticas públicas de acesso à educação superior - FIES e PROUNI - no perfil dos egressos da URI- Campus Santiago no período de 2010 a 2017, já que essas políticas públicas além de buscar

democratizar o acesso ao ensino superior buscam também gerar melhorias na ordem econômica, social e humana e contribuir para o desenvolvimento da sociedade como um todo em especial, nesse recorte a região do Corede Vale do Jaguari.

Por conseguinte, o objetivo principal dessa dissertação residiu em avaliar o impacto das políticas públicas de acesso à educação superior, FIES e PROUNI no perfil dos egressos da URI- Campus Santiago no período de 2010 a 2017 o que possibilitou o entendimento de que os egressos da URI- Campus Santiago assistidos pelas políticas públicas PROUNI e FIES caracterizam-se por estarem na faixa etária dos 25 aos 35 anos, serem do sexo feminino, residirem e trabalharem nas cidades pertencentes ao Corede Vale do Jaguari, em sua maioria na área de negócios, direito e saúde, área de suas formações na educação superior, consistindo-se em egressos economicamente ativos e empregados o que responde afirmativamente à primeira hipótese levantada nessa pesquisa.

Nesse contexto, portanto, ao responder a segunda hipótese, verificando o perfil dos egressos e o contexto onde residem e trabalham, percebeu-se que as políticas públicas PROUNI e FIES foram determinantes para estes cursarem/concluírem sua graduação. A maioria dos pesquisados afirmou que o auxílio prestado pelas políticas públicas de acesso foram determinantes para cursarem/concluírem a educação superior. Ao contextualizar esse perfil com a média de renda dos indivíduos do Corede Vale do Jaguari, percebe-se que a maioria fica entre 1 a 1,5 salários, o que de fato demanda de auxílio financeiro para graduar-se em uma universidade privada.

Logo, as políticas públicas de acesso à educação superior no Corede Vale do Jaguari, tiveram impacto positivo no perfil dos egressos da URI-Campus Santiago, pois recebem salários maiores do que a média do Corede, possuem grau educacional mais elevado e conseguem manter-se economicamente ativos. Observou-se também que existe uma relação positiva das políticas públicas da educação superior com o desenvolvimento socioeconômico da região do Corede Vale do Jaguari, já que houve aumento crescente no Idese da região a partir de 2010, além dos egressos permanecerem trabalhando em suas áreas de formação o que atende parcialmente à terceira hipótese, afirmando que os egressos assistidos pelas políticas públicas FIES E PROUNI tendem a permanecer na região do Vale do Jaguari, mas, não demonstram possuir alto engajamento comunitário pois não participam de Associações, Sindicatos,

ONGS, Conselhos ou Partidos políticos nos seus municípios o que infere na pouca participação como cidadão engajado.

Outrossim, ao buscar compreender o papel das universidades comunitárias para a formação de atores focados para o desenvolvimento local, descobriu-se que a universidade comunitária por seu papel social, demonstra preocupação em formar profissionais capacitados tanto técnico como socialmente educados para contribuir para o desenvolvimento econômico, social e humano das sociedades. Ainda, apreende-se que as Universidades Comunitárias diante de suas características, tem sua existência e atuação apoiadas na comunidade, no interesse coletivo, na responsabilidade social, na divulgação de conhecimentos científicos por meio do ensino, criação de novos conhecimentos por meio da pesquisa, disseminação destes, através da socialização científica e cultural com as comunidades, por meio da extensão o que legitima o importante papel das IES comunitárias para a melhoria da realidade local.

Consequentemente, reafirma-se a quarta hipótese, assegurando que os gestores da URI Campus Santiago, avaliam positivamente as políticas públicas FIES E PROUNI por elas se vincularem a uma percepção de melhoria/desenvolvimento da realidade local. Acredita-se que a melhoria da realidade local dá-se através do crescimento econômico, da melhoria da competitividade do sistema produtivo local, da ampliação do poder de consumo pelo aumento da renda média, melhoria na construção e transferência de conhecimentos e culturas, bem como preparação dos estudantes para o convívio social adequado e o exercício profissional, permitindo-os contribuir para a evolução geral da sociedade em que se inserem sendo capaz de apreender e evoluir ao desenvolvimento pessoal e coletivo contribuindo assim para o desenvolvimento local.

Todavia, vale destacar a relevância do real entendimento sobre desenvolvimento local e melhoria da realidade que não estão relacionados simplesmente com crescimento econômico, mas também com a melhoria da qualidade de vida das pessoas e com a conservação do meio ambiente de forma relacionada e dependente onde o aspecto econômico implique na busca do aumento da renda e riquezas, o que gere condições dignas de trabalho, preservação ambiental, oportunidades sociais mais igualitárias, acesso à educação de qualidade, saúde,

segurança, bem estar social e ainda, construção da consciência do indivíduo como cidadão transformador da realidade local.

Nesse contexto, ao identificar as possibilidades de melhoria para o bom emprego das políticas públicas para a educação superior na região do Corede Vale do Jaguari verificou-se que a educação superior deve ser compreendida e executada como componente essencial das estratégias de desenvolvimento buscando por novos conhecimentos e inovações contribuindo para formação de competências cognitivas e sociais da população além de proporcionar possibilidades de interação para que os atores sociais resolvam os problemas locais intervindo mais qualificadamente na realidade e nas questões sociais voltadas, em e para a melhoria das condições de vida de toda a população.

Ainda, o emprego das políticas públicas para acesso e democratização do ingresso na educação superior poderá permitir práticas pautadas nas interações sociais solidárias, movidas por valores histórico e culturais que colocam o ser humano como sujeito autônomo e capaz de transformar a realidade criando novas oportunidades de trabalho, renda, educação superando deste modo os problemas para a melhoria das condições de vida da população local. Logo, isso garante a afirmação da quinta hipótese a qual expõe que a ampliação de disponibilidade de políticas públicas de acesso à educação superior, PROUNI e FIES melhoram a realidade local.

A avaliação do impacto das políticas públicas FIES e PROUNI, no perfil dos egressos da Uri Campus Santiago torna-se fundamental para o planejamento, ampliação de investimentos, manutenção, estabelecimento de metas e, acompanhamento dos resultados para tomada de decisões e possíveis ajustes. Especialmente no caso da URI Santiago o aprofundamento dos estudos e avaliações acerca das políticas públicas de acesso à educação superior no Corede Vale do Jaguari como o Programa Universidade para Todos- PROUNI e o Fundo de Financiamento Estudantil- FIES poderão ser úteis não só para conhecer o impacto no perfil do egresso, mas como para identificar potencialidades, oportunidades e mudanças necessárias para que a educação superior por ela ofertada e a implementação de políticas públicas de acesso à educação superior sejam adequados à realidade local o que implica na necessidade da elaboração de relatório técnico que

demonstre o perfil dos egressos e, particularmente as áreas de formação mais diretamente vinculadas ao mundo do trabalho e ao sistema produtivo local.

A contribuição desta pesquisa reside, portanto, na compreensão de que facilitar o acesso e a democratização do ensino superior em Universidades Comunitárias impacta de forma significativa no perfil dos egressos e no desenvolvimento local pois por meio da educação superior e a formação por ela proporcionada poder-se-á articular as dimensões produtivas, ambientais, socioculturais e educacionais necessárias ao desenvolvimento sustentável da região.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcia Angela S. **Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: questões para reflexão.** Educação & Sociedade, v. 13, n. 112, p. 707-727, jul./set. 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR6023:** informação e documentação - referências - elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

BAQUERO, Marcello. **A pesquisa quantitativa em ciências sociais.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

BARQUERO, Antonio Vásquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização.** Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2002.

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento.** Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988. Brasília: 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 17 Dez. 2016.

_____. **Lei Federal Nº 8.436**, de 25 de junho de 1992. Brasil, 1992. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8436.htm>. Acesso em 21 Abr. 2018.

_____. **Lei Federal Nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Brasil, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 17 Dez. 2016.

_____. **Lei Federal Nº 10.260**, de 12 de junho de 2001. Brasil, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10260.htm>. Acesso em 21 Abr. 2018.

_____. **Lei Federal Nº 12.881**, de 12 de novembro de 2013. Brasil, 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12881.htm>. Acesso em 21 Abr. 2018.

_____. **Lei Federal Nº 13.530**, de 7 de dezembro de 2017. Brasil, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13530.htm>. Acesso em: 31 Maio. 2018.

_____. MEC. (2000). **Plano Nacional de Educação – PNE** . LEI Nº. 10.172, DE 9 DE JANEIRO DE 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm Acesso em: 10 Maio.2016.

_____. **PROUNI- Programa Universidade para todos.** Disponível em:<<http://prouniportal.mec.gov.br/o-programa>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

_____. **FIES- Fundo de Financiamento Estudantil**. Disponível em: <<http://fies.mec.gov.br/#conteudo>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

_____. **Mapa do ensino superior no Brasil 2017** – SEMESP. Disponível em: <<http://www.semesp.org.br/?research=mapa-do-ensino-superior-2017>>. Acesso em 15 Set.2018.

BRASILEIRO, Diana Simões. **Políticas públicas de expansão e de financiamento da educação superior**: Implicações sobre as instituições de ensino superior de Campina Grande-PB. João Pessoa, 2017. 13 f. Dissertação de Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior da Universidade Federal da Paraíba. Disponível em: <<http://tede.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/9326/2/arquivototal.pdf>>. Acesso em 20 Maio. 2018.

CARGNIN, Antonio Paulo. **Duas décadas de políticas para o desenvolvimento da metade sul do Rio Grande do Sul**. REDES - Rev. Des. Regional, Santa Cruz do Sul, v. 19, nº 2, p. 53 - 76, maio/ago. 2014.

COREDE. **Plano Estratégico de Desenvolvimento do Vale do Jaguari – 2015/2030**. Santiago. 2015.

_____. **Pro-RS IV**. Propostas estratégicas para o desenvolvimento regional do Estado do Rio Grande do Sul. Passo Fundo. Passografic, 2010.

CRESPO, Antônio A. **Estatística fácil**. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

CUNHA, Luiz Antônio. **Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior**: Estado e mercado. Educ. Soc. [online]. 2004, vol.25, n.88, pp.795-817. ISSN 0101-7330. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302004000300008>>. Acesso em 01 Non. 2018.

_____. **A universidade temporã**: o ensino superior da colônia à era Vargas. 3. ed. São Paulo: Unesp, 2007.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Desenvolvimento regional**: porque algumas regiões se desenvolvem e outras não? 1 ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

DIAS SOBRINHO, José. **Educação superior, globalização e democratização: qual universidade?** Revista Brasileira de Educação, n. 28, p. 164-173, 2005.

DURHAM, Eunice; R. **Educação superior, pública e privada**. Os desafios da educação no Brasil. Trabalho apresentado no Seminário sobre Educação no Brasil organizado pelo Centro de Estudos Brasileiros, 2003. Disponível em: Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/desafios/7superior.pdf>>. Acesso em: 22 Dez. 2016.

ETGES, Virgínia Elisabeta. **Mesorregiões brasileiras**: o portal da metade sul/RS – MESOSUL. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo. Disponível em:

<<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiaregional/09.pdf>>. Acesso em 01 Jun. 2018.

FRANTZ, Walter; SILVA, Ênio Valdir da. **As funções sociais da universidade: o papel da extensão e a questão das comunitárias**. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2002.

FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. 3 ed. Rio de Janeiro: paz e terra, 2000.

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FioCruz, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOÉS, Flávia Temponi; MACHADO, Lucília Regina de Souza. **Políticas Educativas, Intersetorialidade e Desenvolvimento Local**. Educação & Realidade, vol. 38, núm. 2, abril-junho, 2013, pp. 627-648 Universidade Federal do Rio Grande do Sul Porto Alegre, Brasil.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. 2017 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Sinopse Estatística da Educação Superior**. 2017. Disponível em:<<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 01 Jun. 2018.

_____. **Censo da Educação Superior 2017**. Brasília: MEC/INEP, 2017.

_____. **Microdados do censo da educação superior 2017**. Brasília: MEC/INEP, 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8ª Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MATTAR, Fauze. N. **Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2005

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

OLIVEN, Arabela Campos. Histórico da educação superior no Brasil. In: SOARES, M. S. A. (Org.). **A educação superior no Brasil**. Brasília: CAPES, 2002.

PORTAL ODS. Indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: **Educação de qualidade. ODS 04**. Disponível em:<

<http://rd.portalods.com.br/relatorios/13/educacao-de-qualidade/BRA004043223/jaguari---rs>>. Acesso em: 25 Set. 2018.

RAMOS, Marília Patta. **Métodos quantitativos e pesquisa em ciências sociais: Lógica e utilidades em quantificação nas explicações dos fenômenos sociais.** Revista Mediações, Londrina, v1, n. 1, 55-65, jan./jun. 2013

RIO GRANDE DO SUL. **Lei Federal Nº 10.283**, de 17 de outubro de 1994. D-O 197 de 18/10/94. Porto Alegre, RS, 17 out 1994. Disponível em: Acesso em: 12 maio 2018.

_____. Secretaria da Coordenação e Planejamento (SCP). **Atlas Socioeconômico do Estado do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, 2016.

SANTOS, Antônio Raimundo dos. **Metodologia Científica: a construção do conhecimento.** 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SECHHI, Leonardo. **Análise de políticas públicas: Diagnóstico de problemas, recomendação de soluções.** São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SILVA, Adailton Soares da; SOUZA, Aneilton Oliveira de. **Política Educacional No Brasil: Do império à República.** Rios Eletrônica- Revista Científica da FASETE ano 5 n. 5 dezembro de 2011. Disponível em: <http://www.fasete.edu.br/revistarios/media/revistas/2011/politica_educacional_no_brasil.pdf>. Acesso em: 28 Jul. 2017.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura.** Sociologias: Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, ISSN 1517-4522, jul./dez. 2006.

SCHMITD, João Pedro. **Instituições Comunitárias: instituições públicas não-estatais.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

SGUISSARDI, Valdemar. (org.). **Educação superior: velhos e novos desafios.** São Paulo: Xamã, 2000.

TACHIBANA, Thiago Yudi; MENEZES FILHO, Naercio Aquino; KOMATSU, Bruno Kawaoka. **Ensino superior no Brasil.** Policy Paper, Nº 14 Dezembro, 2015. Insper Instituto de Ensino e Pesquisa. Centro de Políticas Públicas: São Paulo: 2015. Disponível em: <<https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2012/05/Ensino-superior-no-Brasil.pdf>>. Acesso em 12 Maio. 2018.

URI. **Projeto Pedagógico Institucional 2016/2020.** Pró reitoria de ensino. Erechim, 2015.

_____. **Plano de desenvolvimento institucional 2016/2020.** Reitoria. Erechim, 2015.

_____. Reitoria. **HISTÓRICO DA URI**. Disponível em: <<http://www.reitoria.br/>>. Acesso em: 01 Maio. 2018.

URISANTIAGO. **Quem Somos**. Disponível em: <<http://www1.urisantiago.br/quem-somos>>. Acesso em: 01 Maio. 2018.

VANNUCCHI, Aldo. **A universidade comunitária: O que é, como se faz**. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola Jesuítas, 2013.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa Em Administração**. 16ª Ed. São Paulo: Atlas, 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A- Questionário aplicado aos egressos

Q1.Gênero:

1. Masculino 2. Feminino

Q2. Idade: (ESPONTÂNEA) _____

1. 18 a 24 anos 2. 25 a 35 anos
3. 36 a 45 anos 4. 46 a 60 anos
5. Mais de 60 anos

Q3. Município onde reside atualmente: (ESP)

Q4. Qual sua formação superior na URI Campus Santiago?

- 1.Administração
2.Agronomia
3. Arquitetura e urbanismo
4. Ciência computação
5. História
6. Ciências biológicas
7. Ciências contábeis
8. Direito
9.Educação física
10.Enfermagem
11.Farmácia
12. Letras
13.Pedagogia
14.Psicologia
15. Matemática
16. Engenharia Agrícola

Q5. Ano de formação

1. 2010 2. 2011
3. 2012 4. 2013
5. 2014 6. 2015
7. 2016 8. 2017

Q6.Qual das políticas públicas de acesso a Educação superior teve acesso na URI- Campus Santiago?

1. PROUNI 2. FIES

Q7. O auxílio socioeconômico prestado pelo FIES ou PROUNI :

- 1.Foi determinante para poder cursar a faculdade e concluir a graduação
2. Auxiliou em alguma medida
3.Não fez muita diferença
4.Não ajudou em nada
5. Não sabe/ não respondeu

Q8. Acredita estar está devolvendo ao Estado os benefícios que recebeu durante sua formação superior?

1. Sim 2. Não 3. Não sabe/ não respondeu

Q9.Está empregado atualmente? (Se não Q13)

1. Sim 2. Não

Q10.Trabalha em qual cidade?

Q11.Trabalha na área em que se graduou?

1. Sim 2. Não

Q12. Função que desempenha atualmente? (ESPONTÂNEA)

Q13. Renda atual:

- 1.Até 1 SM 2. Mais de 1 a 2 SM
3. Mais de 2 a 4 SM 4. Mais de 4 a 6 SM
5. Mais de 6 a 10 6. Mais de 10 SM
7. Não sabe/ não respondeu

Q14. A formação recebida na graduação na URI contribui de alguma forma, em sua atividade profissional atual?

1. Contribuiu muito 2. Contribuiu pouco
3. Não contribuiu
4. Não sabe/não respondeu

Q15.A graduação na URI permitiu que você: (MULTIPLA ESCOLHA)

- 1.Encontrasse uma ocupação
2.Recebesse uma promoção
3.Recebesse um aumento salarial
4. Encontrasse um emprego melhor
5. Obtivesse apenas reconhecimento social
6.Não trouxe nenhuma alteração em sua situação profissional
7.Outra opção: especificar: _____
8.Não sabe/ não respondeu

Q16.Dentre as alternativas, qual você acredita ser a mais adequada quanto à sua contribuição como indivíduo com curso superior, para desenvolvimento da região do Vale do Jaguari?

- 1.Contribuo realizando o meu trabalho com qualidade
2.Contribuo com as atividades econômicas e sociais já que consumo na região do Vale do Jaguari e pago impostos
3.Contribuo criando e difundindo inovações para um maior e melhor sistema produtivo
4.Contribuo realizando ações para preservar o meio ambiente
5.Contribuo desenvolvendo meu trabalho e participando de atividades como cidadão em prol da minha região.
6. Acredito que não contribuo para o desenvolvimento da região.
7. Não sabe/ não respondeu

Q17. Participa de Associações, Sindicatos, ONGS, Conselhos ou Partidos políticos no seu município?

1. Sim 2. Não

APÊNDICE B- Roteiro da entrevista para gestores

1. Qual sua formação acadêmica?
2. Qual o tempo de experiência na URI Campus Santiago? Em quais cursos já trabalhou diretamente?
3. O ensino superior hoje tem a incumbência de auxiliar na formação de pessoas capazes de inovar e de acompanhar o ritmo das mudanças atuais, bem como contribuir para o desenvolvimento econômico, social e humano das sociedades onde acontecem. Qual a sua percepção sobre os cursos de graduação da URI campus Santiago na região do Vale do Jaguari?
4. Qual sua percepção sobre as Políticas Públicas de acesso à educação Superior, FIES E PRONI para a URI?
5. Percebe o FIES E o PROUNI como um facilitador para que indivíduos possam cursar a graduação?
6. Quanto aos Egressos da URI que receberam FIES e PROUNI, tem informações? Estes estão trabalhando na área que se graduaram? Continuam residindo nos municípios do Vale do Jaguari?
7. Consegue perceber se os egressos da URI, assistidos pelas Políticas Públicas de Financiamento da Educação Superior, FIES e PROUNI contribuem para o desenvolvimento da região do Corede Vale do Jaguari? Como?
8. E a sua percepção sobre o papel da URI enquanto Universidade Comunitária na região do Vale do Jaguari para o desenvolvimento local?

APÊNDICE C- Relatório técnico

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO COREDE
VALE DO JAGUARI: O caso dos egressos da URI-Campus Santiago (2010-2017)
ANÁLISE E RECOMENDAÇÕES PARA A DISPONIBILIZAÇÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS DE ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR**



Pesquisador: Sabrina Klose Nadalon

Destinatário: URI- Campus Santiago

Santiago- RS

Fevereiro-2019

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO

Analista: Sabrina Klose Nadalon

Data de Início da Análise: 02 de novembro de 2018

Data da Conclusão da Análise: 21 de Janeiro de 2019

Destinatário Relatório: Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI- Campus Santiago

Problema Público: Impacto das políticas públicas de acesso à educação superior - FIES e PROUNI - no perfil dos egressos da URI- Campus Santiago no período de 2010 a 2017 e sua contribuição para o desenvolvimento do Corede Vale do Jaguari.

Ambito de Aplicação da Política Pública: Regional

Área da Política Pública: Educação Superior

SUMÁRIO

RESUMO EXECUTIVO.....	02
ANÁLISE DOS PROBLEMAS.....	04
ANÁLISE DAS SOLUÇÕES.....	07
REFERÊNCIAS.....	28

RESUMO EXECUTIVO

Este documento tem como objetivo exibir a avaliação do impacto das políticas públicas para a educação superior FIES E PROUNI no perfil dos egressos assistidos e ainda, os cursos mais beneficiados e as contribuições destas políticas para o desenvolvimento do Corede Vale do Jaguari de maneira argumentativa para posteriormente recomendar ações para que a instituição interessada, URI, possa tomar melhores decisões quanto à disponibilização de políticas públicas de acesso à educação superior.

O relatório consiste na apresentação de dados de pesquisa realizada no período de 02/08 a 01/10/2018 com uma amostra 306 egressos assistidos pelo FIES ou PROUNI da URI- Campus Santiago. Para conhecer o perfil dos egressos, buscou-se por meio um conjunto de questões, pesquisa *survey*, identificar características socioeconômicas, como gênero, idade, local de residência, formação superior, ano de formação, políticas públicas que teve acesso, papel destas políticas para a formação, nível de empregabilidade, local de trabalho, área de atuação, função que desempenha e renda dos egressos a URI- Campus Santiago.

Desta forma o documento, passa a ser analisado no contexto da realidade atual dos egressos da URI Campus Santiago e das informações econômicas, sociais, educacionais do Corede Vale do Jaguari. Em complemento a análise dos dados da pesquisa, foi realizado um estudo das principais teorias acerca do tema com o objetivo de fundamentar as análises, bem como validar as declarações do pesquisador.

A oferta de políticas públicas que facilitem o ingresso na educação superior em instituições privadas, sem dúvida, consolida-se como solução plenamente adequada e capaz de reduzir as desigualdades sociais e regionais, sendo necessário constantemente avaliar o perfil dos egressos e a oferta de cursos adequada às demandas locais.

ANÁLISE DOS PROBLEMAS

O aumento de estudos sobre políticas públicas nas últimas décadas constitui-se tema emergente, complexo e de fundamental importância, sobretudo se levarmos em consideração as políticas públicas de acesso à educação superior lançadas nos últimos anos no Brasil, como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI).

A educação superior no Brasil, conforme o Instituto Nacional de Pesquisa em Educação (INEP) expostas no último Censo em 2017, foram ofertados 34.366 cursos de graduação num total de 8.286.663 estudantes matriculados. O número de matrículas em cursos de graduação, educação superior, cresceu ao longo dos anos, tanto em instituições públicas como privadas.

Nesse contexto ainda, vale ressaltar que a educação superior no Brasil conta com 2448, Instituições de Ensino Superior, entre públicas e privadas. Das 2.448 IES, 296 IES são públicas e, 2.152 IES privadas, o que corresponde a um percentual de mais de 88% de instituições privadas o que conseqüentemente amplia o número de matrículas. A rede privada conta com mais de 6,2 milhões de alunos, o que garante uma participação superior a 75% do sistema de educação superior, ou seja, de cada 4 estudantes de graduação, 3 frequentam uma instituição privada (INEP, 2017).

Cunha (2007) salienta a importância das IES para o país, já que por meio destas, sejam elas públicas ou privadas é que dá-se o desenvolvimento econômico e social. As instituições privadas são responsáveis pelo acesso da maior quantidade de pessoas ao ensino superior brasileiro.

Contudo, sendo as IES privadas responsáveis pelo acesso da maior quantidade de pessoas no ensino superior, quase metade, mais de 46% dos estudantes matriculados recebem algum tipo de financiamento ou bolsa para custear seus estudos. Assim sendo, percebe-se que demandam serem atendidos por políticas públicas para conseguirem acesso à educação superior e sentirem-se incluídos no meio acadêmico.

Todavia, apesar de investimentos na educação superior pública e privada, feitas pelo governo por meio de políticas públicas ainda não se consegue no Brasil cumprir as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação o qual recomenda

que a educação superior possa reduzir as desigualdades sociais e regionais (BRASIL, 2001).

Conforme Brasileiro (2017) apesar de o ensino superior ofertar vagas, o que dificulta sua democratização efetiva, é a escassez de vagas públicas e gratuitas que acabam por ser insuficientes e inadequadas diante do perfil dos estudantes que concluem o ensino médio. Ainda, não se prevê e não se cumpre, na legislação brasileira o pleno financiamento das IES públicas o que acaba por ampliar a criação de IES privadas que mesmo sendo mantidas pelas mensalidades e taxas cobradas pelos serviços oferecidos, recebe fontes indiretas de recursos públicos como isenções fiscais, previdenciária e de renúncia fiscal, principalmente após a criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI), e diretas, como os empréstimos aos estudantes que se beneficiam do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que tem contribuído significativamente para sua manutenção e expansão.

Na concepção de Sguissardi (2000) o Brasil mantém a menor taxa líquida de matrículas dentre os países da América Latina, o que demonstra também a desigualdade social vivenciada por uma população que em geral sobrevive em situação socioeconômica desigual. Assim, a autora coloca que o país mantém ainda, políticas educacionais conservadoras adotados pelas elites dominantes que contribuem para a ampliação de oferta de vagas no setor privado e menor possibilidade de acesso aos menos favorecidos economicamente.

Segundo o INEP (2017) no Brasil, de cada cem pessoas com 18 a 24 anos de idade, apenas 9 estão matriculadas na educação superior. O Rio Grande do Sul possui uma rede de ensino superior bastante interiorizada, com grande número de instituições e crescente número de matrículas, de 353.592 matrículas em 2010 para 510.238 em 2017. Contudo, ainda os jovens gaúchos tem taxa de frequência escolar líquida, percentual da população de 18 a 24 anos que frequenta a educação superior de apenas 27,6%, o que não corresponde a meta do Plano Nacional de Educação em vigor que determina que o Brasil eleve a taxa líquida de matrículas para 33% (INEP, 2017).

Reiterando, Dias Sobrinho (2005) afirma que no Brasil, ainda é baixa a parcela da população que consegue inserir-se e manter-se na educação superior devido a inúmeros problemas que vão desde o analfabetismo, as carências econômicas e culturais até a falta de expectativas de futuros bons empregos. De acordo com o IBGE

(2017) a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios percebe-se um nível de desigualdade grande, enquanto os 25% mais ricos da população de 18 a 24 anos apresentaram taxa bruta de matrícula de 85,2%, os 25% mais pobres apresentaram taxa de apenas 12,3%.

Assim, em um contexto socioeconômico caracterizado por diferenças, por atividades ligadas à agricultura e pecuária em grandes propriedades o que faz a economia mais desigual, o ensino superior no Rio Grande do Sul apesar de demonstrar crescimento no número de matrículas nos últimos anos, ainda segue a mesma lógica da educação brasileira, marcada por mudanças, existência de instituições públicas e privadas, interesses das elites e incapacidade do Estado em oferecer a educação superior para toda a demanda existente.

No Corede Vale do Jaguari, a realidade não é diferente e apesar de existirem instituições de ensino públicas e privadas as condições socioeconômicas da população dificultam o acesso à educação superior o que leva o Estado a investir em políticas de acesso as quais para que cumpram seu objetivo, precisam ser analisadas e avaliadas.

Logo, a análise, avaliação e o debate de políticas públicas de acesso e financiamento da educação superior justifica-se porque é exatamente a avaliação destas que permite uma prestação de contas do governo à população.

Admitindo que as políticas públicas de financiamento da educação superior cumpram efetivamente seus objetivos e sirvam também para a melhoria na ordem econômica, social e humana e contribuam para o desenvolvimento, estabelece-se como problema de pesquisa: qual o impacto das políticas públicas de acesso à educação superior - FIES e PROUNI - no perfil dos egressos da URI- Campus Santiago no período de 2010 a 2017e sua contribuição para o desenvolvimento do Corede Vale do Jaguari?

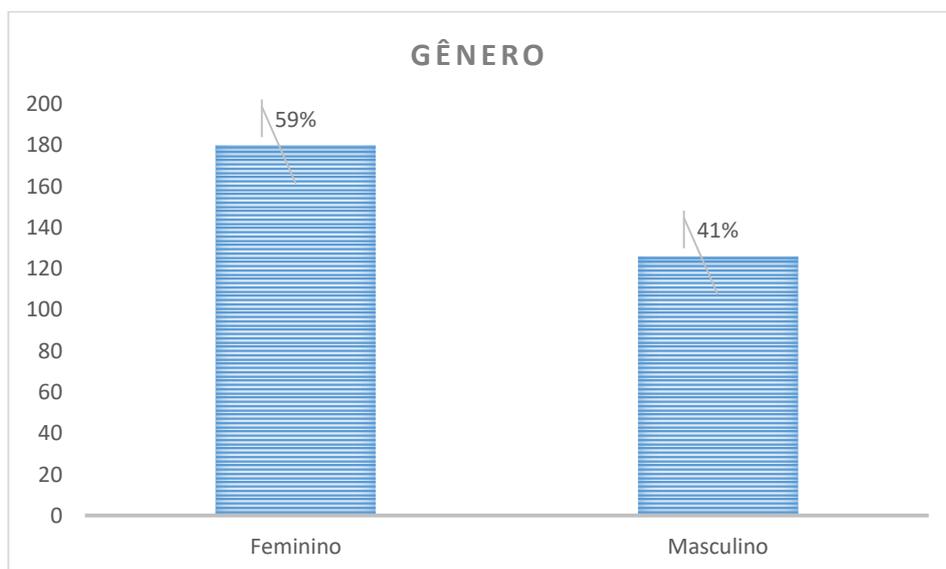
ANÁLISE DAS SOLUÇÕES

Diante da modernização e desenvolvimento da sociedade, do aumento da competitividade e da permanência da desigualdade social, visualiza-se a cada dia novas exigências para a formação acadêmica e profissional e para atender às demandas do atual cenário de desenvolvimento socioeconômico, científico e tecnológico, das formas de acesso de alunos a serem formados no ensino superior e da importância desta formação para o desenvolvimento das localidades onde situam-se as IES. Logo, torna-se imprescindível que as políticas públicas de financiamento da educação superior cumpram efetivamente seus objetivos e sirvam também para a melhoria na ordem econômica, social e humana e contribuam para o desenvolvimento local.

Neste sentido, demonstra-se as avaliações realizadas acerca impacto das políticas públicas no perfil do egresso, as condições de trabalho e de renda dos profissionais, o seu campo de atuação profissional no mercado de trabalho, a avaliação da percepção que estes tem da Universidade e, a ponderação de que ele faz para contribuir para o desenvolvimento da região do Corede Vale do Jaguari.

Quanto ao gênero o gráfico 1, demonstra o percentual de cada gênero dos profissionais formados pela URI, campus Santiago assistidos pelas políticas públicas FIES e PROUNI.

Gráfico 1- Gênero



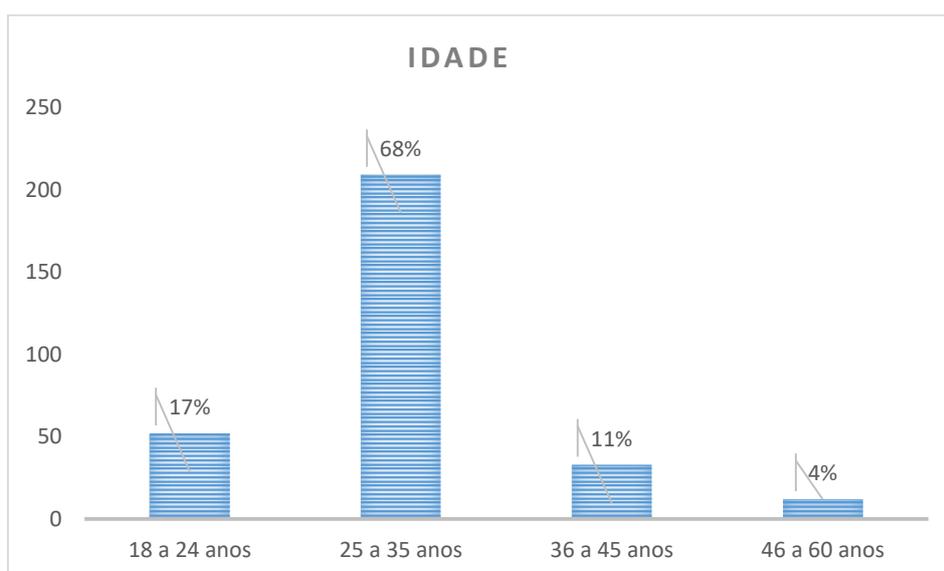
Fonte: Elaboração própria. N=306

Os dados expressos no gráfico 1 permitem constatar que a maioria dos egressos participantes da pesquisa são do sexo feminino, 59%. Esse perfil vem de encontro com o perfil demográfico dos habitantes do Corede Vale do Jaguari onde 50,89% são mulheres e 49,11% homens (COREDE, VALE DO JAGUARI, 2015).

Pode-se ainda relacionar o gênero dos egressos da URI com o Censo da educação superior (INEP- Censo, 2017) o qual expressa que 61,1% dos concluintes do ensino superior são mulheres e apenas 38,9% homens. Nesse sentido, a característica gênero dos egressos da URI- Campus Santiago está de acordo com as características da população brasileira.

Já, o gráfico 2, apresenta a faixa etária dos profissionais formandos pela URI- Santiago.

Gráfico 2- Faixa etária

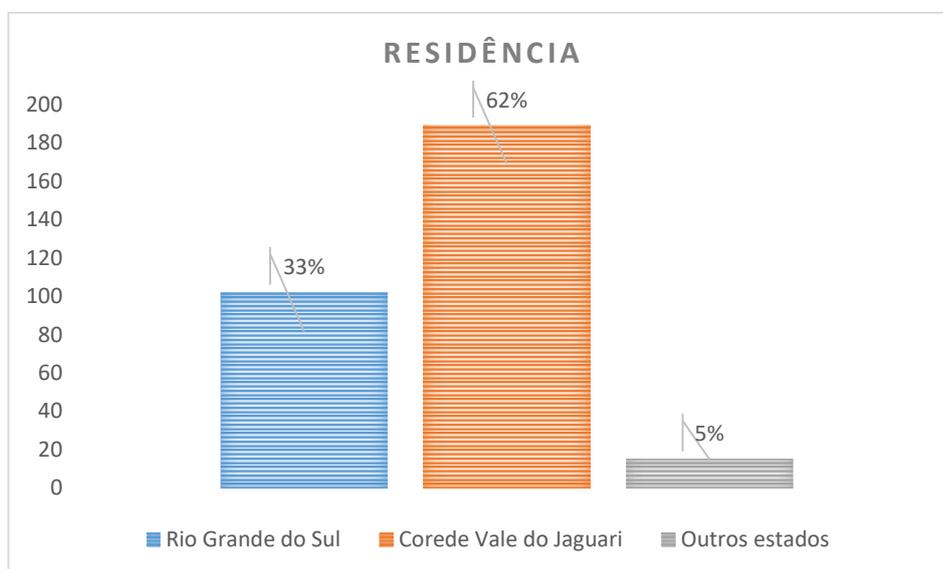


Fonte: Elaboração própria. N=306

Percebe-se que no Corede Vale do Jaguari, a faixa etária é maior que no restante do país, entretanto, pode ser justificado pela faixa etária maior do Corede Vale do Jaguari (2017) que relata que a faixa etária entre 20 e 59 anos representa mais de 55,5% da população. Ainda, de acordo com *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* (PORTAL ODS, 2018) nesta região, os alunos do ensino médio possuem uma defasagem de idade série significativa, onde mais de 24,7% possuem no ensino médio idade superior a recomendada, 14 a 18 anos, o que nos leva a subtender que estes ingressam um pouco mais tarde no ensino superior.

No gráfico 3 pode-se perceber de maneira simplificada o local de residência dos egressos da URI- Campus Santiago 2010-2017.

Gráfico 3- Residência



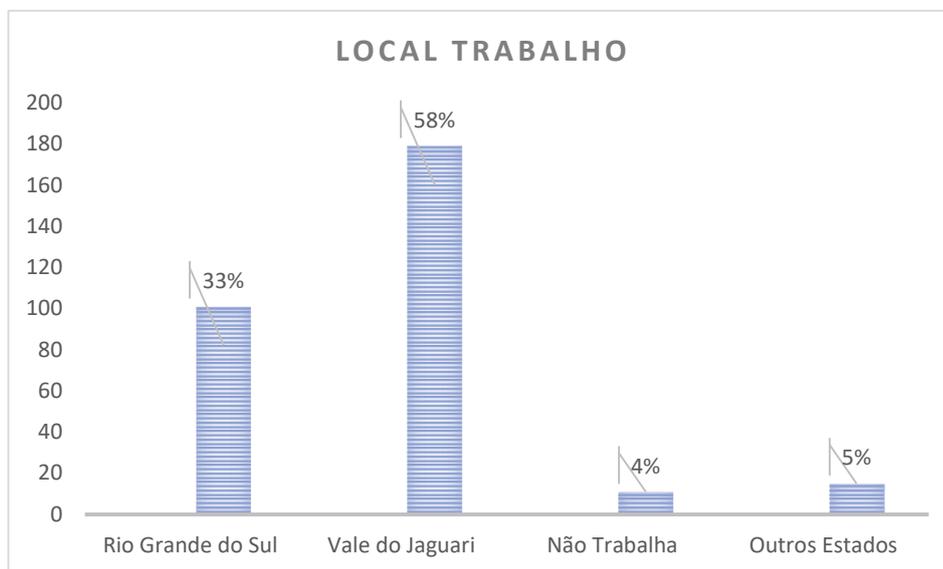
Fonte: Elaboração própria. N=306

Observa-se que a grande maioria dos pesquisados residem atualmente no Rio Grande do Sul e grande parte deles residem na região do Corede Vale do Jaguari. Identificou-se que o quantitativo maior de residentes é no município de Santiago, RS, visto ser o município mais populoso deste Corede, bem como o município do Corede que possui Instituição de Educação Superior. Em seguida, descobriu-se que os municípios de Jaguari e São Francisco de Assis respectivamente, possuem o maior número de egressos residentes.

Esses dados reiteram o perfil populacional e socioeconômico do Corede, já que conforme Corede Vale do Jaguari (2015), Santiago possui uma população de 50.443, Jaguari, 11.144 habitantes e São Francisco de Assis, um quantitativo de 18.838 habitantes, ou seja, esses três municípios estão entre os 4 municípios integrantes do Corede com mais população, bem como população urbana, Santiago possui 91,2% de população residente na área urbana, Jaguari, 56,9% e São Francisco de Assis, 70,1%. A distribuição populacional por tipo de domicílio em 2010 no Corede Vale do Jaguari apresentava 77% de concentração da população na área urbana e somente 23% na área rural.

Quanto ao desempenho de suas atividades profissionais, o gráfico 4, exibe o local de trabalho dos egressos da URI- campus Santiago.

Gráfico 4- Local trabalho



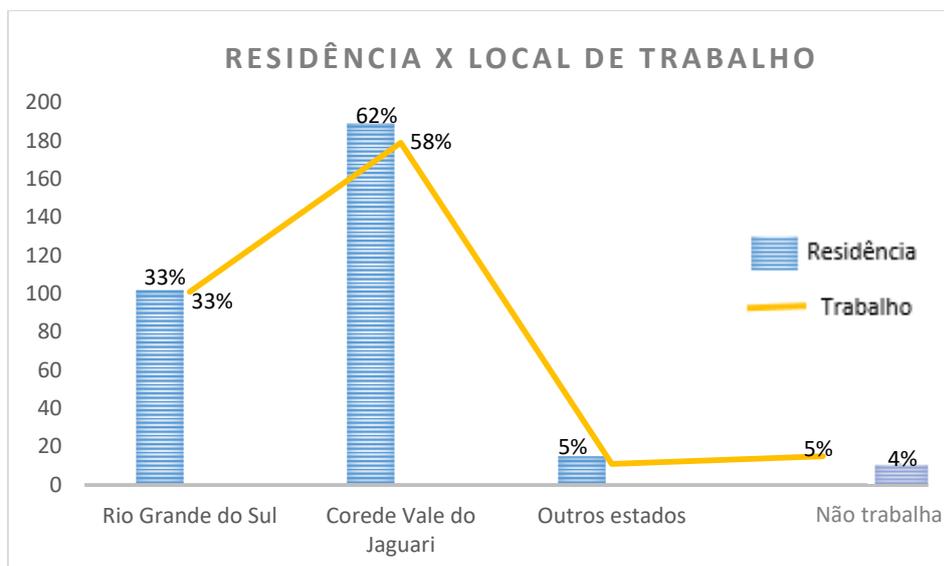
Fonte: Elaboração própria. N=306

O gráfico 4, ressalta que os egressos em sua maioria, trabalham nas cidades pertencentes ao Corede Vale do Jaguari, sendo importante salientar que dos 179 egressos que trabalham nos municípios do Vale do Jaguari, os maiores números de empregos segundo a pesquisa realizada, estão nas cidades de Santiago 61% de egressos que trabalham, Jaguari 12% e São Francisco de Assis 11%, respectivamente.

Esses percentuais vem de encontro com os dados sobre emprego na região, de acordo com Corede Vale do Jaguari (2015) a região possuía neste período 13.918 vínculos empregatícios formais ativos, dos quais 52,6% estavam registrados em Santiago.

Ainda, ao relacionar a residência com o local de trabalho, o gráfico 5 apresenta.

Gráfico 5- Residência X Local trabalho



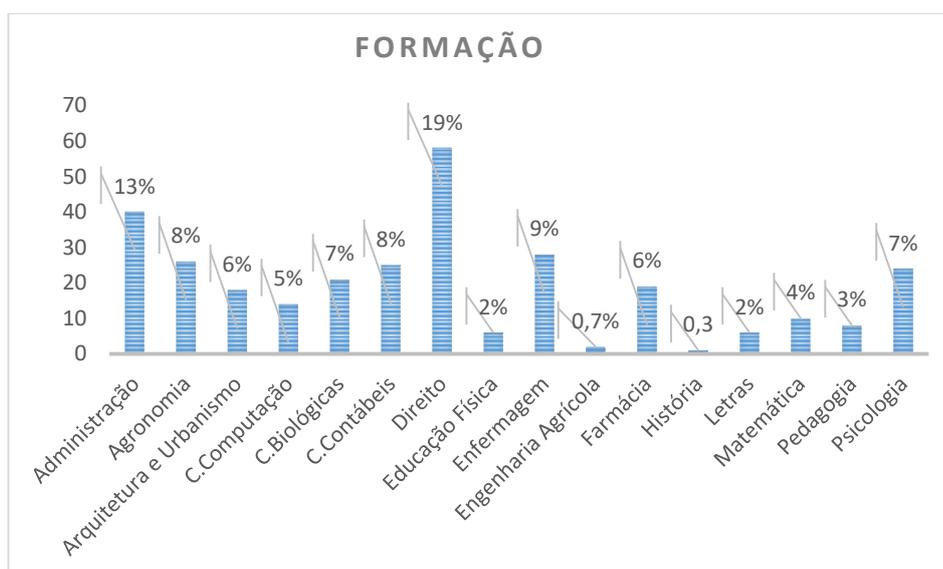
Fonte: Elaboração própria. N=306

Verifica-se que a maioria dos egressos, 58%, permanecem trabalhando na região do Corede Vale do Jaguari e apenas 3% residem no Corede mas não trabalham nas cidades pertencentes a ele e, 5%, residem e trabalham em outros Estados. Também 4% dos egressos não trabalham.

Os egressos trabalham nas cidades pertencentes ao Corede Vale do Jaguari o que demonstra que permanecem no local onde se graduaram, admitindo que o incentivo de políticas públicas para a educação superior não é desperdiçado, ao permanecerem na região onde receberam incentivo para construir e ampliar conhecimentos, contribui para o desenvolvimento desta. Barquero (2002) assegura que as relações sociais e funcionais de um território, se transformam em um agente de mudança social que desencadeia o desenvolvimento. -a mais competitiva e sustentável.

Sobre a formação superior concluída na URI- Campus Santiago o gráfico 6 e apresenta.

Gráfico 6 – Formação



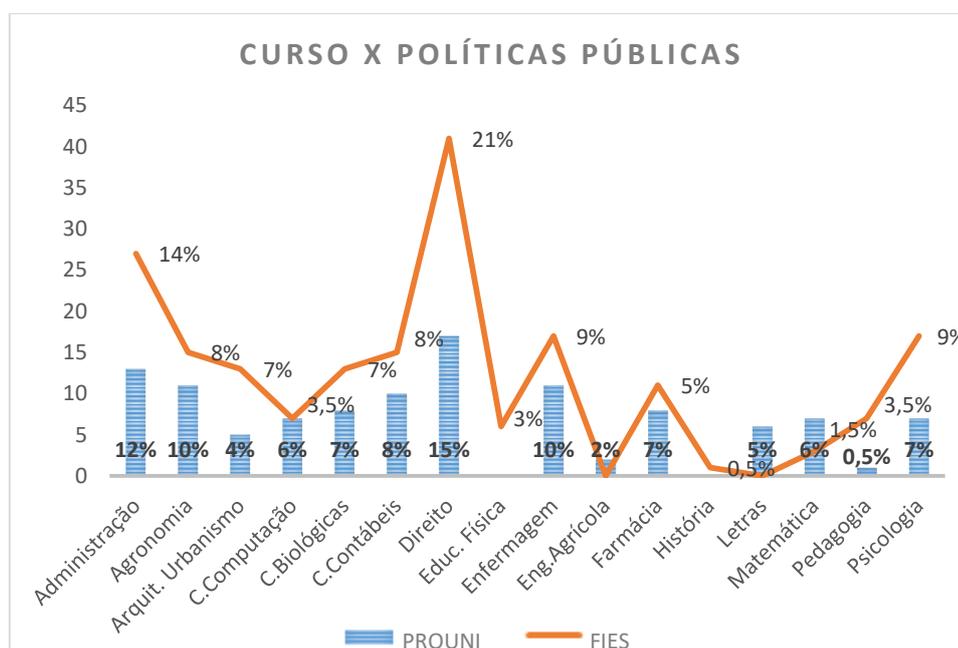
Fonte: Elaboração própria. N=306

Ressalta-se no gráfico 6 que a formação concluída na URI- Campus Santiago envolve em sua maioria a formação de bacharéis com maior número de concluintes em direito, administração e enfermagem. Ao comparar com os dados dos concluintes do Brasil (INEP- Sinopse, 2017) em instituições privadas, pode-se perceber, que no Brasil, os cursos que mais formam profissionais são os bacharelados, 69%, seguido pelas licenciaturas, 19%.

Segundo os dados do Censo da educação superior (INEP- Censo, 2017) a área de Ciências Sociais, Negócios e Direito é a área que possuiu o maior percentual de concluintes em 2017, 23%, seguido de 12,3 a área de educação e, 8,5% saúde e bem estar social para cada 10.000 habitantes no Brasil. Por conseguinte, o número de egressos dos cursos da URI, Campus Santiago, relacionam-se com as áreas que mais formam também no restante do país, Ciências Sociais, Administração, Direito e Saúde, enfermagem.

Em relação à formação e quais os cursos mais beneficiados pelas políticas públicas o gráfico 7 exhibe.

Gráfico 7 - Cursos mais beneficiados Fies X Prouni



Fonte: Elaboração própria. N=306

O gráfico 7, deixa claro que os cursos mais beneficiados pelas políticas públicas FIES e PROUNI, são os cursos de direito, administração, enfermagem e agronomia, o que relaciona-se aos cursos que mais possuem egressos.

Quanto aos anos delimitados na pesquisa é possível visualizar na tabela 1, a média de formandos assistidos pelas políticas públicas e seus respectivos cursos.

Tabela 1- Ano X quantitativo formandos

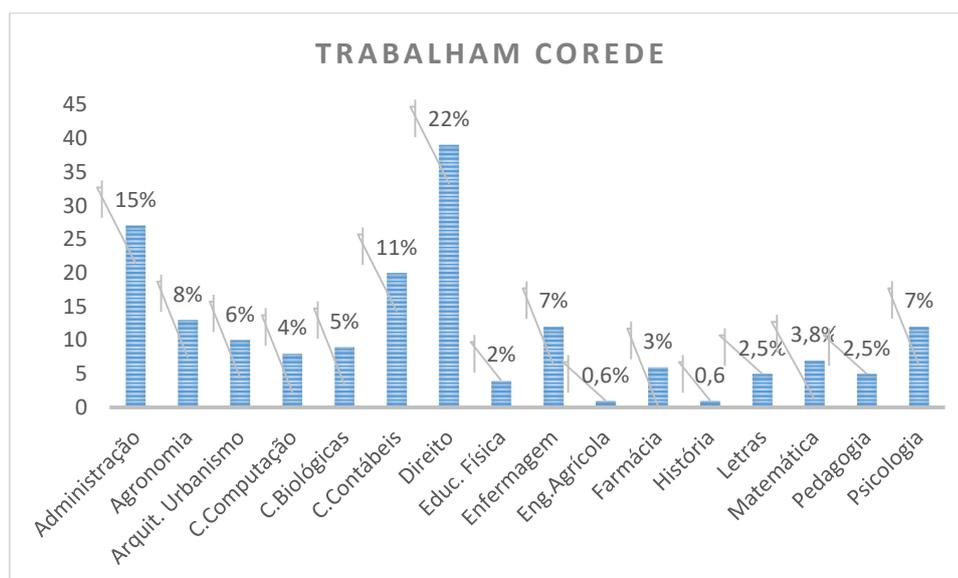
CURSO	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	MÉDIA
Administração	3	3	1	2	9	6	8	8	5
Agronomia	0	0	8	1	4	2	4	7	3,25
Arquit. Urbanismo	1	2	1	0	1	2	7	4	2,25
C.Computação	1	1	1	0	3	4	2	2	1,75
C.Biológicas	1	2	2	4	0	9	1	2	2,625
C.Contábeis	1	2	3	2	2	2	5	8	3,125
Direito	2	5	7	8	7	6	11	12	7,25
Educ. Física	0	0	0	0	0	0	0	6	0,75
Enfermagem	2	3	4	4	1	7	5	2	3,5
Eng.Agrícola	0	1	1	0	0	0	0	0	0,25
Farmácia	0	0	0	2	0	5	6	6	2,375
História	0	0	1	0	0	0	0	0	0,125
Letras	0	3	2	1	0	0	0	0	0,75
Matemática	4	3	1	2	0	0	0	0	1,25
Pedagogia	0	0	1	1	1	1	0	4	1
Psicologia	0	1	3	4	1	3	3	9	3

Fonte: Elaboração própria

Nota-se que os cursos que mais formaram entre os anos de 2010 e 2017, foram os cursos de Direito, Administração, Enfermagem, Agronomia e Ciências Contábeis.

Cabe ressaltar que dos formados muitos trabalham na região do Corede, como exposto no gráfico 8.

Gráfico 8- Trabalho região Corede



Fonte: Elaboração própria. N=179

No gráfico 8, reitera-se o exposto no gráfico 5, os egressos que mantêm-se trabalhando na região do Corede são aqueles oriundo dos cursos que mais formam. Isso justifica a positiva importância das políticas públicas FIES e PROUNI, já que ao serem beneficiados com incentivos para poderem cursar e/ou concluir a graduação os egressos dos cursos de direito, administração, ciências contábeis e agronomia permanecem realizando suas atividades profissionais para região.

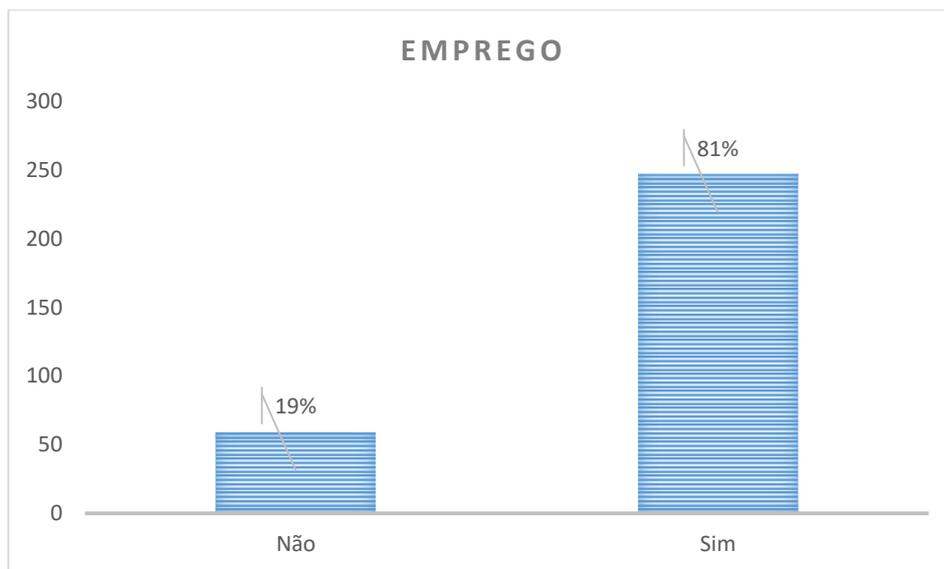
Esses dados mais uma vez vem de encontro com as potencialidade do Corede Vale do Jaguari, o que leva ao entendimento de que ao atuarem trabalhando, disseminando conhecimentos, e permanecendo na região poderão contribuir para o desenvolvimento local.

Corroborando, Barquero (2002), argumenta que o desenvolvimento local não envolve apenas a decisões do Estado e dos administradores, mas também os atores locais e novas formas de atuação flexíveis que incentivem a inovação e competição entre os locais, visto que tais teorias acompanham a emergência de conhecimentos

científicos, das novas tecnologias e da globalização para que consiga-se a garantia de boa qualidade de vida para a população e a sustentabilidade do país.

Em relação à ocupação dos participantes da pesquisa, o gráfico 9, apresenta as afirmações destes, se estão empregados ou não.

Gráfico 9- Emprego



Fonte: Elaboração própria. N=306

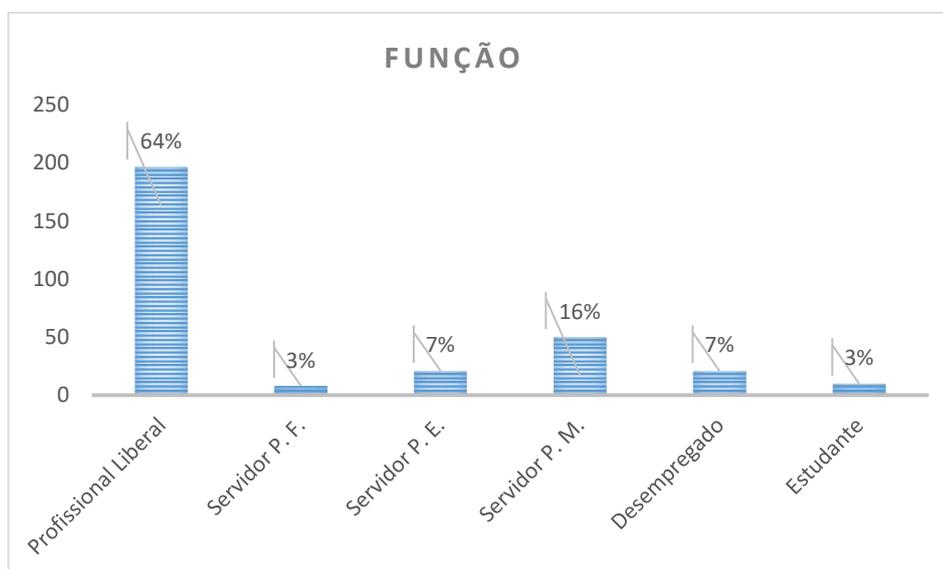
Do total de egressos da URI- campus Santiago mais de 80% afirmam estar empregados, o que supera os números da população ocupada no Rio Grande do Sul em 2017, que possui um total de 5.605.475 indivíduos ocupados conforme Atlas Socioeconômico, o que representa pouco mais de 50% da população (RIO GRANDE DO SUL, 2016).

Torna-se importante destacar que o impacto das políticas públicas de acesso à educação superior foi positivo, já que em 2010 no Rio Grande do Sul a população economicamente ativa era de 23.404 e em 2017 esse o número subiu para 6.091.417 (IBGE, 2017), o que faz com que seja possível deduzir que o acesso à educação superior pode ter contribuído para a geração de empregos.

Já, quanto ao Corede Vale do Jaguari, no que se refere a empregos, em 2015 a região possuía 13.918 vínculos empregatícios formais ativos, dos quais 52,6% estavam registrados em Santiago e 11,6% em Nova Esperança do Sul. Nos últimos anos a região também sofreu com a desaceleração econômica, reduzindo o saldo entre admissões e demissões (COREDE VALE DO JAGUARI, 2015).

O gráfico 10, demonstra as principais funções desempenhadas pelos egressos da URI- Campus Santiago.

Gráfico 10-Função desempenhada



Fonte: Elaboração própria. N=306

Percebe-se que mais de 64% dos egressos da URI- campus Santiago trabalham como profissionais liberais, e, mais de 26% exercem função pública, o que vem de encontro com as potencialidades da região do Corede Vale do Jaguarí. As potencialidades econômicas da região vinculam-se à agregação de valor da produção primária, à inserção da produção nos mercados institucionais, a exploração logística de interligação dos modais rodoferroviários o que justifica o número de profissionais liberais e servidores municipais já que existe tradição produtiva alicerçada nos serviços, agropecuária e um número significativo de organizações institucionais e sociais.

Observa-se como oportunidades da região a exploração da matriz agropecuária e turística, a política nacional de incentivo ao modal ferroviário, parcerias público privadas para as demandas estruturais, políticas municipais e regional de diretrizes urbanísticas e ambientais, compras governamentais e os mercados institucionais bem como o crescimento da população brasileira (COREDE VALE DO JAGUARI, 2015).

Fica claro, portanto, a importância de continuamente identificar problemas potencialidade e, oportunidades para que se torne viável o estabelecimento e implementação de diretrizes estratégicas para projetos regionais que contribuam para

o desenvolvimento local e regional. Dallabrida (2010) explica que o desenvolvimento local e regional depende da interação público-privada e articulação dos diferentes atores de forma democrática e participativa, diagnosticando a realidade, definindo prioridades, planejando a implementação das ações para então, dinamizar as potencialidades e superar os desafios, visando o desenvolvimento territorial.

Além disso, ao comparar a formação com egressos que trabalham, trabalham na área e, não trabalham, a tabela 2, expõe.

Tabela 2- Comparativo trabalho

GRADUAÇÃO	TRABALHAM	% TRABALHO ÁREA	% NÃO TRABALHAM
Administração	35	71%	8%
Agronomia	16	75%	62%
Arquit. Urbanismo	12	92%	50%
C.Computação	11	64%	27%
C.Biológicas	14	43%	57%
C.Contábeis	22	59%	14%
Direito	45	62%	29%
Educ. Física	5	80%	20%
Enfermagem	25	68%	16%
Eng.Agrícola	2	--	--
Farmácia	17	94%	12%
História	1	100%	--
Letras	5	60%	20%
Matemática	10	50%	----
Pedagogia	6	83%	33%
Psicologia	21	81%	14%

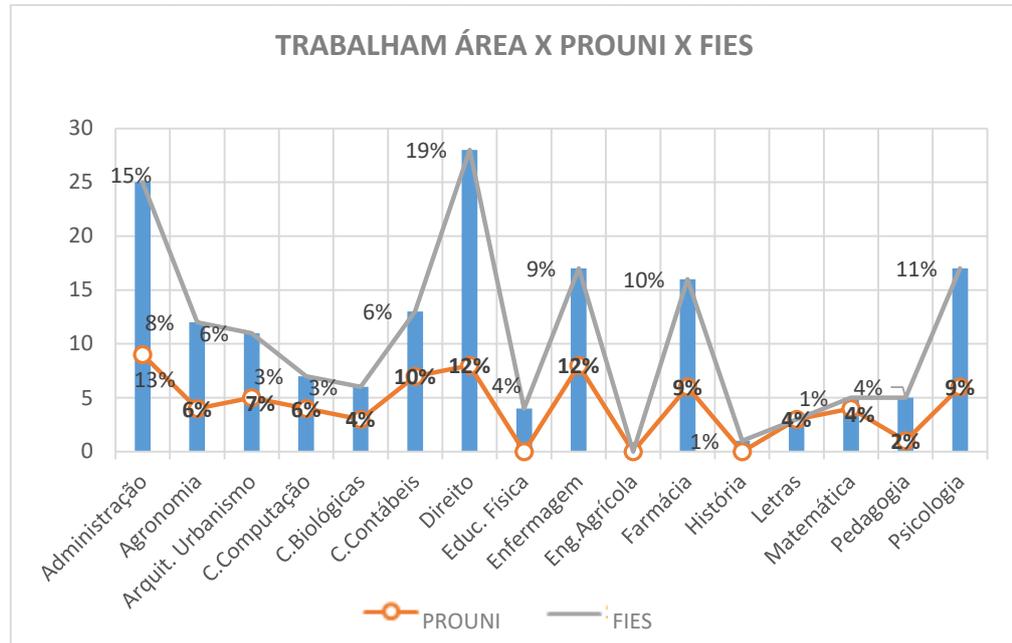
Fonte: Elaboração própria

Compreende-se que a maioria dos egressos que exerce atividades profissionais trabalha na área que se graduaram, na maioria dos casos, mais da metade destes, com exceção de Ciências Biológicas. Ao observar os dados dos egressos que estão no mercado de trabalho, percebe-se a relevância dos cursos para a região, já que a maioria consegue um emprego na sua área de formação.

Entretanto, ao analisar a terceira coluna da tabela 2, do total de egressos de cada curso, identifica-se que agronomia, ciências biológicas e arquitetura e urbanismo apresentam um significativo número de egressos que não estão no mercado de trabalho.

Já, avaliando os egressos que trabalham em suas áreas de formação e quantos foram assistidos pelo PROUNI e quantos pelo FIES, o gráfico 11 retrata.

Gráfico 11 - Trabalham na área x Prouni x Fies

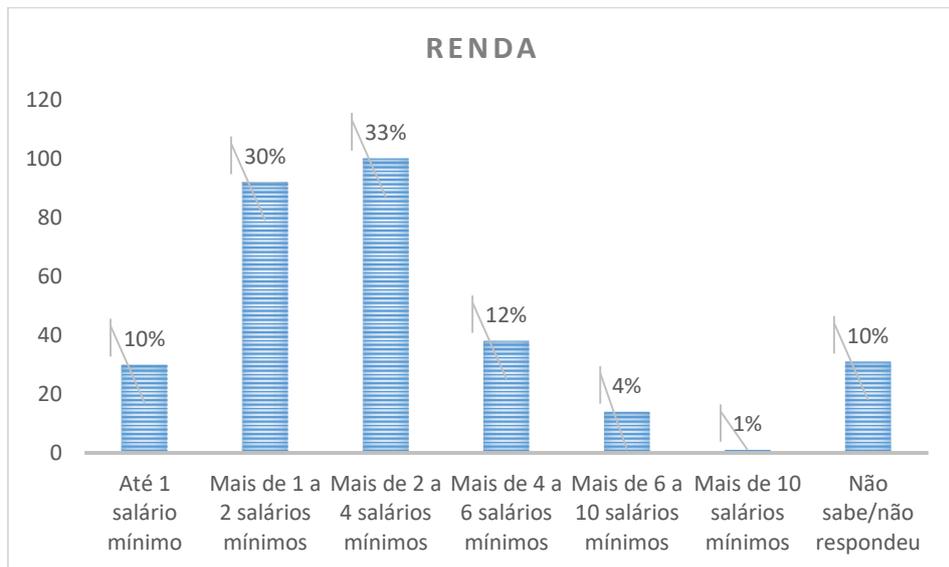


Fonte: Elaboração própria. N=196

A maioria dos egressos que trabalham na área recebeu apoio do FIES, entre eles dos cursos de direito, administração. Todavia, é possível perceber que os egressos dos cursos de psicologia e farmácia, apresentam quantitativos significativos, demonstrando que trabalham na área de sua graduação. Esses dados, tornam-se relevante por demonstrarem que os egressos desses cursos assistidos pelo FIES e o PROUNI atuam de acordo com sua formação.

No Gráfico 12 evidencia-se a renda média dos egressos da URI- Campus Santiago.

Gráfico 12- Renda média



Fonte: Elaboração própria. N=306

Percebe-se que a renda média dos egressos da URI- Campus Santiago, em sua maioria, fica entre 1 e 4 salários mínimos, 30% de 1 a 2 e, 33 % mais de 2 a 4 salários mínimos. Relacionando o rendimento médio real dos moradores do Rio Grande do Sul, com os egressos pesquisados é possível considerar que está de acordo. Conforme o IBGE (2017), o rendimento médio real habitual do trabalho principal das pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana é de R\$: 2.524,00, o que representa pouco mais de 2 salários mínimos. Já, no Corede Vale do Jaguari, a renda fica entre 1 a 1,5 salários, sendo esta uma característica de mão de obra voltada ao comércio e serviços de baixa especialidade. Ao mesmo tempo, há um grupo de trabalhadores com faixa salarial de 3 a 7 salários, considerada uma renda média alta. Este grupo representa 11% do total de trabalhadores da região, sendo que a maior concentração está na faixa inicial de 3 a 4 salários.

Ao realizar a média de salário por curso, pode-se perceber conforme tabela 3 que:

Tabela 3- Média salarial

CURSO	Até 1 SM	Mais 1 a 2 SM	Mais 2 a 4 SM	Mais 4 a 6 SM	Mais 6 a 10 SM	Mais 10 SM	Não sabe/não respondeu	MÉDIA
Administração	1	16	15	5	1	1	1	5,714286
Agronomia	2	6	4	5	4	0	5	3,714286

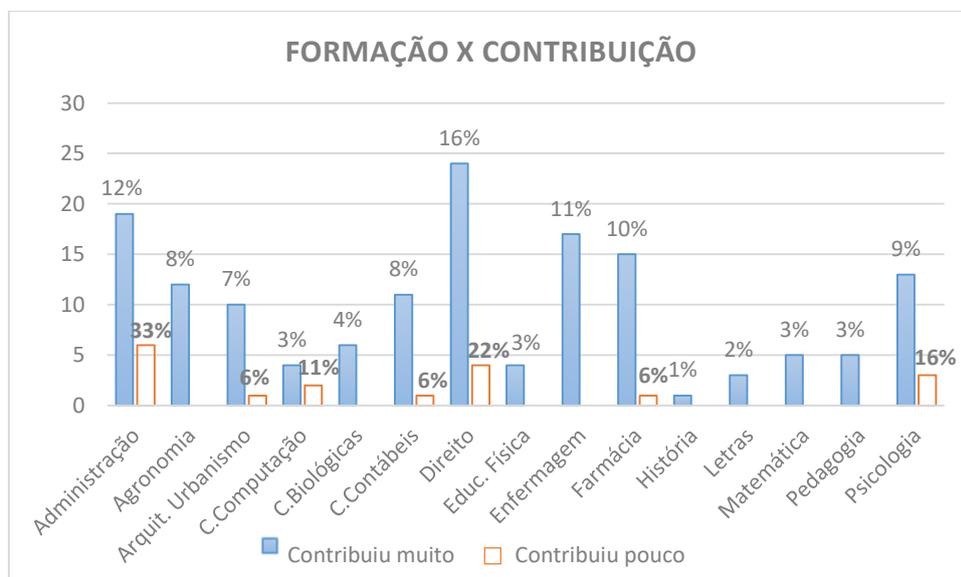
Arquit. Urbanismo	3	5	5	3	0	0	2	2,571429
C.Computação	2	3	3	1	1	0	4	2
C.Biológicas	2	9	6	1	0	0	3	3
C.Contábeis	0	7	15	2	0	0	1	3,571429
Direito	6	16	14	7	5	0	10	8,285714
Educ. Física	4	2	0	0	0	0	0	0,857143
Enfermagem	5	7	11	4	1	0	0	4
Eng.Agrícola	0	1	1	0	0	0	0	0,285714
Farmácia	0	4	9	5	0	0	1	2,714286
História	0	1	0	0	0	0	0	0,142857
Letras	0	2	2	1	0	0	1	0,857143
Matemática	0	2	5	2	1	0	0	1,428571
Pedagogia	1	4	2	0	0	0	1	1,142857
Psicologia	5	7	8	2	1	0	1	3,428571
MÉDIA	1,9375	5,75	6,25	2,375	0,875	0,0625	1,875	

Fonte: Elaboração própria

Os cursos que possuem média salarial maior, como apresenta a tabela 3, são o de direito, o curso de administração e o curso de agronomia respectivamente, o que leva a subtender que estes contribuem mais para o econômico da região.

Buscando entender o que a formação da Uri contribui para a atividades profissional, o gráfico 13, apresenta.

Gráfico 13- Formação X contribuição

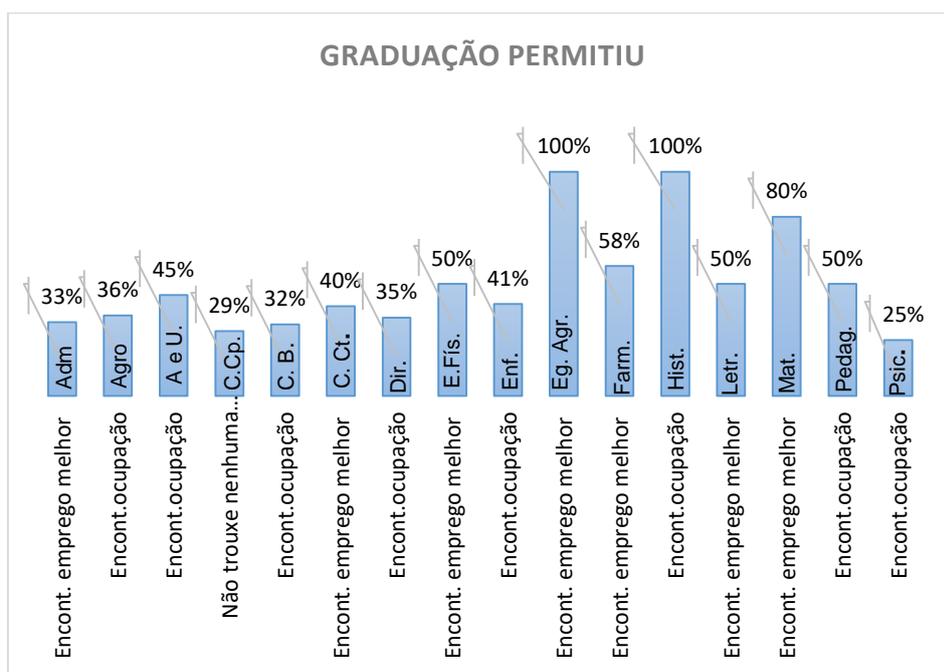


Fonte: Elaboração própria. N=246

Na percepção dos egressos a formação recebida durante a graduação contribuiu muito para as atividades profissionais o que revela a importância da instituição na região.

Nesse contexto, ainda, ao identificar o que a graduação permitiu aos egressos, o gráfico 14, retrata.

Gráfico 14- Graduação permitiu



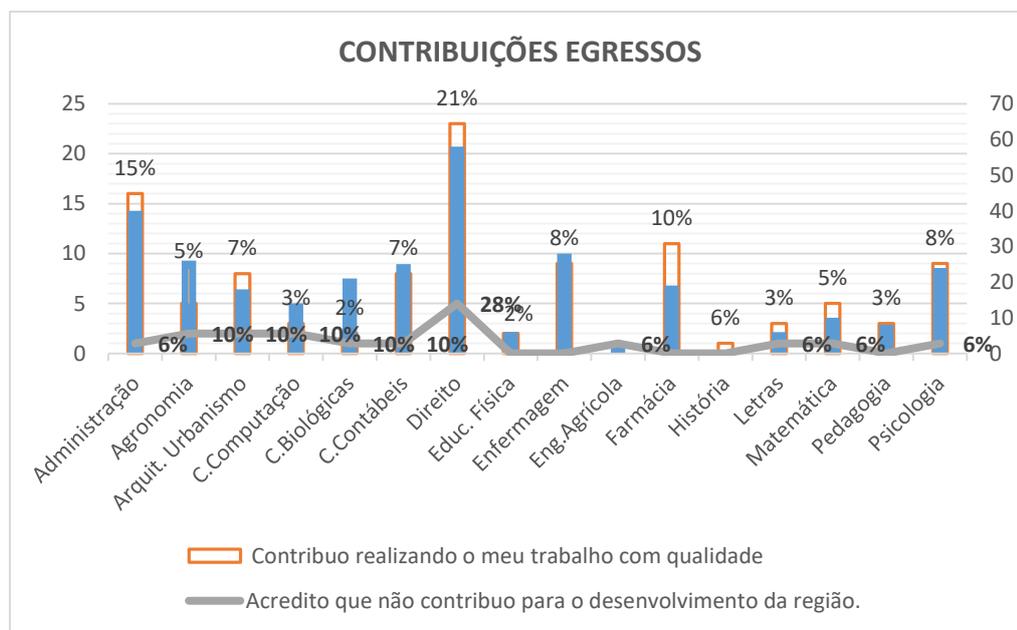
Fonte: Elaboração própria. N=306

De acordo com os egressos a graduação permitiu que estes encontrassem um emprego melhor ou encontrassem uma ocupação. Logo, a graduação facilitou que esses indivíduos se tornassem economicamente ativos e pudessem então contribuir para o desenvolvimento local.

Por conseguinte, como apontam Frantz e Silva (2002) a graduação ofertada pela URI Campus Santiago de alguma forma contribui para o desenvolvimento socioeconômico da região do Corede Vale do Jaguari, apresentando-se como uma opção de educação empenhada e responsável com interesses voltados para o desenvolvimento local e regional comprometida com seu espaço, tempo e grupos sociais que compartilham cultura e interesses comuns possibilitando a realização de ações com a comunidade local seja através de um trabalho que o torne economicamente ativo, seja através da conquista de um emprego melhor.

Sobre o desenvolvimento local, questionou-se os egressos sobre como acreditam contribuir para o desenvolvimento do Corede Vale do Jaguari, o que pode ser visto no gráfico 15.

Gráfico 15 – Contribuições egressos



Fonte: Elaboração própria. N=156

A maioria dos formandos afirma contribuir para o desenvolvimento realizando seu trabalho com qualidade. Compreende-se à vista disso, que contribuir para o desenvolvimento da região do Vale do Jaguari envolve trabalhar com qualidade e participar de atividades como cidadão, porém está além disso, como garante Barquero (2002) quando ensina que contribuir para o desenvolvimento local envolve mudança e crescimento pela participação ativa da comunidade na busca pelo bem-estar econômico, social e cultural. O autor reitera explicando que desenvolvimento local integra à busca de aumento da produtividade e da competitividade com atividades para melhoria da distribuição de renda e conservação dos recursos naturais e de aspectos históricos e culturais.

Ao reconhecer o perfil dos egressos do período de 2010 a 2017 da URI-Campus Santiago apreende-se que os egressos da URI Santiago assistidos pelo PROUNI e FIES estão em idade economicamente ativa e empregados, conforme apresentados nos gráficos 9 e 13, onde fica expresso que mais de 80% dos indivíduos estão empregados e ganham entre 1 e 4 salários mínimos.

Compreende-se também que o PROUNI e FIES foram determinantes para os entrevistados cursarem/concluírem sua graduação, já que além da pesquisa realizada onde 85% dos pesquisados responderam que o auxílio prestado pelas políticas públicas de acesso à educação superior foram determinantes para cursarem/concluírem sua graduação, observou-se que renda média dos indivíduos do Corede Vale do Jaguari, fica entre 1 a 1,5 salários, o que efetivamente constata a necessidade de auxílio financeiro para cursar e/ou concluir uma graduação em universidade privada.

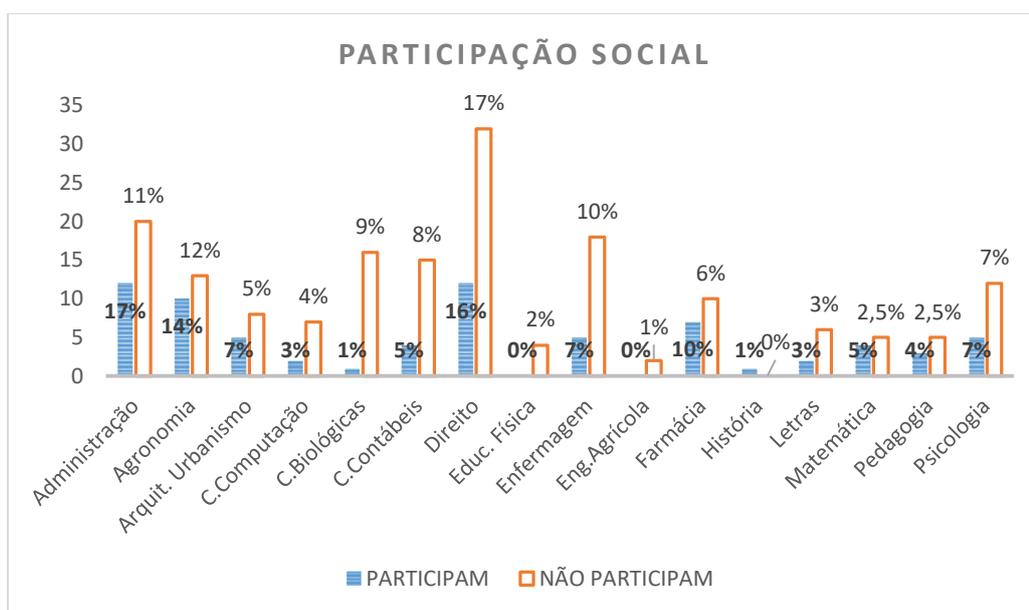
As políticas públicas de acesso à educação superior no Corede Vale do Jaguari tiveram impacto positivo no perfil dos egressos da URI-Campus Santiago, pois recebem salários maiores do que a média do Corede, possuem grau educacional mais elevado e conseguem manter-se economicamente ativas.

Vale ressaltar, que ao comparar os dados do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico- Idese do Corede Vale do Jaguari, entre 2008 e 2013 percebe-se que diante das políticas públicas de acesso à educação superior FIES e PROUNI disponibilizadas no geral o impacto foi positivo, houve crescimento. Pode-se afirmar que houve crescimento, tanto na educação, como na renda, como no Idese total do Corede Vale do Jaguari, explicitando o médio desenvolvimento da região em relação ao indicador.

Legitimando, Brasileiro (2017) evidencia que as o FIES e o PROUNI possibilitam a ampliação das oportunidades de acesso à educação superior além de fortalecer os valores que se relacionam com a formação do indivíduo enquanto cidadão garantindo-lhes o direito de cidadania. Por conseguinte, Goés e Machado (2013) complementam enfatizando que as políticas públicas educacionais, vêm se responsabilizando, pelo fortalecimento de ações e programas que integram as esferas políticas, econômicas, educacionais e sociais para possibilitar avanços nas condições de vida das populações, democracia social e estímulo ao desenvolvimento local.

Confere-se que os egressos assistidos pelas políticas públicas FIES E PROUNI tendem a permanecer na região do Vale do Jaguari, entretanto não possuem alto engajamento comunitário já que não participam de entidades sociais, como demonstra o gráfico 16, e afirmam contribuir com o desenvolvimento da região do Corede Vale do Jaguari em sua maioria realizando o seu trabalho com qualidade.

Gráfico 16 – Participação



Fonte: Elaboração própria. N=306

Diante disso, confirma-se que a ampliação de disponibilidade de políticas públicas de acesso à educação superior, PROUNI e FIES melhoram a realidade local somente em parte o que conseqüentemente contribui para o crescimento econômico, a competitividade do sistema produtivo local por meio do trabalho, e da ampliação do poder de consumo pela renda média entre 2 e 4 salário mínimos, 100 pessoas, mas, percebe-se falhas na real mudança em busca do crescimento e da melhoria da qualidade de vida da população havendo pouca participação social.

Esses dados demonstram que os egressos ainda não possuem uma visão ampliada sobre desenvolvimento local nem sobre participação social, pois de maneira geral acreditam devolver ao Estado contribuições somente por realizar seu trabalho, atividade profissional com qualidade, 64% deles trabalhando na iniciativa privada e 29% como servidores públicos, deixando em segundo plano a importância de participar ativamente da resolução de conflitos e busca cooperativa pelo desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Para Dallabrida (2010), desenvolvimento econômico envolve a transformação e aumento quantitativo nas atividades produtivas, enquanto o desenvolvimento envolve mudanças positivas na melhoria da qualidade de vida das pessoas, na ampliação e melhoria das estruturas produtivas e na melhoria da competitividade das instituições locais e regionais.

Assim sendo, a educação superior não pode contribuir somente com a técnica, o trabalho e a economia de uma região, mas como afirma Dias Sobrinho (2005), deve orientar-se na busca pelo aumento e ampliação dos conhecimentos da sociedade como um todo, conhecimento e formação que influenciem positivamente as configurações humanas, sociais e éticas modificando e potencializando as estruturas de informação, comunicação, infraestrutura, participação cidadã, democracia e sustentabilidade, desenvolva novos perfis no mundo do trabalho gerando transformações nos campos das ciências aprofundando a democratização política e econômica. E, também sejam relevantes para o contexto regional e nacional fazendo que a educação superior seja realmente um bem público e efetivamente desenvolva o conhecimento e a formação como bens comuns e direitos de todos servindo ao crescimento econômico, mas também funcionando como uma ferramenta de humanização, garantia de direitos universais, melhoria da qualidade de vida da população e da competitividade da região.

É imperativo que a educação superior em todos seus segmentos perceba sua função para além da concepção econômica e da formação técnica para a qualificação profissional concretizando o real objetivo da formação superior que inclui o preparo de diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira estimulando o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade (BRASIL, 1996).

Reiterando, Dias Sobrinho (2005) revela que as IES precisam manter sua vocação de construção do conhecimento e da formação como bens públicos, adotando sempre a sociedade, como referência central evitando satisfazer somente demandas imediatista, pragmáticas e individualistas centradas na função econômica e nas capacidades laborais.

Sendo assim, pensando nas melhores decisões quanto às políticas públicas de acesso à educação superior, FIES e PROUNI recomenda-se a URI – Campus Santiago continue qualificando sua formação superior bem como interagindo com os atores locais para a resolução pacífica e coletiva dos problemas e o estabelecimento de metas e prioridades para o efetivo desenvolvimento local e a democratização da educação superior.

Pontualmente diante dos dados analisados, aconselha-se que instituição mantenha à adesão aos programas FIES e PROUNI, procurando parcerias para ampliação do número de políticas públicas ofertadas, viabilizando então, acesso a um número crescentes de ingressantes na educação superior no Corede Vale do Jaguari.

Aconselha-se também que o FIES e o PROUNI sejam geridos de forma a possibilitar uma maior quantidade de vagas nos cursos na área de direito, administração e enfermagem, que conforme já citado anteriormente possuem o maior número de egressos exercendo atividades profissional bem como resultando em ampliação do nível de renda. Contudo, deve-se levar em conta os cursos de farmácia e psicologia que apresentam significativo número de egressos que também exercem atividades profissionais na área de formação, em detrimento daqueles que o percentual de não trabalhadores são mais baixos.

É relevante ainda mencionar que o curso de agronomia apesar apresentam um significativo número de egressos que não estão no mercado de trabalho, é um dos cursos que mais forma, a média salarial dos egressos empregados é bem superior à média do Corede Vale do Jaguari e, é um curso superior intrinsecamente relacionado às potencialidades locais, ou seja, o agronegócio.

Reportando-se à questão do desenvolvimento local, sugere-se que a URI, como Universidade Comunitária, consolidada e vista como referência em instituição de ensino superior, fomente continuamente a participação cidadã dos seus acadêmicos e egressos através da criação de metas para os estudantes participarem ativamente de atividades públicas para eleger objetivos e prioridades tanto na criação de cursos como no perfil de profissionais adequados as oportunidades/potencialidades regionais.

Posto isso, é possível afirmar que propõem-se que a educação superior além de demandar ampliação de oferta e instrumentos de democratização como as políticas públicas FIES e PROUNI, estenda seu foco trabalhando além da formação de profissionais capacitados técnica, cognitiva e eticamente para a formação de cidadãos capazes de preocupar-se, responsabilizar-se e participar ativamente da sociedade onde vivem para além do desenvolvimento de suas atividades profissionais, mas como cidadãos engajados e capazes de auxiliar na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas e institucionais que preocupem-se com o crescimento

econômico, a melhoria educacional, cultural, ambiental, social da comunidade onde estão inseridos.

REFERÊNCIAS

BARQUERO, Antonio Vásquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2002.

BRASIL. **Lei Federal Nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Brasil, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 17 Dez. 2016.

BRASILEIRO, Diana Simões. **Políticas públicas de expansão e de financiamento da educação superior**: Implicações sobre as instituições de ensino superior de Campina Grande-PB. João Pessoa, 2017. 13 f. Dissertação de Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior da Universidade Federal da Paraíba. Disponível em: <<http://tede.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/9326/2/arquivototal.pdf>>. Acesso em 20 Maio. 2018.

COREDE. **Plano Estratégico de Desenvolvimento do Vale do Jaguarí – 2015/2030**. Santiago. 2015.

CUNHA, Luiz Antônio. **Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior**: Estado e mercado. Educ. Soc. [online]. 2004, vol.25, n.88, pp.795-817. ISSN 0101-7330. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302004000300008>>. Acesso em 01 Non. 2018.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Desenvolvimento regional**: porque algumas regiões se desenvolvem e outras não? 1 ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

DIAS SOBRINHO, José. **Educação superior, globalização e democratização: qual universidade?** Revista Brasileira de Educação, n. 28, p. 164-173, 2005.

FRANTZ, Walter; SILVA, Ênio Valdir da. **As funções sociais da universidade**: o papel da extensão e a questão das comunitárias. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2002.

GOÉS, Flávia Temponi; MACHADO, Lucília Regina de Souza. **Políticas Educativas, Intersetorialidade e Desenvolvimento Local**. Educação & Realidade, vol. 38, núm. 2, abril-junho, 2013, pp. 627-648 Universidade Federal do Rio Grande do Sul Porto Alegre, Brasil.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. 2017 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Sinopse Estatística da Educação Superior**. 2017. Disponível em:<<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 01 Jun. 2018.

_____. **Censo da Educação Superior 2017**. Brasília: MEC/INEP, 2017.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Microdados do censo da educação superior 2017**. Brasília: MEC/INEP, 2017.

PORTAL ODS. Indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: **Educação de qualidade. ODS 04**. Disponível em: <<http://rd.portalods.com.br/relatorios/13/educacao-de-qualidade/BRA004043223/jaguari---rs>>. Acesso em: 25 Set. 2018.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Coordenação e Planejamento (SCP). **Atlas Socioeconômico do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2016.

SGUISSARDI, Valdemar. (org.). **Educação superior: velhos e novos desafios**. São Paulo: Xamã, 2000.

URI. **Projeto Pedagógico Institucional 2016/2020**. Pró reitoria de ensino. Erechim, 2015.

_____. **Plano de desenvolvimento institucional 2016/2020**. Reitoria. Erechim, 2015.

_____. Reitoria. **HISTÓRICO DA URI**. Disponível em: <<http://www.reitoria.br/>>. Acesso em: 01 Maio. 2018.

URISANTIAGO. **Quem Somos**. Disponível em: <<http://www1.urisantiago.br/quem-somos>>. Acesso em: 01 Maio. 2018.